



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

VIVIANE BRÁS DOS SANTOS

**ESCRITA DE SI NA TESSITURA DA FORMAÇÃO DOCENTE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA ROÇA
SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

São Cristóvão - SE

Janeiro de 2025

VIVIANE BRÁS DOS SANTOS

**ESCRITA DE SI NA TESSITURA DA FORMAÇÃO DOCENTE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA ROÇA
SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação – PPGED, da Universidade Federal de Sergipe – UFS, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação, Comunicação e Diversidade

Linha de Pesquisa: Educação e Diversidade

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Santana Cruz

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

São Cristóvão - SE

Janeiro de 2026

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237e Santos, Viviane Brás dos
Escrita em si na tessitura da formação docente :
representações sociais de estudantes de pedagogia da roça
sobre violência contra a mulher / Viviane Brás dos Santos ;
orientadora Maria Helena Santana Cruz. – São Cristóvão, SE,
2025.
147 f. : il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de
Sergipe, 2025.

1. Educação. 2. Estudos de gênero. 3. Violência contra as
mulheres. 4. Representações sociais. 5. Interseccionalidade. 6.
Condições rurais. I. Cruz, Maria Helena Santana, orient. II. Título.

CDU 378:364.632-055.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO JULGADORA DA TESE DE DOUTORADO
APRESENTADA POR VIVIANE BRÁS DOS SANTOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
DOUTOR EM EDUCAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na modalidade online, na sala do PPGED, reuniu-se a Comissão Julgadora da Tese em epígrafe, indicada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, com parecer favorável do Colegiado. A banca foi composta pelas professoras doutoras Maria Helena Santana Cruz (orientadora), Rosana Carla do Nascimento Givigi, Vera Nubia Santos, da Universidade Federal de Sergipe, Alice Maria Justa Ferreira Mendonça, da UMA, e Jesana Batista Pereira, da UNIT, para examinar o trabalho de Viviane Brás dos Santos, apresentado sob o título **ESCRITA DE SI NA TESSITURA DA FORMAÇÃO DOCENTE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DA ROÇA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**. A orientadora, assumindo os trabalhos na qualidade de Presidente, passou à palavra a candidata para que ela expusesse sua Tese, informando que a mesma dispunha de vinte minutos para a apresentação; cada examinador dispunha de trinta minutos e a candidata de mais trinta minutos para respostas. Terminada a exposição da doutoranda, a Presidente passou a palavra aos membros da Comissão Julgadora, que iniciaram a arguição na seguinte ordem: Prof.^a Dr.^a Alice Maria Justa Ferreira Mendonça, Prof.^a Dr.^a Jesana Batista Pereira, Prof.^a Dr.^a Vera Nubia Santos e Prof.^a Dr.^a Rosana Carla do Nascimento Givigi. Terminada a arguição, foi dada a palavra a candidata para que ela, se desejasse, fizesse as observações finais. As membros da Comissão Julgadora se retiraram da sala para a atribuição das notas. Voltando logo em seguida, a Presidente anunciou que a candidata foi considerada **APROVADA**. A Presidente proclamou a candidata "**Doutora em Educação**", devendo este resultado ser homologado pela comissão da Coordenação de Pós-Graduação. Em seguida, agradeceu aos membros da Comissão Julgadora. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou esta sessão, cujos trabalhos são objetos desta ata, lavrada por mim, André Ricardo de Souza Almeida Criscuolo, secretário do Programa, da qual assino juntamente com os membros da Comissão Julgadora. Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 28 de agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA HELENA SANTANA CRUZ
Data: 01/09/2025 11:27:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Maria Helena Santana Cruz
(orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br ROSANA CARLA DO NASCIMENTO GIVIGI
Data: 01/09/2025 13:29:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Rosana Carla do Nascimento Givigi

Documento assinado digitalmente
gov.br VERA NUBIA SANTOS
Data: 01/09/2025 12:03:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Vera Nubia Santos

Alice Maria Justa Ferreira Mendonça

Documento assinado digitalmente
gov.br JESANA BATISTA PEREIRA
Data: 01/09/2025 13:08:27-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Jesana Batista Pereira

Secretário

A minha filha, Isis Sofia Brás Santos Silva, minha neguinha amada. Fonte de inspiração, luta e resistência. Menina inteligente, poetisa, que canta e encanta todos ao seu redor. Bruxinha que torna nossa casa um espaço mágico; minha parceira da vida. Para você guardei todo meu amor!

A Maria Amanda, minha filha-sobrinha, pequena feminista que me faz esperar por dias mais justos!

Ao filho-primo Gabriel Aureliano! Te amo infinitamente!

Aos sobrinhos e sobrinhas: Failton Santos, Jeane Santos, Erismar Júnior, Breno Santos, Bruno Santos, Leniel Santos, Maria Agnes Brás, Iago Felipe, Kaleb Miguel, Maria Cecília, amores da tia Vivi;

Às primas-sobrinhas: Fabiana Barbosa, Rafaela Matos, Dadica dos Santos. A vocês minha admiração e amor;

Às crianças que estão sempre brincando comigo: Maria Luiza, Ravi Emanuel, Maria Helena, João, Bernardo, Adrian. Com vocês meus dias são mais coloridos, saborosos e brincantes;

Aos meus afilhados: Rozanne Adriellen, Emerson Luiz, Erismar Junior e Antony Miguel, a quem tenho um amor especial. A dinda está sempre com vocês;

Aos meus avós maternos (*in memoriam*) com quem pude experimentar um amor e carinho incondicional. À vovó Cândida Maria, que sempre fazia as melhores comidas em seu autêntico fogão de lenha. A ela que, mesmo sendo analfabeta, contava as melhores histórias e narrava os contos de sua região. Ela saciava minha fome e alimentava minha fantasia. Ao vovô José Aureliano, que durante muito tempo alegrou e iluminou minhas noites de São João, pois sempre me presenteava com caixinhas de bombas e traques;

A minha querida amiga poética que virou estrelinha no céu, professora Mestra Maria Iraídes (*in memoriam*);

Às colaboradoras da pesquisa, às estudantes de Pedagogia;

A todas as mulheres e meninas vítimas de violência doméstica no sertão baiano.

AGRADECIMENTOS

Sou feita de retalhos. Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas que me acrescentam e me fazem ser quem eu sou. Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...

Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade... que me torna mais pessoa, mais humana, mais completa. E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes, que vão se tornando parte da gente também.

E a melhor parte é que nunca estaremos prontas, finalizadas... Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma. Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias. E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de "nós".

(Cris Pizzimenti)

Ao bondoso Deus, à Nossa Senhora Aparecida, Oxum, Bruxas, Anjos, Santas e todas as divindades que são presença forte e constante em meu existir.

À mainha, essa mulher de fé que me ensinou ser o que sou. Meu maior exemplo de bondade, força, coragem e superação. Aquela que me deu a vida e tem a capacidade de me tornar feliz através de seu chamego e aconchego. Tua reza me torna mais forte e mulher de fé. Te amo!

À minha irmã Fátima Maria, você é minha heroína, mana linda, que cuida de mim como uma segunda mãe. Amo você!

Ao meu irmão Erismar Ramos, que se tornou meu herói, ao me resgatar das garras de um agressor na porta da delegacia. Te amo Ma.

Às irmãs, Elenilda Santos e Elivânia Brás, mulheres de fé, que estão sempre a rezar por mim. Amo vocês!

Às minhas tias, que tenho como mães e irmãs, Solange Aureliano, Adriana Aureliano, Claudete Maria, Lúcia Maria, Fabrícia Santos. Minhas ancestrais vivas que impulsionam minha resistência.

Aos meus tios queridos: Toinho, Vavá, Didi (*in memoriam*) por todo amor e carinho que sempre demonstraram a mim.

Ao Drº Evaniel Brás, o primeiro doutor da família. Homem-menino, de uma inteligência admirável. És filósofo, mas também, és meu parceiro de cachaça nas noites do São João de Bonfim. Te amo!

À irmã de alma que encontrei na graduação em Pedagogia e levo comigo, Geórgia Oliveira, mulher feminista que esteve sempre me fortalecendo nos piores e melhores momentos da vida. Te amo Geo, obrigada por tudo que representas para mim. Eu sou, porque nós somos.

À minha irmã de coração, parceira de trabalho, de aprendizados pelo mundo, Ana Cecília dos Reis. Palavras jamais traduzirão toda gratidão por ter você. Obrigada por dar leveza e sabor à minha vida. Principalmente nos dias mais tensos, você estava segurando minha mão, jogando buraco comigo ou fazendo as comidas mais gostosas. Juntas ainda venceremos muitas corridas! Obrigada por me incentivar a ser corredora, a cuidar do meu físico e espiritual. Te amo!

À amiga irmã Willany Cunha, que mesmo distante se faz sempre presente em minha vida. Amiga do sorriso doce e encantador, contigo experiencio amizade sincera, lealdade e amor incondicional. Te quero sempre comigo. Amo você, moranguinho.

À Adriana Olívia, mulher potente que, com sua gentileza, sensibilidade e inteligência, é motivadora de um mundo mais poético, humilde e transformador. Animadora dos movimentos sociais que, na arte musical nos permite cantar, sentir e buscar um mundo mais justo no sertão.

Ao amigo irmão, Vitor Souza. Esse homem de força, inteligência e luz. Meu irmão ancestral, seu suporte na etapa final do doutorado fez muita diferença. Ter você é uma dádiva. Te amo, preto!

A minha amiga irmã Dandara Zuri, essa mulher que chegou em minha vida e em tão pouco tempo, se tornou grande parceira. Minha referência na luta antirracista.

Agradeço todo amor, cuidado e gentileza. Sem seu empenho em mobilizar estudantes, amigas e amigos para me presentear com o notebook que estou usando, não teria conseguido finalizar a tese. Te amo, preta!

Às amigas e amigos, Nando Lemos, Rebert Luan, Najara Crisóstomo, Thaynara Oliveira, Janete Lima, Celinho Lopes, Steeffane Alves, Alexandre Barros, Ariel Oliveira, Yasmin Terêncio, Ariel Fellipe, Andréa Dantas, Raquel Dantas, Daysla Medeiros, Iara Dantas, Ivana Carla, Bruno Duarte, Gilmara França, Letícia Almeida, Deise Peixinho, Ualson Araújo, Honey, Deusdete Bruno, Thaís, Maia, Meirinha, Carlaite, Ray, Elaine, Harlen, Lucas, Wadson e Thiago, pelo cuidado, amor, carinho, risos e incentivo. Vocês são fonte de luz para mim e contarão sempre com meu amor sincero. Que as divindades abençoem suas vidas.

Às amigas corredoras Sandrinha e Jéssica Vitorino, mulheres bruxas, artistas, educadoras que, com muita magia e amor, tornam a vida mais leve e gostosa. Quero tê-las comigo sempre. Todos os momentos ao lado de vocês fazem eu entender, na simplicidade, o que é amizade legal.

Às comadres Jucelina Alcântara, Rafaela Matos, Adriana Aureliano, Luciene Costa, Janicleide Barbosa e Ana Luisa, vocês são mulheres que fortalecem minha vida na terra! Ao lado de vocês sou mais forte. Amo-as!

Às amigas e amigos do maravilhoso Ceará: Elzineide Marques, Antônia Araújo, Erbênia, Bruna Mabel, Andréa Sousa, Mirna, Dulce, Adriano Leitão, Fatinha, Clarindo e Rosângelo, pelos momentos de acolhida, partilha da vida, viagens e muito aprendizado no Projeto Contexto. Estar com vocês, em parceria com a Cáritas Diocesana de Crateús, Esplar, Instituto Maria da Penha, *We Word*, foi uma experiência inenarrável.

À minha amiga irmã, advogada feminista cearense, Danielle Alencar, por todas as trocas, ensinamentos, orientação jurídica, risos, choros, festas e comilanças. Te amo, Danizinha!

Ao querido amigo Drº André Ricardo, por todo suporte e esclarecimentos ao longo do doutorado. Amo você!

Às queridas professoras da Creche Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, minha primeira escola. Professora Fátima, Betinha, Vera, Lúcia e Maria.

Às professoras do Colégio Estadual Teixeira de Freitas. Em especial, minha madrinha Socorro, Raidalva, Lair, Maristela e Cássia Regina que, com garra e coragem, conseguiram uma bolsa de estudos para mim, no Centro Educacional

Sagrado Coração, durante o Ensino Médio. Tenham certeza de que esta ação trouxe excelentes resultados.

Ao amigo querido, Mestre Pascoal Eron, meu coordenador de colegiado e professor do Departamento de Educação Campus VII, Senhor do Bonfim. Sempre leal, gentil, sábio, cuidadoso e encantador. És uma fonte de inspiração! Ter você na jornada da vida, torna o percurso mais prazeroso. És um pedagogo encantador! Te amo!

Às ancestrais acadêmicas da graduação que contribuíram com minha formação: Dr^a Rita Braz, Dr^a Maria Glória da Paz, Dr^a Joanita Moura, Mestra Simone Wanderley, professora Beatriz Barros.

À estimada e querida Dr^a Suzzana Alice Lima Almeida, mulher pesquisadora que possibilitou minha experiência no tripé da Universidade: Pesquisa, Ensino e Extensão. Sua dedicação, inserção na academia e provocações, através da Teoria das Representações Sociais, impulsionou minha caminhada nos percursos da pesquisa educacional.

Aos professores e professoras do PPGESA: Dr^a Edonilce Barros, Dr^o Josemar Martins, Dr^o Juracy Marques, Dr^a Luzineide Carvalho e Manoel Abílio e ao nobre amigo professor Dr^o Edmerson dos Santos Reis, por todo apoio e incentivo.

Aos professores e professoras do PPGED/UFS: Dr^o Alfrâncio Dias, Dr^o Paulo Brazão, Dr^a Dinamara Garcia Feldens, Dr^o Fabio Zoboli, Dr^a Marizete Lucini agradeço pela leveza, profundidade e problematização durante as aulas do doutorado em tempos da pandemia.

À professora Profa. Dr^a Maria Rosana Givigi, coordenadora do programa, pela forma humanizada, competente, sensível e muito eficiente na condução do nosso PPGED-UFS. És uma mulher transgressora e fonte de inspiração.

À minha Banca Examinadora muito bem representada por mulheres científicas: Dr^a. Alice Maria Justa Ferreira Mendonça, Dr^a. Vera Núbia Santos e Dr^a. Jesana Batista Pereira que, gentilmente, aceitaram percorrer a jornada doutoral comigo, dando importantes e pertinentes contribuições à pesquisa.

À minha ilustre, querida e competente orientadora, Dr^a. Maria Helena Santana Cruz, pelo tempo dedicado a mim ao longo de mais de 4 anos. Agradeço a paciência, sensibilidade, maturidade acadêmica e todas as inferências em minha pesquisa durante esse tempo. Nessa fase final, tão desafiadora, tê-la comigo me fez renascer das cinzas como uma fênix! A senhora tem meu respeito e admiração.

Às estudantes de Pedagogia da UNEB, Departamento de Educação Campus VII, por todas as formas de carinho, respeito e amor externados a mim. Com vocês tenho aprendido a ser a professora que eu gostaria de ter.

Às estudantes de Pedagogia da roça que colaboram com a pesquisa! Conhecer suas trajetórias de vida fez uma transformação em meu processo formativo. Desejo força, coragem, resiliência e superação.

Que o sabor do umbu, a delicadeza da flor de palma, o perfume do alecrim, a resistência do mandacaru, o brilho do sol, o cheiro de chuva e a alegria das crianças nos campos transmitam as melhores energias para todas as pessoas que, direta e indiretamente, contribuíram com esse momento de aprendizado. Desejo, assim, todas as bonitezas do sertão!

Vocês são retalhos que, somados à colcha da minha vida, tornam meu existir mais feliz. Eu sou parte das suas vidas e vocês são toda minha história.

Com amor, gratidão e lágrimas nos olhos, Viviane Brás!

Flor do Sertão

No calor do chão sagrado,
Onde canta o sabiá,
Surge a força encantada
De Viviane Brás.
Mulher feita de coragem,
De alegria e de paz,
É minha mãe tão amada,
Rainha que a vida traz.

Seu riso é feito verão
Nas manhãs do meu sertão,
Espalha luz pelo mundo
Com ternura e emoção.
Tem nos olhos o carinho,
Tem nas mãos o coração,
E no peito uma fogueira
Que aquece qualquer irmão.

É artista e é guerreira,
É palavra bem rimada,
Professora da esperança,
Na lousa iluminada.
Escritora que semeia
A poesia enraizada,
Em cada frase, um encanto,
Em cada verso, uma estrada.

No fogão, faz alquimia
Com tempero arretado,
E cada prato é poesia
De sabor bem desenhado.
Cozinheira de talento,
De riso sempre apressado,
Recebe quem chega em casa
Com afeto temperado.

Nordestina de raiz,
Com o sertão no olhar,
Ama planta, bicho e canto,
Ama o chão e o caminhar.
Cada flor do seu jardim
Ela trata como irmã,
Conversando com as folhas,
Feito mãe que cuida e ama.

Viviane ama a estrada,
Ama o mundo, ama o vento,
Cada viagem que faz

É repleta de alento.
Mas jamais se esquece
Do seu chão, seu firmamento,
Pois carrega o Nordeste
No corpo e pensamento.

Já passou por mil tormentas,
Já caiu, já levantou,
Já chorou, já fez silêncio,
Já gritou, já perdoou.
E em cada dor que venceu,
Ela ainda mais brilhou,
Como estrela que no breu
Mais intensamente show.

Tem amigos por onde passa,
Feito festa no quintal,
É presença que abraça,
É cuidado natural.
Viviane é doce encanto,
É remédio e é cristal,
É colo em noite escura,
É sorriso sem igual.

Ama música e cantoria,
Ama o som do violão,
Se emociona com as notas,
Com o toque do baião.
A vida é seu palco imenso,
É dançarina da canção,
E transforma em melodia
Tudo aquilo que é paixão.

Minha mãe é feito estrela
Que não cansa de brilhar,
Mesmo quando a noite chega,
Ela insiste em iluminar.
É meu norte, é meu abrigo,
É meu verso, é meu lugar.
Viviane Brás, te amo,
E te venho celebrar.

(Isis Sofia Brás)
11 de julho de 2025

RESUMO

Pesquisadores/as de distintas áreas do conhecimento, especialmente os/as estudiosos/as da educação, têm percebido, no Brasil e mais especificamente no Nordeste, a predominância de uma hierarquia educacional e cultural que subsidia os processos formativos dos/as professores/as e, conseqüentemente, suas práticas educativas nos espaços urbanos em detrimento e conseqüentemente nos espaços rurais. Questiona-se como estudantes de Pedagogia residentes no campo constroem representações sociais sobre a violência contra a mulher? O objetivo geral da pesquisa é desvendar e analisar as representações sociais que estudantes de Pedagogia residentes no campo constroem sobre a violência contra a mulher. Pressupõe-se que as concepções tradicionais colonizadoras influenciam na construção das representações sociais sobre a violência contra a mulher, na formação das identidades de gênero, etnia, diversidade e territorialidade. Particularmente, a formação das estudantes de Pedagogia da roça é perpassada por experiências no espaço familiar, acadêmico, principalmente nos espaços não escolares. A abordagem qualitativa crítica fundamenta-se na epistemologia feminista decolonial e interseccional, associada à teoria das representações sociais, para compreender as desigualdades e opressões sociais geradas pelos sistemas patriarcal, racista, classista e sexista, em que a violência doméstica é uma das expressões mais perversas no cotidiano das pessoas, particularmente das mulheres. A decisão da escrita em “colchas de retalhos” coaduna com o uso da tecelagem como conceito para estudos feministas por meio das escrituras. Diversas fontes subsidiam análises dos dados: fontes bibliográficas utilizadas para embasamento e suporte teórico através de uma pesquisa do estado da arte dos últimos 5 anos. Foram priorizadas as fontes orais, mediante entrevistas narrativas com 06 mulheres sertanejas, estudantes de Pedagogia, pretas, pobres, residentes nos espaços campestres do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru – TIPNI, onde está localizado o Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia-UNEB/ Campus Senhor do Bonfim. Elas vislumbram melhores condições de vida por meio do acesso ao Ensino Superior. Foi constatado que todas já sofreram mais de um tipo de violência de gênero e que provocou vários problemas pessoais que interferem diretamente no desenvolvimento acadêmico e profissional. Nesta direção, através da escritura, a minha voz de pesquisadora, juntamente com a voz das respondentes, ecoa como forma de denúncia, de mulheres da contemporaneidade, que são vítimas das violências de gênero e falta de políticas públicas no semiárido baiano.

Palavras-chave: violência contra mulheres da roça; gênero; interseccionalidade; representações sociais; educação.

ABSTRACT

Researchers from various fields of knowledge, especially those studying education, have observed in Brazil, and more specifically in the Northeast, the predominance of an educational and cultural hierarchy that underpins the training processes of teachers and, consequently, their educational practices in urban areas, to the detriment of rural areas. The question arises: how do pedagogy students living in rural areas construct social representations of violence against women? The overall objective of this research is to uncover and analyze the social representations that pedagogy students living in rural areas construct about violence against women. It is assumed that traditional colonizing conceptions influence the construction of social representations of violence against women, and the formation of gender, ethnic, diversity, and territorial identities. Specifically, the training of rural Pedagogy students is permeated by experiences in the family, academic, and especially non-school settings. The critical qualitative approach is based on decolonial and intersectional feminist epistemology, associated with the theory of social representations, to understand the social inequalities and oppressions generated by patriarchal, racist, classist, and sexist systems, in which domestic violence is one of the most perverse expressions in people's daily lives, particularly women's. The decision to write in "patchwork quilts" aligns with the use of weaving as a concept for feminist studies through lived experiences. Several sources support the data analysis: bibliographic sources used for theoretical grounding and support through a state-of-the-art review of the last 5 years. Oral sources were prioritized, through narrative interviews with six women from the Sertão region, all Black, poor, and students of Pedagogy, residing in the rural areas of the Piemonte Norte do Itapicuru Identity Territory – TIPNI, where the Pedagogy Course of the State University of Bahia – UNEB/Senhor do Bonfim Campus is located. They envision better living conditions through access to higher education. It was found that all of them have suffered more than one type of gender-based violence, which has caused several personal problems that directly interfere with their academic and professional development. In this direction, through writing about lived experience, my voice as a researcher, together with the voices of the respondents, echoes as a form of denunciation, from contemporary women who are victims of gender-based violence and the lack of public policies in the semi-arid region of Bahia.

Keywords: violence against rural women; gender; intersectionality; social representations; education.

RESUMEN

Investigadores de diferentes áreas del conocimiento, especialmente aquellos que estudian educación, han observado, en Brasil y más específicamente en el Nordeste, el predominio de una jerarquía educativa y cultural que sustenta los procesos de formación docente y, en consecuencia, sus prácticas educativas en espacios urbanos, en detrimento de los espacios rurales. Surge la pregunta: ¿cómo construyen las estudiantes de pedagogía residentes en zonas rurales las representaciones sociales de la violencia contra las mujeres? El objetivo general de esta investigación es descubrir y analizar las representaciones sociales que las estudiantes de pedagogía residentes en zonas rurales construyen sobre la violencia contra las mujeres. Se asume que las concepciones colonizadoras tradicionales influyen en la construcción de las representaciones sociales de la violencia contra las mujeres y en la formación de identidades de género, étnicas, de diversidad y territoriales. En particular, la formación de las estudiantes de pedagogía rural está permeada por experiencias en los entornos familiar, académico y, especialmente, extraescolar. El enfoque cualitativo crítico se fundamenta en la epistemología feminista decolonial e interseccional, asociada a la teoría de las representaciones sociales, para comprender las desigualdades y opresiones sociales generadas por sistemas patriarcales, racistas, clasistas y sexistas, en los que la violencia doméstica es una de las expresiones más perversas en la vida cotidiana, especialmente en la de las mujeres. La decisión de escribir en formato "patchwork" se alinea con el uso del tejido como concepto para los estudios feministas a través de experiencias vividas. Diversas fuentes respaldan el análisis de datos: fuentes bibliográficas utilizadas para la fundamentación teórica y el apoyo a través de una revisión del estado del arte de los últimos cinco años. Se priorizaron las fuentes orales mediante entrevistas narrativas con seis mujeres de la región del Sertão, estudiantes de Pedagogía, negras, en situación de pobreza, residentes en zonas rurales del Territorio de Identidad Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), donde se ubica el Curso de Pedagogía de la Universidad Estatal de Bahía (UNEB/Campus Senhor do Bonfim). Anhelan mejores condiciones de vida mediante el acceso a la educación superior. Se constató que todas han sufrido más de un tipo de violencia de género, lo que les ha generado diversos problemas personales que interfieren directamente en su desarrollo académico y profesional. En este sentido, al escribir sobre sus experiencias vividas, mi voz como investigadora, junto con la de las entrevistadas, resuena como una forma de denuncia de las mujeres contemporáneas víctimas de violencia de género y de la falta de políticas públicas en la región semiárida de Bahía.

Palabras clave: violencia contra las mujeres rurales; género; interseccionalidad; representaciones sociales; educación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa territorial do Piemonte Norte do Itapicuru -BA	54
Figura 2: Nota de repúdio	119
Figura 3: Pontuação CNH	120
Figura 4: Multa em Salvador 2025	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Situações de violências apresentadas pelo Anuário 2023	31
Tabela 2: Homicídios e Femicídios no Nordeste	32
Tabela 3: Atitudes tomadas pelas mulheres que sofrem violência	35
Tabela 4: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por escolaridade	40
Tabela 5: Estado da Arte: produções acadêmicas que trabalham com a TRS e violência contra a mulher	63
Tabela 6: Metas da ODS 5	81
Tabela 7: Violência sexual segundo grupo etário - Brasil e grandes regiões, 2023	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percepção de Violência	30
Gráfico 2: Taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes por raça/cor (2013 a 2023)	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEDAW - Convenção Sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher

CTB – Código de Trânsito Brasileiro

CRM - Centro de Referência da Mulher

FESB - Faculdade de Educação de Senhor do Bonfim

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LDB – Lei das Diretrizes e Bases

NEAM - Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

TIPNI - Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru

TRS – Teoria da Representação Social

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

PRIMEIRA SESSÃO - TRAJETÓRIAS VIVIDAS

1.	20
----	----

SEGUNDA SESSÃO – TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

2.	4444
----	------

2.1 Princípios epistemológicos da pesquisa qualitativa em educação e sua pertinência nos estudos feministas	47
---	----

2.2 Pesquisa de campo do tipo exploratória	51
--	----

2.3 Lócus e participantes da pesquisa	53
---------------------------------------	----

2.4 Dispositivos de pesquisa	56
------------------------------	----

TERCEIRA SESSÃO – TRAJETÓRIA TEÓRICA

3. ESTADO DA ARTE	62
-------------------	----

QUARTA SESSÃO – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA RESIDENTES NO CAMPO

4. REALIDADES VIVIDAS	72
-----------------------	----

4.1 Violências veladas e naturalizadas: reflexões sobre a não divisão do trabalho doméstico	83
---	----

4.2 O campo é um espaço onde o patriarcado e machismos são exaltados: ser mulher da roça é estar mais vulnerável às violências de gênero	89
--	----

4.3 Ser mulher dar roça é sentir a materialização da violência na distância geográfica, falta de políticas públicas no sertão nordestino e no machismo diário: desafios cotidianos das estudantes de Pedagogia	95
--	----

4.4 Muitas vezes a gente não é enxergado como gente, é enxergado como animal, como a pessoa da roça, pacata e tudo mais: mulheres desumanizadas através das violências”	103
---	-----

4.5 Violências de gênero sofridas na fase final do doutoramento: escrevivências sobre o meu eu mulher em tempos de desencanto e utopia	111
--	-----

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
------------------------	-----

REFERÊNCIAS	137
-------------	-----

PRIMEIRA SESSÃO: TRAJETÓRIAS VIVIDAS

1. SOU FEITA DE RETALHOS, PEDAÇOS DIVERSOS DE VIOLÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E ESPERANÇAS QUE, COSTURADOS NAS LINHAS DA VIDA, CONSTITUEM A MULHER QUE SOU.

“Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executou, é a senha pela qual eu acesso o mundo”.

(Conceição Evaristo)

Por meio da memória, consigo ter contato com imagens, representações, percepções de acontecimentos, pessoas e fatos passados que interferem em meu presente e futuro e, mais especificamente, na práxis educativa enquanto elemento fundamental para minha formação como educadora. As lembranças, de forma direta e indireta, influenciam minha caminhada com as paradas, os descaminhos que dei ao longo da vida, tornando viável o acesso a um “mundo” que em outrora não foi habitado e percebido de forma consciente pelas limitações do corpo, da maturidade, do acesso à informação, do tempo e das relações construídas.

Proponho a apresentação introdutória deste texto narrativo e dos demais capítulos, através de uma “colcha de retalhos”, que mistura a dureza da escrita científica às cores, encantos, sabores e levezas da arte na poesia e na música.

A palavra poética é um modo de narração do mundo. Não só de narração, mas, antes de tudo, a revelação do utópico desejo de construir outro mundo. Pela palavra poética, inscreve-se, então, o que o mundo poderia ser. E, ao almejar um mundo outro, a poesia revela o seu descontentamento com uma ordem previamente estabelecida (Evaristo, 2011, p. 09).

Com essa decisão particular de escrita, fundamentada em minhas memórias, buscarei na arte poética um caminho para apresentar dores, gritos, vozes silenciadas, sombras, medos, vergonha, de forma menos assustadora e melhor compreensível. Histórias costuradas entre pontos de conexão nas melodias, rimas, métricas próprias das canções e das escritas poéticas contemporâneas.

Atravessei meu mar
morto

pra renascer ancoradouro de mim
 meus barcos naufragados
 submergiram à fúria de minhas ondas internas
 cicatrizei ferida do casco
 fechei vãos
 preenchi vazios
 -já entendo de tormentas e tsunamis
 sou anfíbia
 na noite plena de peixes..
 (Zanirato, 2020)

O que pretendo não é comover as pessoas que leem esse texto em vivências nostálgicas de sofrimento de múltiplas violências, mas evidenciar as possibilidades de reinvenção de si e das outras, construídas em minha trajetória de vida particular, que não está dissociada da vida acadêmica e profissional. Nessa reflexão, Louro (2014) diz: “assumia-se com ousadia, que questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança” (Louro, 2014, p.23).

A opção da escrita em “colchas de retalhos” coaduna com o uso da tecelagem como conceito para estudos feministas a partir das escrevivências com narrativas reais vivenciadas por mim e pelas mulheres do meu convívio familiar.

Uma trama na tecelagem nunca é solitária, faz-se com muitos fios. Na experiência de pesquisar, o tramado também é coletivo... Abordar o próprio contexto significa conceber que a experiência delas é um processo com potencial de conceituação e teorização, e sempre em amadurecimento e, nesse reconhecimento, é produzido o despertar da consciência crítica que pode promover a coletividade feminina. (Eggert; Silva; Libera, 2022, p.02).

A pesquisa foi influenciada pela minha condição de mulher, pobre, mãe solo, sertaneja, pedagoga, feminista que, ao longo do tempo, teve uma vida atravessada por tantas outras mulheres que, apesar de seus valores e importância, são desconhecidas, ocultadas e silenciadas no cotidiano das nossas vivências. “As histórias de vida tentam identificar as marcas deixadas no caminho, para decodificar direções que elas podem esboçar” (Pineau, 2011, p.29).

Revisitando minhas memórias, que estavam guardadas em um “baú” do qual tinha escondido as chaves, vivencio, neste momento, recordações das quais há muito não lembrava. Essa ação, neste momento, causa-me um misto de estranhas sensações indescritíveis, onde as lágrimas são incontrolláveis, os tremores dos membros superiores e inferiores são uma constante e o pulsar cardíaco acelerado,

provoca aflição, angústia e certeza de que não posso mais esconder as chaves desse “baú”. É chegada a hora de romper o temor, de buscar forças em meio às adversidades e compreender que a mulher, que hoje sou, é constituída de retalhos costurados às tantas outras vidas de mulheres que me antecederam e/ou conviveram em momentos contemporâneos comigo.

mulher feminista:
eufemismo fêmeo

tecida em retalhos
costurada em pontos vários
arremedos encalacrados

se mulher se torna
se em tombos se forja
em resistir irmanando

feministas não nascem,
sobrevivem.
(Maria, 2020)

Hoje, mulher feminista, em infinito aprendizado, busco em minhas memórias algumas recordações desafetuosas para trazer em evidência. Cenas que ao longo desses 39 anos ficaram guardadas, escondidas, para assim evitar dores e sofrimentos. Todavia, diante da atual conjuntura formativa em que me encontro, essas visitas a fatos ocorridos outrora são mais que necessárias.

Os relatos que doravante farei, não seguirão lógica cronológica dos acontecimentos. Apresentá-los-ei à medida que meus pensamentos conseguirem fazer as elaborações mentais para assim externar, de forma mais profícua, as experiências vivenciadas em relação às violências cometidas contra mulheres do meu cotidiano familiar e contra mim. Associadas aos relatos, trarei poesias e canções relacionadas aos sentidos que desejo externar para quem está lendo, pois:

[...] para mulheres, então, poesia não é um luxo. Ela é uma necessidade vital de nossa existência. Ela forma a qualidade da luz dentro da qual predizemos nossas esperanças e sonhos em direção à sobrevivência e mudança, primeiro feita em linguagem, depois em ideia, então em ação mais tocável. Poesia é a maneira com que ajudamos a dar nome ao inominado, para que possa ser pensado. O horizonte mais distante de nossas esperanças e medos é calçado por nossos poemas, talhado das experiências pétreas de nossas vidas diárias (Lorde, 1984, p. 1).

Fui criada em uma residência de poucos cômodos e estrutura física precária. Neste espaço, que continua sendo a casa da minha mãe, morávamos durante a

infância ao total 12 mulheres (mãe, tias, irmãs, primas) e 5 homens (tios, irmãos, primos). Desde criança, ouvia minha mãe comentar sobre alguns abusos sofridos por minha avó ao longo do seu casamento. Agressões físicas, verbais e materiais eram práticas rotineiras na residência pobre onde vivia minha mãe e seus irmãos e irmãs.

Com o passar do tempo, em idade próxima à adolescência, passei a conviver de forma mais próxima e ter maior entendimento sobre os atos de violência cometidos contra minha irmã, que se casou aos 14 anos de idade porque estava grávida, uma gravidez em consequência de um estupro. Seu então esposo passou a violentá-la de várias formas durante um casamento abusivo, que durou 21 anos, sendo que eu presenciei muitos desses abusos e também fui vítima. Ele, meu cunhado, me assediou, quando eu era menor, por várias vezes, mas o medo de contar sobre o ocorrido me fazia silenciar.

Não muito diferente dessa realidade, presenciei também, minha tia sendo agredida de diversas formas pelo seu esposo. Essa mulher sofreu nesse casamento durante 35 anos, silenciando as violências que vivia no seu lar juntamente com seus filhos/as. Para ajudá-la a conseguir sair da relação abusiva, organizei uma fuga dela para São Paulo, que acabou dando certo, no ano de 2016. Hoje ela está aos 53 anos e conseguiu manter distância do seu algoz, entretanto, precisou desistir da sua residência, do convívio com filhos/as, netos/as, amigas/os e tornou-se o seu próprio lar em outra cidade.

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar

Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar...
(Hombre, 2016)

Dando seguimento às minhas breves narrativas em contextos de múltiplas violências, destaco que uma das experiências que marcou minha adolescência foi presenciar meu padrasto, um idoso com mais de 70 anos de idade, que agrediu minha mãe fisicamente e verbalmente na rotina do lar familiar. Alcoolizado, açoitou sua muleta na cabeça dela. Ela caiu no chão, escorria muito sangue enquanto eu e meu irmão gritávamos assustadas/os, com medo de ela ter morrido.

O ato provocou um ferimento grande na cabeça dela e até hoje existe a cicatriz. Ele, um homem mais velho, com diferença etária de 38 anos, era deficiente físico, o que não o limitava para ser abusivo e muito violento. Mainha viveu um casamento que durou 12 anos com esse homem que, ao chegar em nossa família nos conquistou com gestos e palavras. Só não imaginávamos que, em pouco tempo de convívio, ele se transformaria em uma pessoa tão violenta.

Recordo que sua condição enquanto deficiente e idoso sensibilizava minha mãe, a mim e a meus irmãos, o que nos tornava mais vulneráveis. Éramos ensinados/as a “perdoar”, e não fazer denúncias ou tratá-lo com indiferença. Pouco tempo depois, descobrimos que ele assediava minha prima, que tinha somente 6 anos de idade. Ele oferecia doces, dinheiro e pedia que ela tocasse em seus órgãos genitais.

Mais uma vez, fomos obrigados/as a silenciar e agir como se nada tivesse acontecido, afinal aquele homem, era o responsável pela manutenção financeira da família, pois minha mãe estava desempregada, e na casa moravam muitas pessoas, a maioria menores de idade, sem condições financeiras de sustento. Minha prima tinha muito medo dele, então eu e meu irmão passamos a dar mais atenção e ficar com ela para impedir que os assédios se repetissem. Lamentavelmente, essa é uma realidade comum nas famílias dos sertões baianos.

Uma das minhas tias, que estava grávida, foi embora para Goiás com seu então companheiro. Lá, distante da família, sofreu diversas agressões físicas, materiais e verbais. Sua condição enquanto gestante não sensibilizava seu agressor, pai da criança que ela carregava no ventre. Depois de muitas experiências agressivas, ela retornou para Bahia e conseguiu manter distância dele. Diferente de muitas crianças que escutam contação de histórias dos clássicos da literatura infantil, essas eram as histórias que eu ouvia com frequência em meu convívio familiar.

Muitas outras cenas violentas vi, ouvi, vivenciei, no entanto, não entrei em maiores detalhes, pois penso que o que fora externado ilustra bastante os contextos sociais, familiares, culturais, religiosos e educacionais que naturalizaram a violência contra distintas mulheres, de múltiplas realidades, cujo elemento em comum era que ela sempre vinha de esposos, namorados e companheiros violentos.

A sensação é de que essa “herança” familiar de agressões violentas, fora passada de geração em geração. Tenho consciência que não é algo genético, embora tenha percebido essa realidade em toda minha árvore genealógica. A violência contra

as mulheres da minha família representa uma realidade vivida pela maioria das mulheres da região e do país. É uma prática cultural fundamentada no machismo e no patriarcado, que ainda causam inúmeras vítimas onde as mulheres são culpabilizadas pelos atos sofridos ou estereotipadas, como desequilibradas, escandalosas, mentirosas, problemáticas, perversas, entre outros adjetivos como evidencia a canção:

Triste, louca ou má
Será qualificada ela
Quem recusar
Seguir receita tal

A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina

Só mesmo rejeita
Bem conhecida receita
Quem, não sem dores
Aceita que tudo deve mudar...
(Hombre, 2016)

Chego à constatação evidente de que, hoje, sou fruto das construções históricas que vivi e que a história move a vida, portanto o futuro só é possível porque existe o passado, aquilo que nos constitui enquanto pessoa. Sem passado não existe presente nem futuro. Partindo de tal premissa, vem a certeza de que guardar as “chaves do baú” não é pertinente; preciso abrir minhas histórias para melhor entendê-las e superá-las, uma ação urgente e necessária. Preciso lutar para tentar evitar que essas histórias sejam repetidas na contemporaneidade, inclusive com minha filha.

Ao trazer em tela essas reflexões, afirmo ser impossível escrever de forma neutra, distante e imparcial, uma vez que enquanto mulher que se debruça no fazer pesquisa feminista, sinto-me profundamente envolvida e tocada pelas vivências que têm como problemática os diversos contextos de violência em que as mulheres são expostas, submetidas, os quais, é importante ressaltar, muitas vezes refletem realidades por mim vividas. Louro (2014) assim contextualiza:

objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis, para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão cada vez com mais desembaraço de lembranças de histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam em primeira pessoa. (Louro, 2014, p. 23).

Destarte, as marcas do colonialismo, além de repercutirem na estrutura da sociedade patriarcal e violenta com as mulheres, também influenciaram os paradigmas científicos de uma academia hegemônica, que não valorizava os saberes produzidos pelas classes subalternizadas. Diante dessa realidade, Grada Kilomba (2019) nos ajuda a entender que: “[...] a imposição da autoridade ocidental sobre terras indígenas, modos indígenas de produção, leis e governos indígenas, mas também a imposição da autoridade ocidental sobre todos os aspectos dos saberes, línguas e culturas indígenas” (Kilomba, 2019, p. 53). Ademais, Sueli Carneiro (2005) ressalta: “[...] negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento” (Carneiro, 2005, p. 96).

Minhas narrativas atreladas às múltiplas experiências violentas que vivi, coadunam com tantas outras histórias de vida de mulheres, que não sobreviveram, foram assassinadas, mutiladas, tendo suas biografias escritas em páginas de jornais ou nas estatísticas de pesquisas que versam sobre a temática. Para ilustrar essa realidade, trago alguns dados coletados e socializados pela estudiosa Saffioti (2015):

há pouco mais de duas décadas, um nordestino marcou, com ferro em brasa utilizado para marcar gado, sua companheira com as letras MGSM, iniciais da expressão mulher galheira só morta, meramente porque suspeitava estar sua esposa cometendo infidelidade conjugal (grifo da autora);

O caso de Maria Celsa é muito conhecido e deve ter ocorrido por volta de duas décadas atrás. Seu namorado jogou álcool em seu corpo e ateou-lhe fogo. A moça teve queimadura de suma gravidade, ficando deformada. A solidariedade de feministas e de médicos permitiu que ela passasse por várias cirurgias plásticas, que melhoraram sua aparência, sem restituir-lhe o antigo rosto;

A belíssima Ângela Diniz foi assassinada por Doca Street, que descarregou seu revólver especialmente em seu rosto e crânio, impedindo-a de conservar sua beleza, pelo menos até seu enterro;

A filha de Glória Perez foi brutalmente assassinada por um casal, parece que em virtude do ciúme manifesto pela esposa;

A jornalista Sandra Gomide foi assassinada, com premeditação, o que constitui agravante penal, pelo também jornalista Pimenta (talvez malagueta), que responde ao processo em liberdade (Saffioti, 2015, p. 53-55).

Ter acesso a essas notícias provoca, em mim, um misto de sensações, angústia, tristeza, medo, pois a constatação mais provável é que ser mulher já é um

fator de risco, periculosidade. A realidade contemporânea evidencia, ainda, que essas histórias continuam aterrorizando a vida real de nós mulheres brasileiras, sertanejas.

Algumas inquietações conduziram a formulação da problemática central dessa pesquisa: quais as representações sociais de violência contra as mulheres do campo a partir da visão das estudantes de Pedagogia? Como as estudantes de Pedagogia percebem as consequências da violência contra a mulher em sua vida acadêmica e pessoal?

Diante dos problemas elucidados, tendo por pressupostos a produção do conhecimento sobre as questões de gênero e suas interseccionalidades, as vivências na docência e minhas escritas pessoais, levantamos o seguinte problema geral de pesquisa: quais as representações sociais que estudantes de Pedagogia residentes no campo têm sobre a violência contra a mulher?

A escrita dessa tese doutoral parte de quatro premissas, tendo em vista minhas experiências pessoais e universitárias: as diferenças são produtoras das desigualdades; a violência é uma lacuna na garantia de direitos das mulheres; as estudantes de Pedagogia vítimas de violências têm afetado seu processo de ensino e aprendizagem, o que interfere de forma direta em sua formação acadêmica, social e, conseqüentemente, em sua atuação pedagógicas nas escolas e espaços não escolares de educação; os territórios camponeses no semiárido baiano são espaços onde culturalmente o machismo é exaltado e as mulheres violentadas. A tese defendida por nós é que estudantes de Pedagogia que vivem na roça estão mais vulneráveis às violências domésticas, devido à falta de políticas públicas, à perpetuação do patriarcado e à naturalização do machismo.

Para responder à problemática central dessa tese, apresentamos, como objetivo geral: desvendar e analisar as representações sociais que as estudantes de Pedagogia residentes no campo têm sobre a violência contra a mulher.

Os objetivos específicos estão assim definidos:

- Identificar quais são as representações de violência contra as mulheres do campo a partir das narrativas das estudantes de pedagogia;
- Refletir como as estudantes de Pedagogia percebem e vivenciam episódios de violência contra a mulher no cotidiano de sua vida acadêmica e pessoal;

Justifico a relevância dessa pesquisa a partir dos dados posteriormente apresentados em relação à realidade brasileira, no que se refere ao crescimento da violência contra a mulher. Por isso, se faz relevante um estudo pautado na teoria das

representações sociais e teorias feministas, para melhor compreensão dos fenômenos das violências nos contextos de estudantes. Corroborando esse pensamento Arruda (2019) destaca:

tal como a teoria feminista, a teoria das representações sociais estampa o mesmo empenho desconstrucionista diante dos problemas humanos. A teoria feminista vai viabilizar facetas desconhecidas até então ao descortinar a situação das mulheres, tanto em relação a problemas já identificados quanto a outros, que estavam por abordar. A teoria das representações sociais vai viabilizar facetas omitidas do conhecimento humano, valorizando o saber do senso comum, o universo consensual das conversações cotidianas e a criatividade das pessoas comuns ao traduzir as realidades (Arruda, 2019, p. 340).

Evidencio a minha trajetória de vida como elemento central motivador do estudo em tela e as vivências discentes e docentes, percebidas desde 2018, quando ingressei como professora no Curso de Pedagogia. Ouvir as vozes das mulheres do campo foi uma ação educadora, transgressora e, também, de visibilidade a esse grupo, que nem sempre colocado nas pautas das lutas feministas e na garantia de direitos previstos, inclusive na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como podemos ver:

a Declaração Universal dos Direitos Humanos reafirma o princípio da não-discriminação e proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que toda pessoa pode invocar todos os direitos e liberdades proclamados nessa Declaração, sem distinção alguma, inclusive de sexo (Brasil, 2002, p.02).

Entendo que a violência é vivida no currículo formativo das estudantes de forma oculta e precisa ser desvelada. Nesse entendimento, busco amparo legal na Lei das Diretrizes e Bases – LDB 9394/96: “Art. 1o A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 2017, p.10).

Em relação ao Ensino Superior, a LDB nos leva a compreender que:

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional (Brasil, 2017, p.37).

Busco subsídio no Decreto Nº 4.377, que promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Portanto, enquanto educadora preocupada com enfrentamento da violência contra a mulher e tendo a consciência que as instituições de ensino superior são fundamentais nesse processo, trago um trecho deste documento legal para melhor reflexão:

c) A eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino (Brasil, 2002, p.10).

Tomando como base o aforismo do grande educador Paulo Freire (1996): “a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas como parte do processo de busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (Freire, 1996, p. 45). Como explicitado na citação, sigo essa escrita afirmando que a boniteza e alegria sempre foram motivadoras do meu processo de busca pelo conhecimento, valendo ressaltar que esta alegria não é antagônica às renúncias e dores vivenciadas ao longo de minha formação enquanto mulher, nordestina do semiárido e educadora.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou, no final do segundo semestre de 2023, a 4ª Edição da pesquisa “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres No Brasil”. Vejamos os dados a seguir:

os resultados trazidos pela quarta edição da pesquisa de vitimização do Fórum alertam para o fato de que 33,6% das mulheres já sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro íntimo ou do ex, e, além de mostrar um crescimento expressivo de todos os tipos de violência, apontam a casa como o espaço de maior violência para as mulheres (53,8%) (FBSP, 2023, p.06).

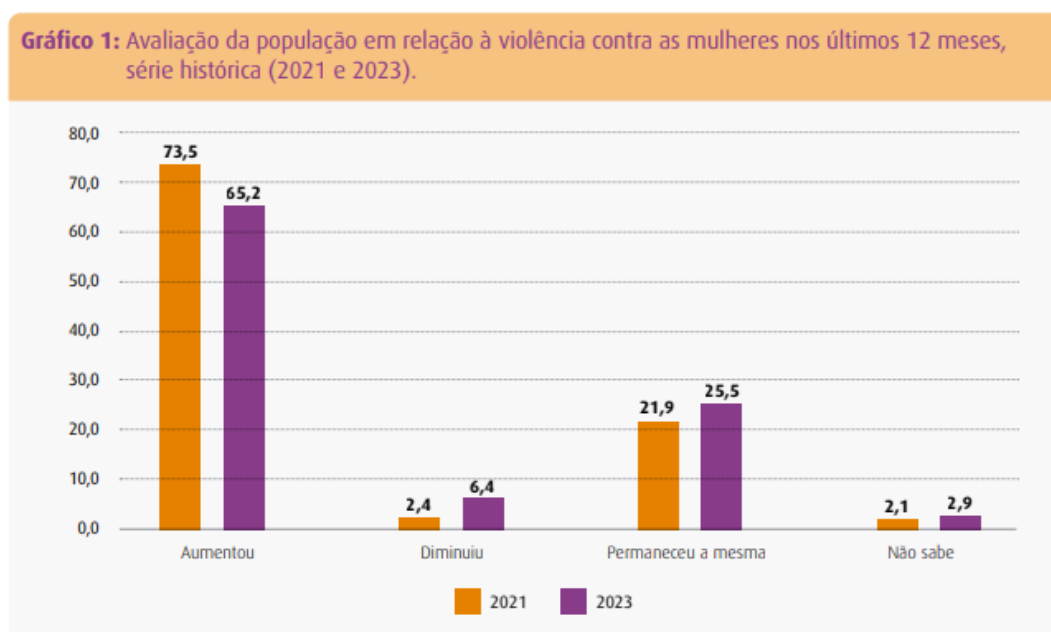
O resultado da pesquisa idealizada e concretizada pelo Fórum traz um panorama atual sobre a violência contra as mulheres no país: “o trabalho realizado pelo Fórum é mais do que necessário, é fundamental para pautar um debate qualificado sobre os desafios de segurança pública no Brasil” (FBSP, 2023, p.06).

Em comparação com as pesquisas anteriores, todas as formas de violência contra a mulher apresentaram crescimento acentuado no último ano.

Agressões físicas, ofensas sexuais e abusos psicológicos se tornaram ainda mais frequentes na vida das brasileiras (FBSP, 2023, p.08)

Os dados, ao contrário do que muitos pensam, são preocupantes, assustadores e evidenciam o quanto precisamos investir em pesquisas, lutas e políticas para o enfrentamento da violência contra nós, mulheres. Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Percepção de Violência



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 3 e 4, 2021 e 2023. Amostra total, resposta estimulada e única, em %.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil 4ª Edição – 2023.

É perceptível o crescimento estatístico das violências sofridas pelas mulheres de forma geral no país. É importante destacar que a realidade pode ser mais grave em algumas regiões e territórios, como no Nordeste, por exemplo. Por isso, é importante entender que:

neste texto, entende-se o território como uma construção social, e, como tal, busca-se identificar a mutabilidade e evolução desse conceito, em articulação com o conceito de gênero. A partir do poder, conceito chave que perpassa as relações territoriais e as relações de gênero, objetiva-se, mais especificamente, discutir a (quase) ausência da territorialidade das mulheres nas análises territoriais (Scheffler, 2018, p.25).

Dados do Anuário de Segurança Pública de 2023 evidenciam que a violência contra mulheres tem crescido e, por isso, os índices de homicídio e feminicídio

continuam alarmantes no Brasil. No tópico Violência doméstica e sexual foram organizados dados estatísticos através de tabelas ilustrativas, as quais estratificam uma variedade de situações de violências identificadas na pesquisa realizada. O relatório do anuário traz a seguinte constatação:

os dados divulgados neste Anuário reforçam os achados do relatório de março, mas com uma diferença: correspondem aos registros administrativos, ou seja, tratam de registros de boletins de ocorrência, acionamentos ao 190 e solicitações de medida protetiva ao Judiciário. São os casos que chegaram até as autoridades após meninas e mulheres buscarem ajuda do Estado. Infelizmente, o que os números revelam não é nada positivo: os feminicídios cresceram 6,1% em 2022, resultando em 1.437 mulheres mortas simplesmente por serem mulheres. Os homicídios dolosos de mulheres também cresceram (1,2% em relação ao ano anterior), o que impossibilita falar apenas em melhora da notificação como causa explicativa para o aumento da violência letal. Além dos crimes contra a vida, as agressões em contexto de violência doméstica tiveram aumento de 2,9%, totalizando 245.713 casos; as ameaças cresceram 7,2%, resultando em 613.529 casos; e os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram a 899.485 ligações, o que significa uma média de 102 acionamentos por hora. Além disso, registros de assédio sexual cresceram 49,7% e totalizaram 6.114 casos em 2022 e importunação sexual teve crescimento de 37%, chegando ao patamar de 27.530 casos no último ano. Ou seja, estamos falando de um crescimento muito significativo e que perpassa todas as modalidades criminais, desde o assédio, até o estupro e os feminicídios (ASP, 2023).

Diante da análise apresentada, é importante trazer nesse estudo os principais enfoques analisados em números nacionais:

Tabela 1: Situações de violências apresentadas pelo Anuário 2023

Especificação da tabela	2021	2022
Homicídios	3965	4034
Feminicídios	1347	1437
Tentativas de homicídio de mulheres	6975	7660
Tentativas de feminicídio	2181	2.563
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	237.596	245.713
Medidas protetivas de urgência distribuídas pelos Tribunais de Justiça	480.717	522.145
Medidas protetivas concedidas pelos Tribunais de Justiça	389.798	445.456
Ligações ao 190 registradas - Total e natureza Violência doméstica	44.192.404	45.951.363
Ameaça - vítimas mulheres	569.231	613.529
Perseguição (stalking) e Violência Psicológica - vítimas mulheres	31.389	56.560

Fonte: Anuário Brasileiro e Segurança Pública 2023.

Considerando tais dados, constatamos que o aumento significativo do registro de algumas ocorrências, neste período de 2021 e 2022, servem de alerta para a urgente e necessária atuação de todas as entidades públicas e privadas, inclusive as instituições de Ensino Superior, para buscar meios de apoiar as mulheres vítimas e propor ações, através de políticas públicas, para superar essa perigosa situação.

A realidade da violência contra mulheres no Brasil é reflexo das violências sofridas em todas as regiões do país, principalmente das regiões com menores índices de IDH, educação, acesso à saúde, cultura e segurança pública. Os dados não fazem menção específica às mulheres camponesas, mas sabemos como esses territórios são precários de políticas públicas. Neste sentido, a partir dos dados disponibilizados na Tabela 27, referente ao tópico Violência doméstica e sexual (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p.127-128), o qual trata sobre homicídios de mulheres e feminicídios no Brasil e Unidades da Federação, fiz uma compilação dos dados para dar maior enfoque aos Estados nordestinos,¹ conforme tabela abaixo:

Tabela 2: Homicídios e Feminicídios no Nordeste

Homicídios			Feminicídios		Proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres	
Vítimas Mulheres					Em percentual (%)	
Ano	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Brasil	3.965	4.034	1.347	1.437	34	35,6
Alagoas	73	73	25	31	34,2	42,5
Bahia	424	406	93	107	21,9	26,4
Ceará	369	264	31	28	9,1	10,6
Maranhão	134	137	58	69	43,3	54,3
Paraíba	83	86	32	26	38,6	30,2
Pernambuco	230	219	87	72	37,8	32,9
Piauí	73	70	37	24	40,7	34,3
Rio Grande do Norte	75	60	20	16	26,7	26,7

¹ Sergipe não aparece com dados de destaque (positivos ou negativos) nos rankings gerais de Homicídios e Feminicídios no Nordeste do Anuário de 2023/2024 porque registrou quedas significativas e se consolidou como o estado mais seguro da região, saindo do grupo de estados com maiores taxas, enquanto outros, como Ceará e Bahia, apresentaram os maiores índices de violência e concentraram os rankings de cidades mais perigosas, com o Anuário focando em onde os problemas são mais críticos ou nas mudanças mais expressiva.

Fonte: Anuário Brasileiro e Segurança Pública 2023.

Em muitos Estados do Nordeste brasileiro, a violência contra a mulher pode ser ainda maior do que a média nacional, pois culturalmente, ao longo da história, criou-se a representação tradicionalmente nomeada como “sertanejo forte”, “cabra macho”, “descendentes de lampião”. Tal representação indica que, naturalmente, o masculino pode dominar, controlar, manipular e agredir a mulher. É neste cenário também que está inserido o Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru², no Semiárido baiano, onde está localizado o Departamento de Educação - Campus VII, espaço de constantes movimentos educacionais e culturais, muitos dos quais são liderados e organizados pelos/as professores/as e estudantes, em Senhor do Bonfim e região.

Um elemento que merece destaque nessas reflexões é que a Pedagogia, depois de determinado período histórico, se tornou uma área do saber com predomínio de mulheres em virtude da feminilização do magistério.

Diante dessa abordagem Cruz (2012) faz a seguinte reflexão em uma perspectiva histórica:

foi apenas a partir da primeira metade do século XIX que começaram a surgir as primeiras instituições destinadas especificamente à educação feminina, num quadro de ensino dual, com claras especializações de gênero. Ao sexo feminino coube, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido para o fortalecimento dos papéis de mãe e esposa (Cruz, 2012, p. 259-260).

Atualmente, o Colegiado de Pedagogia do Campus VII é composto por mais de 90% do público feminino. Em contrapartida, pouco se discute sobre as questões referentes à violência contra a mulher, gênero e suas interseccionalidades. Quais os motivos desse silenciamento? Por que os currículos de formação docente não tratam

² O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru – TIPNI, fica localizado na região Centro Norte do Estado da Bahia, no Semiárido Brasileiro. A ocupação do espaço geográfico que atualmente. É composto de nove municípios, a saber: Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Caldeirão Grande, Filadélfia, Jaguarari, Ponto Novo, Pindobaçu e Senhor do Bonfim. Abrange uma área de 13.766,68 km². Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a população do Território totalizava 262.870 habitantes, correspondendo a 1,87% da população estadual, e com densidade demográfica de 19,09 hab/km². Faz divisa com os Territórios Sertão do São Francisco, Piemonte da Diamantina e Sisal. Fonte: SEPLAN: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS-Territorio_TIPNI.pdf; SIPAC: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/piemonte-norte-do-itapicuru-2/>.

sobre essa temática de forma contínua? Para endossar essas provocações, Louro (2014) salienta:

[...] é possível argumentar que, as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino – não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se construíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação “científico” e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos (Louro, 2014, p.93).

Senhor do Bonfim, cidade polo do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, ainda não dispõe de um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Tem somente a NEAM (Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher), inaugurado em 2022. No Território, existe a Câmara de Mulheres, bem como o Centro de Referência da Mulher - CRM Mãe Sulinha, que tem importante atuação regional. Entretanto, muitas políticas e ações precisam ser realizadas para reduzir as diversas formas de agressão às mulheres, e a universidade pública não pode estar inerte neste dinamismo social: “a nomeação da violência contra as mulheres adveio de toda uma movimentação feminista da denominada “segunda onda”, referente aos anos sessenta, setenta e oitenta do século XX realizada em âmbito internacional, nacional, regional e local” (Machado, 2017, p.39).

O território é predominantemente campesino, com forte presença de lavradores/as familiares, agricultores/as, portanto, grande parte dos/as estudantes nebianos/as são oriundos/as do campo. Consideramos ser esse um elemento importante na pesquisa em curso, pois, historicamente, o campo foi um espaço com direitos negados, vozes silenciadas e patriarcalismos exaltados. Com isso, torna-se também, um território propício para o desrespeito à integridade física, moral, psicológica, material e social das mulheres que, diariamente, são vítimas da violência, na maioria das vezes cometidas por homens, cônjuges, patrões e familiares.

As mulheres das áreas mais periféricas, as campesinas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, faveladas, entre outras, raramente são ouvidas nas pesquisas, em virtude da falta de acesso à informação, e pelos hábitos culturais existentes, pois o mais comum nesses contextos é silenciar. O silenciamento foi um fator relevante na pesquisa realizada pelo Fórum, como podemos analisar através da tabela a seguir:

Tabela 3: Atitudes tomadas pelas mulheres que sofrem violência

	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023
Procurou ajuda da família	13,0	15,0	21,6	17,3
Procurou ajuda dos amigos	12,0	10,0	12,8	15,6
Denunciou em uma Delegacia da Mulher	11,0	10,0	11,8	14,0
Denunciou em uma delegacia comum	10,0	8,0	7,5	8,5
Procurou a Igreja	5,0	8,0	8,2	3,0
Ligou para a Polícia Militar no 190	3,0	5,0	7,1	4,8
Ligou para a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)	1,0	1,0	2,1	1,6
Não fez nada	52,0	52,0	44,9	45,0
Denunciou à Polícia através de um registro eletrônico			1,8	1,7
Procurou uma associação ou entidade de proteção à Mulher (ONG)			1,9	0,5

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edições 1, 2, 3 e 4; 2017, 2019, 2021 e 2023. São mulheres.

“Não fazer nada” diz muito sobre a representação social que as mulheres têm sobre a violência e os impactos nocivos das relações de poder construídas historicamente na sociedade em relação aos papéis definidos para homem e mulher. Ao identificarmos que 45% das mulheres colaboradoras da pesquisa afirmam não “fazer nada” quando sofrem violência, percebemos a gravidade do problema e como a educação tem papel fundamental nesse processo. A escola e as universidades têm também se constituído em espaços de silenciamento das violências contra as mulheres? O que a educação tem feito para reduzir tais índices? O que tenho feito como educadora para romper os silêncios?

Para responder a última indagação trago, de forma resumida, minha biografia e atuação pedagógica, pois assim afirma Larner (2019): “a história das mulheres é indispensável e essencial para emancipação das mulheres” (Larner, 2019, p.27).

Da Educação Infantil ao 8º ano do Ensino Fundamental, estudei em escola pública. Na Educação Básica, estudei em uma creche municipal muito carente de investimentos. A escola era tão pobre que não tinha estrutura física para garantir minimamente nossa segurança, como muros, por exemplo. Isso para mim e meus colegas era motivo de alegria, pois no “recreio” brincávamos livres pelas ruas do bairro. Apesar dos poucos recursos didáticos, as professoras eram dedicadas e demonstravam acreditar na importância da educação e, embora não tivessem formação superior, elas, dentro de suas limitações pedagógicas, buscavam desenvolver práticas significativas no arcabouço da educação tradicional.

Como passava por necessidades alimentares, achava que “a hora do lanche era a hora mais feliz”. Muitas vezes, era a principal refeição que tinha ao longo do dia.

A escola periférica, com estudantes em sua maioria carentes, preparava uma merenda que dava sustento para enfrentar o dia: feijão com charque, cuscuz com ovo, macarrão com sardinha, arroz com almôndegas... esse era o cardápio escolar típico de regiões semiáridas no Nordeste brasileiro.

Era uma estudante dedicada e comprometida e isso chamava atenção de algumas professoras do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Teixeira de Freitas, em Senhor do Bonfim-BA, que se organizaram, sem meu conhecimento, e dirigiram-se à diretora de uma das escolas particulares mais conceituadas da região para pedir uma bolsa de estudos para mim, no final ano de 2001.

Quando recebi a notícia que seria bolsista em uma escola particular, fiquei assustada, pois imaginava que não conseguiria acompanhar os processos avaliativos daquela escola, cuja média era 7,0 (sete). Em 2002, com muito pesar (tinha um vínculo afetivo muito grande com a escola), saí da escola pública e comecei uma nova etapa formativa. Como forma de “pagar” a bolsa recebida, em turno oposto ao que estudava, comecei a trabalhar com atividades lúdicas e jogos, nos horários de recreação nas turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Ajudava também como professora substituta. Neste momento, começava minha primeira experiência docente.

O desejo de ser educadora se estendia em minha residência. Para conciliar esse desejo e a necessidade de adquirir recursos financeiros para pagar os livros e apostilas, comecei a trabalhar, também, como “professora de reforço escolar”. Os 03 anos de Ensino Médio passaram rápido e, apesar do meu temor, consegui acompanhar o ritmo da escola sem muita dificuldade.

Atuei como Pedagoga no Projeto “Plataforma Educação Marco Zero: a questão de gênero e da educação emancipatória para uma nova política pública da educação no Ceará”, idealizado pela *We World-GVC* Brasil, vinculada à União Europeia. Após as etapas seletivas, fui aprovada e, em junho de 2017, fui embora da Bahia e passei a residir em Crateús – CE, região até então desconhecida por mim.

Meu feminino selvagem
clamou-me mulher
sugou em mim
toda força e doçura
toda magia e ternura
tudo que expele vida
de meu ventre
Meu feminino selvagem

clamou-me dona
do meu corpo
da minha alma
das minhas vontades
fez-me menina,
felina, doutrina
fez-me divina,
vagina.
Fez-me feminista.
(Oliveira, 2020)

A experiência nesse projeto foi fundamental no aperfeiçoamento e continuidade da minha formação enquanto educadora. Uma das funções que exercia era de formadora de professoras/es, em 20 municípios do sertão cearense. Ao total, percorria 126 escolas urbanas e rurais, através de um planejamento formativo modular com temáticas referentes à proposta geral do projeto. Foi neste período que adentrei de forma mais profícua aos estudos teóricos e práticos referentes ao gênero, feminismos, educação contextualizada, educação antirracista voltada para as mobilizações e transformação social de escolas públicas municipais nos sertões do Ceará.

Apesar de ter sido uma etapa muito rica nas mais diversas experiências formativas, foi também um período de grande dificuldade. Passei a viver em uma região totalmente desconhecida, distante da minha filha de 5 anos, em um território onde não conhecia ninguém. Foram 13 meses intensos, onde percebi que o fato de ser mulher e mãe solo era um elemento utilizado para justificar preconceitos, assédios, julgamentos, violências, mesmo eu sendo Pedagoga e Mestre.

Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só

Eu não me vejo na palavra
Fêmea: Alvo de caça
Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar
(Hombre, 2016)

É visível como na sociedade os distintivos de gênero podem incluir ou excluir de forma muito visível. Recordo-me que, quando tinha os primeiros contatos nos espaços para formação, as pessoas duvidavam da minha capacidade enquanto formadora, principalmente os professores (homens), o que depois de algum tempo foi

sendo rompido, pois o empoderamento e identidade feminista, atrelado à práxis educativa faziam com que apresentasse elementos teóricos e práticos para desconstruir as representações sociais negativas construídas em relação à capacidade das mulheres. Era visível nessa relação que a colonialidade do poder dos homens faz com que se sintam superiores em relação a nós. Curiel (2020) assim explica:

a colonialidade do poder implica relações sociais de exploração/dominação/conflito em torno da disputa pelo controle e domínio do trabalho e seus produtos, da natureza e seus recursos de produção, pelo controle do sexo e seus produtos, da reprodução da espécie, da subjetividade e seus produtos, materiais e intersubjetivos, inclusive o conhecimento e a autoridade, e seus instrumentos de coerção (Curiel, 2020, p.127).

Vale destacar que, com a experiência nos componentes Curriculares que assumo na condição de docente substituta (Pesquisa e Prática Pedagógica I, II, III e IV; Educação do Campo; Educação Ambiental; Ensino de Matemática; Ensino de Geografia; Trabalho de Conclusão de Curso - TCC; Propostas Curriculares para Educação Básica; Educação, Ludicidade e Corporeidade; Gestão Educacional; Infância e Educação Infantil; Arte e Educação; Antropologia e Educação; Políticas Educacionais; Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade; Educação Inclusiva; Componentes Integrados, Ateliê de Pesquisa; História e Cultura Afrobrasileira e Indígena) no curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, tenho construído com os/as estudantes metodologias diversas para expandir os estudos de gênero de forma interdisciplinar e promover reflexão sobre a violência contra a mulher através dos relatos de experiências, das narrativas e os projetos de pesquisa participantes com a comunidade externa.

Não foi possível mensurar, mas é crescente a quantidade de estudantes que apresentam problemas em consequência das violências cometidas por homens durante suas vidas, o que não se distancia da realidade local, territorial, regional e nacional, no que se refere aos índices de violência contra as mulheres. Através das representações sociais atreladas ao estudo de gênero, poderemos tencionar no currículo formativo as reflexões sobre gênero e suas interseccionalidades, pois, embora o curso de Pedagogia seja povoado em sua maioria por mulheres, pouco se discute sobre. Arruda (2019) nos leva ao entendimento que:

a epistemologia feminista, ao proclamar a experiência das mulheres como características de uma cultura específica, torna-a modalidade do saber local e propõe para a agenda feminista uma antropologia da cultura moderna, assim como propõe Moscovici com as representações sociais (Arruda, 2019, p. 348).

Dessa forma, o contato mais pessoal ocasionado, por meio de práticas pedagógicas mais sensíveis e individualizadas, têm tornado visível a vulnerabilidade das estudantes de Pedagogia da UNEB, departamento de Educação Campus VII, especialmente aquelas que moram no campo. Tais afirmações que faço estão subsidiadas em um longo processo de escuta iniciada em 2018.2, quando tive as primeiras experiências docentes no Curso, em todos os componentes curriculares assumidos nos diversos períodos (do 1º ao 8º), nas monitorias de ensino e extensão.

De posse desses registros, percebemos que as cenas assustadoras de violência presentes nos jornais, nos noticiários policiais, nos sites do país e da região, eram também, cenas do cotidiano de um número significativo das estudantes de Pedagogia, principalmente as camponesas. Mulheres com faixa etária entre 18 e 50 anos, com perfil variado – solteira, casada, bissexual, hétero, lésbicas, negras, mães, evangélicas, católicas, umbandistas, candomblecistas, todas interligadas entre si por um elemento em comum: as vivências diárias em situações de violência, o que fere nosso direito enquanto cidadãs. A Convenção Sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW, realizada em 1979 ressalta que:

[...] a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade [...] (Pimentel, 2022, p.19).

Diante dessa realidade, podemos inferir que, apesar de terem acesso à formação em nível superior em uma Universidade pública, isso não garante que estarão livres das violências de gênero. Na tabela a seguir, apresentada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, podemos constatar que o percentual de mulheres com formação em nível superior vítimas de violência ao longo da vida ainda é alto. Não basta somente ter formação, é preciso pensar que muitos outros fatores serão determinantes para constituir-se como causa da violência.

Tabela 4: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por escolaridade.

	Escolaridade		
	Fundamental	Médio	Superior
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA	49,0	39,7	43,0
Insulto, humilhação ou xingamento por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	35,6	31,1	32,6
Tapa, batida, empurrão ou chute por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	32,4	22,6	20,3
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual quando você não queria, por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	23,4	18,8	23,2
Foi forçada a ficar sozinha por um longo período ou impedida de se comunicar com amigos e familiares por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	18,7	11,1	10,8
Teve acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	19,4	7,4	4,8
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	50,4	59,4	56,0
RECUSA	0,5	0,9	1,0

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil 4ª Edição – 2023.

Vinculada com essa análise, surge também a necessidade de realizar a pesquisa com foco nas mulheres do campo, pois as estudantes, a partir de suas ruralidades, são permeadas por contextos também opressores em virtude da cultura local, das tradições familiares, e representações sociais construídas na coletividade sobre a violência contra mulher.

Durante a graduação e pós-graduação, vivi um relacionamento abusivo que durou 16 anos (dos 15 aos 31 anos de idade). Fui vítima de violência física, sexual, verbal, material, psicológica, e digo com propriedade como isso afetou minha vida, me limitando inclusive a dar seguimento aos estudos, como sempre quis.

A doutrinação católica, familiar e social impedia que eu percebesse nitidamente as violências e buscasse uma rede de apoio entre amigas, família e/ou meios legais. Hoje consigo perceber as dificuldades que tive para sair de um ciclo violento, principalmente porque as representações sociais que tinha naquele período sobre a violência minimizavam e romantizavam tudo o que vivi, impedindo-me de denunciar e

romper de vez com aquele ciclo. Saffioti (2015) nos ajuda a compreender melhor esses fatos:

no grupo familiar e na família não impera necessariamente a harmonia, porquanto estão presentes com frequência, a competição, a trapaça e a violência. Há, entretanto, uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia por parte das mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus (suas) próprios (as) filhos(as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos de violências físicas e sexuais contra si mesmas (Saffioti, 2015, p.78).

Ao longo de toda graduação, não tive acesso, ainda que de forma interdisciplinar, sobre gênero, sexualidade, feminismo, violência contra a mulher e temáticas interseccionais dentro dessa abordagem. Sei que somente tratar dessa abordagem teórica e prática não eliminará as violências, mas ajudará no processo de empoderamento feminino e consciência dos abusos sofridos e a perceber que existem outras possibilidades, caminhos, verdades, para além do que está posto.

O feminismo, gênero, sexualidade ainda não adentraram de forma estruturada nos currículos das Universidades Públicas. Na minha realidade local, por exemplo, ainda faz parte do currículo oculto e anseia por visibilidade. Paraíso e Caldeira (2018) ajudam a fazer a seguinte reflexão:

mostram que em todos os níveis de ensino muitos currículos fazem intervenções desastrosas para as vivências das diferenças nas escolas ou se silenciam sobre as experiências que envolvem questões de gênero e sexualidade, mas que nesse processo há aceitações e transgressões. Interiorizações, colonizações, domesticações, apagamentos, silenciamentos, dicotomizações de gênero e sexualidade, são práticas comuns em muitos currículos (Paraíso; Caldeira, 2018, p.17).

De acordo com Santos, Araújo e Reis (2018) é necessário pensar na formação docente contextualizada com as problemáticas emergentes das relações de gênero nos diversos espaços educacionais do semiárido para que possamos lutar pela garantia de direitos legitimados pela Constituição Federal que não faz distinção entre homem e mulher:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (Brasil, 1988).

A minha forma de ensinar e aprender precisou ser repensada, contextualizada diante das constatações, pois os olhares sombrios e assustados nos cantos das salas, os choros reprimidos, as vozes engasgadas, os desabafos coletivos nas rodas de conversas e nos corredores da universidade, sinalizaram que nos espaços formativos, enquanto formadoras, precisamos estabelecer outras relações que marquem os/as estudantes não somente através do ensino conteudista, avaliador, muitas vezes excludente e insensível.

A educação é majoritariamente organizada, executada e planejada por mulheres. O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus VII da UNEB tem em seu quadro docente a maioria de mulheres e o mesmo acontece quando analisamos o quadro discente. Nos inquieta diante de tal fato, ser ainda incipientes reflexões que discorram sobre a questão da violência contra a mulher no âmbito territorial e também estadual nas instituições de nível superior.

Partimos da premissa de que a formação das estudantes de Pedagogia perpassa por todas as experiências que elas têm no espaço acadêmico e, principalmente, nos espaços não escolares. Dessa forma, é imprescindível buscar meios que possam expressar seus pensamentos, emoções, vivências, traumas, superações, limitações para ajudarmos na construção de mulheres empoderadas, politizadas, capazes de ajudar outras mulheres (crianças, adolescentes, jovens, adultas, idosas) que se encontram nos ciclos de violência (Saffioti, 2015).

Sabe-se que nas ruralidades do sertão nordestino, a tradição patriarcal ainda é predominante (Vasconcelos, 2012). Isso implica na forma como muitas pessoas compreendem o mundo e os acontecimentos na sociedade. Uma concepção obsoleta que ainda perpetua nas organizações familiares é a de que as mulheres – filhas, mães, esposas, afilhadas, sobrinhas, netas etc, são propriedade dos homens dando-lhes o direito inclusive sobre a vida.

Esse princípio acabou por naturalizar as formas de violência, tendo resultado na sua aceitação como algo inerente à essência das mulheres e, portanto, cabia às mulheres, historicamente ensinadas a aceitar a subserviência, a obedecer, calar, não revidar insultos, chorar no silêncio, não expressar suas opiniões, acreditar na divindade da sua condição “nata” de mulher que pode ser agredida e, principalmente, a se culpar, tornando o algoz uma vítima e aceitar seu “destino”.

Assim, constatamos que as vivências das mulheres da minha família que nasceram no campo e ao longo da vida sofreram várias violências domésticas, tem relação direta com a organização do objeto de estudo dessa tese doutoral.

SEGUNDA SESSÃO – TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

2. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS A PARTIR DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – TRS E TEORIA FEMINISTA: A MULTIRREFERENCIALIDADE COMO ELEMENTO NORTEADOR DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

É preciso fazermos pesquisas, propostas metodológicas e pedagógicas a partir de processos coletivos, de organizações e comunidades, para fortalecermos nossos próprios quadros analíticos, permitindo-nos, assim, buscar as melhores vias para transformação social.

(Ochy Curiel)

Minhas itinerâncias pedagógicas continuam com um aprendizado a cada dia. A compreensão de educadora pesquisadora tem relação direta com a mudança social, de luta e mobilização política por uma sociedade mais justa, cuja equidade de gênero, raça, classe e territórios, seja prioridade e isso justifica minhas opções metodológicas, que entrecruzam a teoria das representações sociais com as epistemologias feministas decoloniais no campo da educação, a fim de construir percursos interseccionais e, portanto, transgressores. Nesse contexto metodológico Arruda (2019) explica:

[...] tanto no caso da representação social, como no da teoria feminista vemos preferência por metodologias voltadas para escuta dos sujeitos, interessadas na sua experiência e na forma como relatam. Isso desestabiliza de certa forma a díade pesquisadora (o) pesquisada (o), ao tomar o saber desta última como legítimo, mesmo se não sacramentado pela ciência, o que contraria o cânone vigente (Arruda, 2019, p. 339).

O estudo das representações sociais parece ser um caminho promissor para atingir os propósitos da pesquisa, à medida que investiga, justamente, como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. Por suas relações com a linguagem, a ideologia e o imaginário social e, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais à análise dos mecanismos que interferem na eficácia do processo educativo. O prestígio alcançado pelas teorias construtivistas e

pelas abordagens qualitativas e, mais recentemente, o crescente interesse pelo papel simbólico na orientação das condutas humanas parecem ter contribuído para abrir espaço o estudo das representações sociais, a partir do estudo pioneiro de Moscovici (1978). Ao estudar as representações sociais, o foco recai na relação entre a estrutura da representação e suas condições sociais de produção, bem como nas práticas sociais que induzem e justificam.

O conhecimento enquanto teoria é produzido, também, a partir das metodologias. A metodologia é um processo pelo qual a pesquisadora na área educacional não pode deixar de realizar, afinal “a seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionado com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos (...)” (Lakatos; Marconi, 2017, p.178).

A pesquisa, cuja abordagem está pautada nas representações sociais, pode ser considerada como elemento indispensável na compreensão crítica das questões sociais e educativas, pois nossa sociedade constrói as relações a partir das escolhas e vivências tensionadas na rotina cotidiana das pessoas. Segundo Spink (2008): “as representações sociais, sendo formas de conhecimento prático, inserem-se mais especificamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum” (Spink, 2008, p.118).

Essa proposta metodológica está pautada na pesquisa qualitativa a partir das vivências experimentadas no contexto educacional formativo de estudantes de Pedagogia, com foco nas violências impostas em seus cotidianos. Conforme Denzin (2006), os estudos de gênero, ao examinarem os processos de construção e de diferenciação de gênero, bem como as desigualdades, proporcionaram avanços fundamentais ao desenvolvimento das questões e das metodologias da pesquisa qualitativa. Tais estudos se inserem no âmbito das metodologias críticas, participam, em cheio, dos processos de reelaboração dos métodos das ciências humanas, pois parece indiscutível essa necessidade, nesse momento da história, ao processo de construção de teorias e, em particular, à elaboração de teorias feministas.

Compartilho das abordagens epistemológicas de Haraway (1995), que reconhece que o conhecimento é sempre situado, e busca criar metáforas, pontes e diálogos, ao invés de categorias ou descrições de objetos dados para análise. A crítica feminista à ciência, através do empirismo feminista, tem como ponto nodal de preocupação a discriminação e sub-representação das mulheres na ciência (Harding, 2004). Melhor dizendo, as feministas vêm de há muito colocando em questionamento

os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento, ou mesmo o que pode ser conhecido. Um deles situa-se no segmento que tem sido chamado de “a questão da mulher na ciência”, e que refere à sua participação nas atividades científicas e tecnológicas, em particular na pesquisa, e aos problemas do acesso à carreira profissional respectiva.

Desse ponto de vista, problematiza-se a questão da “igualdade”, aparentada claramente com o processo mais amplo de reivindicação dos direitos à igualdade das mulheres em todas as ordens da vida social. O caso do direito à igualdade na ciência e na tecnologia se traduz como igualdade no acesso à educação e, em particular à educação superior; no ingresso à carreira científica e seu desempenho posterior; no acesso a instâncias de decisão no desenvolvimento da ciência e da tecnologia na sociedade. Nesta direção, os estudos que envolvem Teoria das Representações Sociais – TRS utilizam métodos multifacetados ou multirreferenciais, pois as representações sociais são construídas na relação entre o conhecimento popular e o contexto social em que acontece (Joffe, 2008).

Ademais, Wagner (2008) afirma que “o conceito de Representações sociais é multifacetado” (Wagner, 2008, p.149). Pensamos que neste conceito está a justificativa de a TRS ter uma metodologia multirreferencial. Neste sentido, identificamos que uma afirmação que tem se tornado comum entre os autores/as é que a TRS busca compreender os fenômenos através de descrições e explicações. Diante desse pressuposto, Wagner (2008) referenda: “na TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, o fenômeno em questão é de ordem dos diferentes tipos de teorias populares, senso comum, e saberes cotidianos que chamamos de representações sociais” (Wagner, 2008, p.150) (grifo do autor).

Reforçando a perspectiva da multirreferencialidade, Franco e Ghedin (2011) corroboram: “a educação carrega sempre a esfera da intencionalidade, o que ressalta sua complexidade axiológica. Esta requer uma atitude de multirreferencialidade e exige que o método dessa ciência tenha a possibilidade de adentrar na esfera de valores...” (Franco; Ghedin, 2011, p.41), o que leva a perceber que seus dados qualitativos precisam ser analisados à luz dos valores implícitos e não explícitos presentes nas concepções sociais, culturais e ideológicas, ou seja, nas representações sociais das pessoas.

Partindo-se da compreensão e importância da metodologia na pesquisa, julgamos imprescindível maior aprofundamento de todas as etapas seguidas, de forma que possamos evidenciar os motivos pelos quais estamos sendo motivadas a utilizar tais métodos, os dispositivos da pesquisa e procedimentos de análise de dados. Metaforicamente, comparamos os capítulos de nossa pesquisa, inclusive este, com uma teia, sendo que cada fio funciona como condutor de informações e conhecimentos, estando interligados aos demais e sendo influenciados mutuamente.

2.1 Princípios epistemológicos da pesquisa qualitativa em educação e sua pertinência nos estudos feministas

Em se tratando das ciências humanas e sociais, nota-se, na educação, um objeto complexo que, ao ser apreendido cientificamente, não pode sofrer limitações nem fragmentações, que produziram sua descaracterização. Percebe-se, também, que os critérios de verdade estabelecidos ao longo da história não podem dar conta, como não deram, de compreender de forma satisfatória os problemas educacionais e humanitários (Ghedin; Franco, 2011).

Quanto à natureza dos dados e tomando como base a TRS que está fundamentando nosso trabalho, esclarecemos que a pesquisa seguiu a abordagem qualitativa. A opção pela pesquisa qualitativa se deu pelo fato de acreditarmos que esta é um recurso que permite atingir o conhecimento dos fenômenos humanos e culturais e por ela ser, nesse sentido, específica daqueles que realizam pesquisas de ordem social, pois para Chizzotti (2017):

a pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre e, enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a ele (Chizzotti, 2017, p.28-29).

A metodologia baseada na abordagem qualitativa surgiu como um paradigma que iria romper com alguns aspectos exaltados na Idade Moderna entre os membros do mundo científico. Entre esses aspectos, podemos citar o objetivismo, a exatidão, mensuração, homogeneização, linearidade etc, que constituíam a produção do

conhecimento voltado às ciências exatas, mas que, no entanto, desfavoreciam as ciências humanas.

A modernidade ocidental eurocêntrica também produziu uma colonialidade do saber – outro conceito que o feminismo decolonial retoma-, um tipo de racionalidade técnico-científica, epistemológica, que se coloca como modelo válido de produção do conhecimento. O conhecimento nessa visão, deve ser neutro, objetivo universal e positivo (Curiel, 2020, p.129).

Dessa forma, as estudiosas sociais buscaram estabelecer uma nova abordagem que fosse capaz de compreender os aspectos subjetivos e complexos que se constituíam nas relações sociais. Por isso, de acordo com Spink (2008), era necessário buscar:

uma metodologia que abrisse espaço à interpretação, possibilitando a emergência dos significados, da esfera simbólica, do desvelamento das intencionalidades. Com este aval os métodos qualitativos emergentes nas novas disciplinas recebem seu primeiro impulso e vão buscar seus modelos nas duas tradições empíricas então existentes: a antropologia e a psicologia clínica (Spink, 2008, p.127).

A ciência social está sempre exposta a receber do mundo que ela estuda os problemas que levanta a respeito dele. "Assim, as epistemologias do ponto de vista feminista afirmam que os estudos que começam se perguntando sobre o mundo e as atividades das mulheres são mais adequados..." (Miñoso, 2020, p. 07), porque nos permitem uma visão ampla e essa perspectiva possibilita ter um olhar mais real, aprofundado e sem distorção das realidades sociais e violências sofridas pelas mulheres do campo. Essa afirmação pode fundamentar o problema da violência de gênero no semiárido, que tem se tornado, nos últimos anos, uma emergência social, cultural e política no contexto brasileiro e, por isso, um problema que afeta diretamente a educação.

A pesquisa qualitativa possui características peculiares aos fatores sociais por entronizar estudos da diversidade, cultura, educação, gênero, violência etc, sendo que tais fatores representam o elo entre nossa proposta de estudo sobre representações sociais e a opção por este tipo de pesquisa. Portanto, percebe-se a pertinência dos paradigmas qualitativos na tentativa de alcançarmos nosso objetivo, elucidando maiores compreensões das representações sociais das estudantes de Pedagogia sobre violência contra mulheres do campo. Nesse sentido, Dotta (2006) destaca que "a pesquisa que envolve representação social, estando comprometida com situações

sociais naturais e inegavelmente complexas, é necessariamente uma pesquisa qualitativa, entendendo-se qualitativa” (Dotta, 2006, p.45).

Em se tratando da pesquisa qualitativa, podemos dizer que esta consegue perceber os sentidos, as percepções, as representações, as entrelinhas dos discursos e comportamentos, os mínimos e ricos detalhes que não se adéquam aos formulários e padrões cartesianos que, academicamente, eram produzidos por homens favorecidos pelo patriarcado científico. Para tanto, Curiel (2020) ressalta:

ao pensar uma epistemologia e uma metodologia feministas que questionam a lógica masculina da ciência, bem como suas colocações sobre uma reflexividade que evitaria a posição “objetivista” que pretende ocultar as crenças e práticas culturais do/a pesquisador/a e seu convite para que ele/a expusesse seu gênero, raça, classe e traços culturais (Curiel, 2020, p.130).

Uma característica da pesquisa qualitativa é a interação entre a pesquisadora e o grupo social pesquisado, pois há certo envolvimento de ambas as partes que supõe desenvolvimento de ações de caráter social (Michaliszyn; Tomasini, 2005).

O pensamento colonial tornou-se uma das características elementares da ciência moderna, que sempre buscou manter em sua hegemonia o monopólio do conhecimento científico para atender às demandas capitalistas e manutenção hegemônica do poder através do controle do conhecimento, comumente produzido por homens brancos, europeus e heterossexuais. Para melhor compreensão histórica desse contexto, Quijano (2010, p. 85) explica:

desde o século VII, nos principais centros hegemônicos desse padrão mundial de poder, nessa centúria não sendo um acaso a Holanda (Descartes, Spinoza) e a Inglaterra (Locke e Newton), desse universo intersubjetivo, foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo: a mediação, a externalização (ou objetivação) do cognoscível em relação ao conhecedor, para controle das relações dos indivíduos com a natureza e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção (Quijano, 2010, p. 85).

No percurso histórico da produção do saber, a metodologia qualitativa e as metodologias alternativas sofreram constantes descréditos por não atenderem aos paradigmas da cientificidade ocidental, que detinha todo o controle e manipulação do conhecimento produzido.

Entretanto, compreendemos que nenhum método consegue contemplar todas as problemáticas materiais e imateriais existentes nas sociedades. “A modernidade e

a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus”. Usar da razão significa que “o homem”, pela primeira vez, foi capaz de produzir seu próprio entendimento do mundo “sem a direção de outro” (Miñoso, 2020, p.110).

Pensar na teoria epistemológica e metodológica que fundamenta esse trabalho implica em falarmos sobre o modo de entendimento que temos em relação ao fenômeno da representação social de estudantes de Pedagogia, a partir de uma proposta metodológica pautada na pesquisa qualitativa e decolonização feminista. “[...] Quero a descolonização do feminismo. Para isso, desenvolvo uma proposta metodológica que se apoia, de um lado, no método genealógico desenvolvido por uma tradição importante do próprio pensamento filosófico, dentro da modernidade” (Miñoso, 2020, p.99).

Entendemos assim a pertinência de uma metodologia norteadada pela teoria feminista e da representação social, pois ambas se complementam nesse contexto apresentado, onde a violência contra a mulher é o foco da nossa problemática, como podemos perceber no discurso de Arruda (2022):

[...] ambas as teorias (representação social e feminista) colocam em pauta questões incômodas. Uma delas é a das reações à dominação, tendo às vezes sido gestadas no próprio seio da contestação, como no caso da teoria feminista, que escancara para a ciência a dimensão política do problema: a questão do poder não pode mais ser contornada. A ciência se aproxima mais do cotidiano das pessoas (Arruda, 2022, p. 339).

Nossas compreensões de mundo, os posicionamentos que as pessoas têm sobre o que é importante e o que faz a educação funcionar no semiárido têm influência na epistemologia feminista decolonial, pois, assim como houve a colonização metodológica da ciência, houve também a colonização feminista. Miñoso (2020) nos ajuda a fazer a seguinte reflexão:

se parece que não há surpresa diante da afirmação de que o feminismo responde à modernidade, precisamos nos perguntar como nos dispusemos a segui-lo nas regiões do mundo onde a modernidade se revela como é: racista, eurocêntrica, capitalista, imperialista, colonial. Talvez enquanto mulheres, gêneros, e sexualidades depreciadas, tenhamos sucumbido à ideia-base da teoria e pensamento feministas- de que o passado sempre foi pior para nós (Miñoso, 2020, p. 98).

Nesse sentido, é pertinente pensar que, dentro da proposta e da complexidade do estudo de fatores educacionais, o tipo de investigação que utilizaremos é de ordem analítica e interpretativa, por objetivar desvendar e analisar as representações sociais que estudantes de pedagogia do campo têm sobre violência contra mulher.

A ciência não é absoluta nem eterna. Na pesquisa qualitativa, a pesquisadora pode ser identificada como uma aventureira, que busca compreender a complexidade do conhecimento explorando os espaços e pessoas, a fim de garantir a viabilidade do estudo. Para tanto, nossa pesquisa caracteriza-se, também, como exploratória.

2.2 Pesquisa de campo do tipo exploratória

Em virtude das fontes de informação utilizadas neste estudo, podemos definir que desenvolvemos uma pesquisa de campo realizada mediante a análise das atividades do grupo estudado e de entrevistas narrativas. Lakatos e Marconi (2017) definem:

pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (Lakatos; Marconi, 2017, p.186).

Essas autoras afirmam que a pesquisa de campo tem algumas fases que exigem a sistematização de pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, a qual é entendida como primeiro passo para se saber em que estado se encontra atualmente o problema; quais trabalhos foram realizados a respeito e quais são as opiniões estabelecidas sobre o assunto. Apresentamos essa discussão na terceira sessão, a qual denominamos "estado da arte". Romanowski e Ens (2006) constata os estados da arte e de conhecimento, o que se traduz numa contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (Romanowski; Ens, 2006).

É possível encontrar diferentes tipos de estudos que realizam revisões de literatura e de produções científicas com as mais variadas denominações: levantamento bibliográfico, revisão bibliográfica, estado da arte, revisão narrativa, estudo, revisão sistemática, revisão integrativa, meta-análise, meta sumarização e síntese de evidências qualitativas. Portanto, essa diversidade de termos encontrada para denominar os estudos que realizam revisões em várias áreas do conhecimento nos leva a questionar sobre a relação existente entre eles: o que os distingue quando as expressões representam o mesmo tipo de estudo.

A pesquisa documental se assemelha muito à pesquisa bibliográfica, sendo que, nesta última, os documentos já foram analisados e adquiriram status científico, enquanto, na pesquisa documental, os elementos ainda estão “crus” e não se restringem a textos escritos. Ademais, o estudo permitiu estabelecer um parâmetro teórico inicial de referência, da mesma forma que ajudou na especificação das variáveis e elaboração do plano da pesquisa.

Levando em consideração os objetivos propostos nesta pesquisa qualitativa fundamentada no pensamento feminista decolonial, a caracterizamos como exploratória, pois pretendemos possibilitar maior contato com a situação pesquisada de forma que tenhamos maiores aproximações com o problema, com as participantes e o contexto das ruralidades que faz parte desse estudo.

Segundo Gil (2002), essas pesquisas têm como anseio principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. A característica principal de seu planejamento é a flexibilidade que possibilitará a consideração de aspectos diversificados em relação ao fato pesquisado. Para Gil (2008):

De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (Gil, 2008, p.47).

Na concepção de Trivinos (1987), as pesquisas de cunho exploratório contribuem com a investigação científica, no sentido de que possibilitam à investigadora aumentar sua experiência em torno de determinado problema. A pesquisadora parte de uma proposição e adentra seu estudo nos limites de uma realidade específica buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida,

planejar o desenvolvimento conforme metodologia específica, em nosso caso, a metodologia com abordagem qualitativa.

Em suma, apesar da simplicidade característica peculiar das pesquisas exploratórias, compreendemos que o rigor metodológico científico não estará comprometido, uma vez que todo o estudo está fundamentado teoricamente em autores/as que aprofundam e discutem nossa temática, bem como a TRS entrecruzada com a epistemologia feminista decolonial.

Nesse ínterim, desejamos delimitar ou manejar com maior segurança a TRS, cujo enunciado resulta demasiado amplo para os objetivos da pesquisa que estamos realizando, o qual possui uma subjetividade que torna essa tese complexa. Realizamos um estudo exploratório para encontrar os elementos, informações, concepções, dados necessários que permitiram, em contato com estudantes de pedagogia, identificar suas representações sociais sobre violência contra mulher.

Conforme define Gil (2008), “as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla” (Gil, 2008, p.28). Nesta fase, estaremos estabelecendo os contatos iniciais com o *lócus* e as participantes da pesquisa para dar maior segurança na delimitação da temática, sustentadas na revisão bibliográfica e demais procedimentos metodológicos.

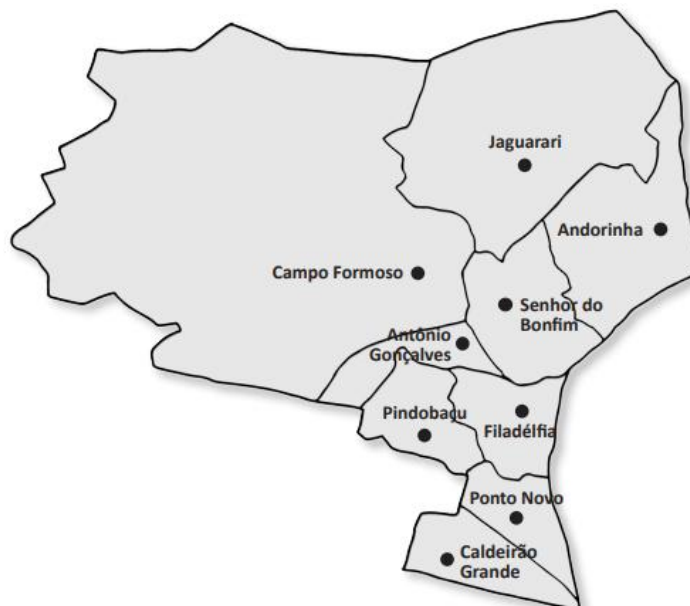
2.3 *Lócus* e participantes da pesquisa

Como colaboradoras da pesquisa teremos as estudantes do Curso de Pedagogia que moram no campo e assim se identificam. Conforme dados apresentados pela Secretaria Acadêmica da UNEB, no primeiro semestre de 2023, o Curso tem matriculadas/os 181 estudantes. Desse total, 162 são mulheres e 21, homens. Para melhor delimitação, fizemos um levantamento prévio para identificar as estudantes de Pedagogia que se adequavam ao perfil da pesquisa através dos marcadores sociais de gênero e território, a saber: se identificar enquanto mulher e residir no campo. Essas informações foram organizadas a partir do contato direto em diálogo com as turmas de Pedagogia do Campus VII da UNEB.

A pesquisa foi realizada na cidade de Senhor do Bonfim, localizada geograficamente no Semiárido baiano, espaço de significativa representatividade educativa no Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru - TIPNI, onde

está localizado o Departamento de Educação Campus VII da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. No mapa a seguir temos a divisão territorial por municípios.

Figura 1: Mapa territorial do Piemonte Norte do Itapicuru -BA



Fonte:

http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/25_piemonte_norte_itapicuru.pdf

Através do mapa, identificamos que o TIPNI é estruturado entre 9 municípios: Senhor do Bonfim, Andorinha, Jaguarari, Campo Formoso, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Filadélfia, Ponto Novo e Caldeirão Grande.

Conforme dados do IBGE, no último Censo de 2022, Senhor do Bonfim possui uma população de 74.490 habitantes, residentes nas zonas rural e urbana do município. Enfatizamos que, do número total da população, 15.999 são quilombolas, dado que merece destaque, pois é a maior população quilombola do Brasil.

A cidade é formada por 05 Distritos: Carrapichel, Igara, Missão do Sahy, Quicé e Tijuaçu e 18 povoados: Baraúnas, Barroca do Faleiro, Barro, Boa Vista, Caatinginha, Cachoeirinha, Campo do Meio, Canavieira, Cariacá, Coité, Estiva, Itapicuru, Lagoa do Boi, Passagem Velha, Socotó, Tanquinho Terrerinho e Umburanas; tem uma área de 816,697 km² e seu clima é denominado como quente e úmido (Senhor do Bonfim, 2023).

Primeiramente instituído como Faculdade de Educação de Senhor do Bonfim (FESB), por meio do Decreto nº 31.574/1985, o Departamento de Educação - Campus

VII ganhou essa qualificação a partir da vigência da Lei nº 7176/1997, que redimensionou a composição administrativa da Universidade, incidindo do sistema ternário para o binário e, por conseguinte alterou a compreensão de Departamento.

As atividades agropecuárias e de ocupações que predominam nesse território estão vinculadas ao comércio de Senhor do Bonfim que, com sua clássica feira semanal, tão grande e farta, de movimentação intensa às sextas-feiras e aos sábados, já faz parte do panorama urbano deste município. Merece destaque, também, os festejos juninos, que mostram um pouco da cultura regional, sendo o São João considerado um dos maiores do interior da Bahia, tendo um importante papel na preservação e propagação dos costumes da região. As indústrias existentes na microrregião estão voltadas para a produção e/ou beneficiamento mineral (UNEB, 2023).

Como um polo de desenvolvimento que agrupa pessoas, produtos e serviços dos municípios que integram o Território Piemonte Norte do Itapicuru, o município de Senhor do Bonfim, ao longo do seu curso, apresenta reiteradas demandas educacionais para as quais nem sempre existiam possibilidades concretas de atendimento. Dentro dessas demandas, inseria-se a necessidade, cada vez mais premente, de criação de cursos superiores que pudessem atender a vontade e necessidade de melhor formação profissional do povo da região.

Nesse contexto, é que, em 1986, foi inaugurada a antiga Faculdade de Educação de Senhor do Bonfim; hoje, Departamento de Educação do Campus VII. Com vistas ao fortalecimento da política de expansão do conhecimento no interior, o Campus VII oferece cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados em diversas áreas do conhecimento, como também Cursos de Especialização *lato sensu* e Mestrado, visando a melhoria educacional da região (UNEB, 2023).

Diante de tais ações, é que afirmamos que a presença do Departamento de Educação do Campus VII no município de Senhor do Bonfim, tem significado para o território a possibilidade de formação de profissionais qualificadas em nível superior, bem como, tem se revelado como um importante *lócus* de intercâmbio de conhecimentos e culturas com a comunidade onde se insere. O Curso Licenciatura Plena em Pedagogia do Campus VII possui, atualmente, 10 professoras/as efetivas/os e 2 substitutos/as.

2.4 Dispositivos de pesquisa

Para efetivação do nosso estudo no levantamento e organização dos dados utilizamos os seguintes dispositivos de pesquisa: entrevistas narrativas e diários de bordo, instrumentos comuns em uma pesquisa multirreferencial norteada pela TRS.

A entrevista foi utilizada por ser um dispositivo pertinente no campo de pesquisa qualitativa, já que permite que a pesquisadora crie relações de aproximação com as colaboradoras da pesquisa, solicitando as informações de que precisa sobre determinado tema ou problema. É um procedimento que facilita a abertura dos horizontes e estreita a aproximação mais íntima com as respondentes, permitindo captar e aprofundar as formas pelas quais os/as respondentes da pesquisa dão sentido às suas experiências através do discurso, incluindo seus entendimentos conscientes e inconscientes e as formas culturais disponíveis, através das quais tal entendimento é reprimido ou permitido.

Ao longo do processo de entrevista, a pesquisadora tem duas tarefas: seguir sua própria linha de investigação e fazer as questões reais de uma forma não tendenciosa. Esse é o desafio. Jovchelovitch e Bauer (2007) ressaltam que:

a entrevista narrativa se configura na abordagem (auto)biográfica como um dispositivo que nos permite depreender os saberes que um sujeito construiu ao longo de uma trajetória de formação ou até mesmo de vida. Esses saberes poderão servir como forma de orientação para que se possa descrever e analisar os sentidos das experiências que cada professor desenvolveu na docência em contexto rural (Jovchelovitch; Bauer, 2007, p. 91).

Souza (2008) destaca a pertinência desse importante instrumento:

as entrevistas narrativas demarcam um espaço onde o sujeito, ao selecionar aspectos da sua existência e tratá-los através da perspectiva oral, organiza suas ideias e potencializa a reconstrução de sua vivência pessoal e profissional de forma auto reflexiva como suporte para a compreensão de sua itinerância vivida [...] (Souza, 2008, p. 91).

A escolha pela entrevista narrativa tem relação direta pela forma como planejamos o percurso metodológico dessa pesquisa, pois, ao garantir o lugar de fala das participantes, conheceremos suas trajetórias vividas e assim teremos maiores condições de analisar suas representações sociais. Para melhor organização da

entrevista fiz um roteiro com 17 perguntas. Possibilitar a liberdade oral das estudantes de pedagogia foi fundamental no registro das suas narrativas.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, após contato prévio com as colaboradoras da pesquisa: seis estudantes do Curso de Pedagogia. Duas entrevistas aconteceram na sala de estudo da Universidade do Estado da Bahia-UNEB/Campus 7, Senhor do Bonfim-BA, por escolha das participantes, que assim optaram, tendo em vista que se sentiam confortáveis e seguras naquele ambiente, pois estavam familiarizadas com os espaços da universidade.

As outras 4 entrevistas foram conduzidas na residência onde moro atualmente. As colaboradoras externaram essa preferência, pois minha casa está mais próxima do centro da cidade e isso facilitaria a logística do transporte. Vale destacar que, quando as entrevistas foram realizadas, a universidade estava em recesso, e, por isso, os transportes que conduzem estudantes que moram nos territórios camponeses não estavam circulando.

A etapa mais complexa da pesquisa foi o contato direto com as estudantes. Ouvir, gravar e registrar suas narrativas, tendo como foco suas representações sobre violência, foi um momento extremamente tenso, intimista, emocionante e assustador. Por mais que eu estivesse familiarizada com esse tema tão sensível, com as violências sofridas em minha família e com as estatísticas nacionais em relação aos índices de violência contra mulheres, ouvir os relatos olho no olho das estudantes de Pedagogia me deixou profundamente comovida e impactada. As entrevistas foram interrompidas várias vezes, pois as crises de choro, tremores e ansiedade eram frequentes. Nesse momento, precisei “segurar meu choro” para acolher, tranquilizar e confortar aquelas mulheres fragilizadas e marcadas com memórias atormentadoras.

Em meio a tantos avanços legais, tecnológicos e educacionais, percebo que a sociedade está aquém do que idealizamos para uma vida segura e com qualidade para mulheres, principalmente as negras e moradoras de territórios camponeses.

Sobre a pertinência da entrevista narrativa, Ornellas (2011) afirma:

a modalidade narrativa não se aproxima da modalidade clássica do tipo pergunta resposta. Há um entendimento de que o informante busca falar sua própria fala de maneira singular e espontânea. Segundo Martin e Gaskell (2008), a entrevista narrativa tem regras e se estrutura em quatro fases distintas, que vão desde a permissão do uso da gravação, ao tópico central da narrativa, ao questionamento e à fase conclusiva. Não são fases estanques, mas se engendram até a construção de um protocolo de memória da fala conclusiva (Ornellas, 2011, p.65).

Durante todas as etapas de sistematização dos dados, fiz uso contínuo do diário de bordo a fim de registrar informações, percepções, falas e olhares captados ao longo da pesquisa exploratória. Com a união desses dispositivos aos diários de bordo (Oliveira; Gerevini; Strohschoen, 2017), pude ampliar nossos horizontes sobre as tessituras da vida que compõem os percursos pessoais, revelando representações que só se deixam mostrar por meio de narrativas que engendram o pensar sobre si e a tomada de consciência de si. Acreditamos que a tomada de consciência de si impulsiona a ressignificação das representações sociais que as estudantes têm sobre a violência.

Partindo-se, pois, dos pressupostos teórico-metodológicos dos paradigmas qualitativos, é válido salientar que nossa sistematização e interpretação dos dados foi fundamentada na análise de discurso, tomando-se como base as discussões e propostas elencadas pela teoria da ordem do discurso, idealizada por Foucault (2014) que assim explica:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014, p.9-10).

Pensando a linguagem na sua relação com a exterioridade, pelo dispositivo que é a Análise do Discurso, é possível levar em conta tanto a constituição dos sujeitos como dos sentidos afetados pela ideologia e pelas relações de poder. Parafraseando Orlandi (2020), para interpretar o fazemos de nossa posição sujeito, determinado pela ideologia e nos reconhecemos nos sentidos que interpretamos.

É preciso não só se reconhecer, mas fazer o esforço de conhecer. É aceitar que a linguagem não é propriedade privada. É social; é histórica. Não é transparente. Nesse sentido, o acesso analítico aos discursos das estudantes de Pedagogia tornará compreensíveis suas representações sociais, que estão atreladas, também, às relações de poder construídas em seus territórios, nos núcleos familiares e sociais, comumente determinadas pela estrutura machista e patriarcal dominantes. De acordo com essa reflexão podemos perceber que:

notaria apenas que em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cercada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (Foucault, 2014, p.09).

Se a interpretação desse contexto envolve, percebermos como a gênese da opressão e violências atuam em nossa própria vida, como somos impactadas por relações abusivas, como o machismo, racismo, a heterossexualidade, o colonialismo, sexismo e o classicismo, com suas expressões estruturais, ideologias e aspectos sociais. “Então esse trabalho não é sobre categorias analíticas, e sim sobre realidades vividas que precisam de uma compreensão profunda acerca de como foram produzidas” (Curiel, 2020, p.132).

As realidades vividas e percebidas no senso comum das pessoas entrecruzadas a partir das relações de poder do gênero tornaram-se, ultimamente, motivação para diversos estudos nas ciências humanas e, por isso, objeto de análise e construção do conhecimento que questiona as certezas, verdades estabelecidas inclusive na cientificidade. Arruda (2022) nos ajuda a perceber que:

as afinidades entre teorias emergentes como a teoria feminista e a teoria das representações sociais fazem, portanto, parte de um movimento mais amplo de relação como real e de construção do conhecimento. É assim que elas evocam uma renovação da psicologia: obrigam a revisão de velhas aquisições, trazem um novo olhar aos problemas, desestabilizam antigas incertezas. Tal como a teoria feminista, a teoria das representações sociais estampa o mesmo empenho desconstrucionista diante dos problemas humanos (Arruda, 2022, p. 340).

Para tanto, não precisamos afirmar a identidade racial, de classe social e territorial, mas trata-se de compreendermos porque somos racializadas, empobrecidas e sexualizadas, excluídas em nossos territórios. “É isso que nos interessa enquanto feministas decoloniais, porque assim conseguimos mostrar que essas condições foram produzidas pela colonialidade” (Curiel, 2020, p.132).

Miñoso (2020), fundamentada em Foucault (1991), cita alguns tópicos que precisamos conhecer ao propor a análise do discurso:

trata-se de buscar o conjunto de regras que funcionam para determinado grupo de pessoas em certo período para que possamos determinar (1) “os limites e as formas do dizível”: o que se pode ou não dizer; (2) “os limites e

as formas de conversação”: quais discursos são levados em conta e configuram como parte importante da memória e quais passam despercebidos, sem “deixar pegadas”; (3) “os limites e as formas da memória tal como aparecem em diferentes formas discursivas”: quais discursos são reconhecidos como válidos e quais são discutíveis ou inúteis; (4) “os limites e as formas de reativação”: quais são os discursos que propõem uma reconstrução?; (5) “os limites e as formas de apropriação”: quais indivíduos, grupos, classes têm acesso a cada tipo de discurso?” (Miñoso, 2020, p.104).

Na visão dela, devemos fazer um exercício que evidencie essa “economia política da verdade”, a qual pode ser evidenciada nas práticas políticas e discursivas em relação ao gênero e a sexualidade (patriarcado e regime heterossexual), cuja produção contribuimos para tornar possível. “Quero me deter nesses postulados para denunciar as regulações, hierarquizações e legitimações de determinadas formas de compreensão em detrimento de outras” (Miñoso, 2020, p.103).

A análise do discurso recobre amplo horizonte de teorias e práticas que correspondem a objetivos e finalidades variadas, de acordo com os objetivos elencados pela pesquisadora que, em contato direto com as pessoas, terá acesso às suas expressões corporais, comportamentos e olhares, formando, assim, um conjunto de elementos subjetivos e complexos que precisam ser considerados na análise. Para maior compreensão desse método, Chizzotti (2017) esclarece:

a análise de discurso pressupõe que tal discurso não se restringe à estrutura ordenada das palavras, nem a uma descrição ou a um meio de comunicação, nem tampouco se reduz à mera expressão verbal do mundo. O discurso é a expressão de um sujeito no mundo que explicita sua identidade (quem sou, o que quero) e social (com quem estou) e expõe a ação primordial pela qual constitui a realidade. Para alguns autores, o discurso constituinte da realidade deve ser o alvo mais relevante da análise: decifrar a genealogia do poder, segundo Foucault; desvendar as relações de opressão, conforme a análise crítica, que subjazem ao discurso (Chizzotti, 2017, p.120-121).

Ao assumir nossa proposta analítica dos discursos fundamentada na metodologia feminista decolonial, ressaltamos que as análises serão atravessadas pela perspectiva interseccional, por entender que as colaboradas da pesquisa estão imersas em contextos produzidos pela colonialidade do ser vinculadas ao gênero, territorialidade, classe social, raça. Para melhor compreensão recorreremos a Collins (2021), que assim define:

a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como, as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, 2021, p. 15-16).

O uso da interseccionalidade como dispositivo analítico permitiu fazermos um diagnóstico dos problemas referentes às violências vivenciadas pelas estudantes de Pedagogia, de forma que possamos pensar sobre como a intersecção com os marcadores sociais facilita nossa percepção crítica da violência contra a mulher. “Pessoas comuns fazem uso da interseccionalidade como ferramenta analítica quando percebem que precisam de estruturas melhores para lidar com os problemas sociais” (Collins, 2021, p.17). Sendo assim, conseguiremos fazer de forma mais aprofundada um estudo das realidades vividas pelas estudantes.

Inspirada em Conceição Evaristo, apresento nas análises parte das minhas memórias, tendo como fundamentos as escrevivências, pois escrever as existências das mulheres da roça que atravessam minha existência com outras mulheres ancestrais e contemporâneas permitirá uma melhor compreensão sobre as representações sociais das estudantes de Pedagogia que vivem no campo. “A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2007, p.21).

TERCEIRA SESSÃO – TRAJETÓRIA TEÓRICA

3. ESTADO DA ARTE

“Não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”.

(Audre Lorde)

A perspectiva teórica desta tese tem por fundamento a compreensão da educação sob o olhar da teoria feminista para uma consciência crítica ancorada na Teoria das Representações Sociais - TRS enquanto campo epistemológico do conhecimento. Nesse trajeto de estudos, faremos aprofundamentos para maior compreensão dos conceitos-chave que norteiam a pesquisa em tela.

As teorias representam a base para mudanças. Segundo hooks (2018), tudo o que fazemos ao longo das nossas vidas está fundamentado em teorias. Seja quando conscientemente descobrimos as razões para termos uma perspectiva específica, seja quando tomamos uma ação específica, há um preceito subentendido moldando nosso pensamento e ações.

Neste raciocínio, entendemos que, logo em seu início, as teorias feministas tinham como principal objetivo explicar para mulheres e homens como o pensamento sexista funcionava e como podemos desafiá-lo e mudá-lo. Muitas dessas mudanças acontecem através da educação: “[...] a opressão de gênero, de etnia e de classe social perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos, sustentada em práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classismo, a exclusão de grupos de homossexuais e de outros grupos minoritários” (Cruz; Dias, 2015, p.36).

Para uma visão panorâmica sobre os estudos contemporâneos referentes a esta abordagem teórica, torna-se elementar apresentar, ainda que de forma resumida, uma atualização acadêmica pautada na temática central desse estudo a partir do estado da arte. Ferreira (2002) explica esse tipo de pesquisa é definida:

como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, p.258).

No tocante ao estado da arte, tendo por pressupostos as informações preliminares levantadas a partir do Portal de Catálogo de Teses e Dissertações da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES³, nos Programas de Pós-graduação em Educação, fica perceptível que a temática violência contra a mulher relacionada à teoria das Representações Sociais com estudantes de Pedagogia que vivem em áreas campestres, não tem destaque nas pesquisas propostas por pesquisadoras/es dos cursos de mestrado e doutorado do Brasil.

Realizei uma busca na CAPES para levantar os estudos construídos no período de 2019 a 2023 sobre a temática desta tese. Para refinar os resultados, adotei alguns critérios, a saber: Tipo: Mestrado e Doutorado; Grande Área de Conhecimento: Ciências Humanas; Área de Conhecimento: Educação; Área de Concentração: Educação. Quando delimitar a palavra-chave “violência contra a mulher” com todos os critérios apresentados, foram filtrados 241 trabalhos, sendo 161 de mestrado e 80, de doutorado.

Em contrapartida, após análise minuciosa dos títulos e conceitos-chave, destaquei apenas 4 trabalhos de doutorado, cujos objetos interseccionam violência contra mulher e representações sociais a partir dos estudos feministas. Abaixo, apresento a tabela com o resultado.

Tabela 5: Estado da Arte: produções acadêmicas que trabalham com a TRS e violência contra a mulher

AUTORA	TÍTULO	ANO	NÍVEL	UNIVERSIDADE
SENA, DEBORA NAPOLEÃO DE	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: RELATOS DE ESTUDANTES DA EJA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS/AM.	2022	MESTRADO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
VAGLIATI, ANA CARLA	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DOCENTES SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS: UMA EXPERIÊNCIA COM CÍRCULOS DIALÓGICOS'	2020	DOCTORADO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM.
RUIZ, NATHALIA FAFARAO	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES'	2022	DOCTORADO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
PAIVA, LETICIA MENDES	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO	2019	DOCTORADO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

³ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>

	UNIVERSITÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES FORMATIVAS'			
--	---	--	--	--

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#>

Somente 0,82% dos 241 trabalhos têm uma relação mais estreita com este estudo, quais sejam: Ruiz (2022) e Paiva (2019), sendo que 1 dos trabalhos dialoga diretamente com estudantes de Pedagogia, público alvo da nossa pesquisa. Em contrapartida, não há intersecção com o marcador social da territorialidade, pois tenho como objetivo analisar quais as representações sociais que estudantes de Pedagogia que vivem no campo têm sobre violência contra a mulher.

A leitura mais aprofundada dos trabalhos elucidou os objetivos pensados pelas pesquisadoras. No texto de Ruiz (2022) encontramos como objetivo geral: “identificar e compreender as representações sociais de estudantes do curso de Pedagogia sobre a violência contra as mulheres”. Participaram do estudo discentes de uma instituição particular de ensino superior, situada no interior do estado do Paraná, matriculadas no curso de Pedagogia, na modalidade presencial.

A autora apresenta, no resumo, uma síntese da análise realizada na pesquisa quantiquantitativa, através de questionários sociodemográficos e questionário de múltipla escolha:

os resultados revelam que as pessoas costumam repetir padrões dentro de uma cultura, passados de geração em geração e, no que diz respeito à violência contra as mulheres, alguns comportamentos são vistos como justificáveis, portanto, é necessário, por meio da educação, apresentar novas possibilidades de se compreender a violência, identificar relacionamentos abusivos e usar os dispositivos legais para encerrar o ciclo de violência (Ruiz, 2022, s/p).

No texto de Paiva (2019) tem-se como objetivo central: “compreender as representações sociais das/os discentes de graduação da UFG/REJ sobre a violência de gênero e suas implicações formativas”. A pesquisa desenvolveu-se através de levantamento bibliográfico e documental, bem como, pesquisa de campo. Para tanto, utilizou-se como método interrogativo um questionário para a coleta de dados, disponibilizado via Google Docs – Formulário para estudantes de graduação da UFG/REJ. Na síntese das suas análises a autora evidencia que:

foi possível entender que as representações sociais de violência de gênero são estruturadas pelas categorias: ignorância, opressão, desrespeito, agressão, intolerância e preconceito, principalmente. Concomitantemente a estas significações, foi possível notar o silenciamento da violência de gênero, pelo fato de que as práticas sociais violentas são naturalizadas, especialmente para pessoas do gênero masculino. Também se identificou que existem implicações formativas após a vivência de um episódio de violência, como: desmotivação, reprovação e abandono do curso (Paiva, 2019, s/p).

Diversas pesquisas estão voltadas para o estudo sobre a violência contra a mulher ou sobre a TRS, contudo, não foram encontrados estudos específicos para pensar de forma dialogada com nosso objetivo, o que evidencia de forma consistente a pertinência e importância desta pesquisa. Para maior compreensão dessa realidade, Arruda (2019) ajuda-nos a fazer a seguinte análise:

as representações sociais se fazem presentes na abordagem de várias teóricas feministas, uma vez que o simbólico é parte da construção da subjetividade e dos gêneros. Contudo, o inverso não é tão verdadeiro: não são muitos estudiosos do campo psicossocial das representações sociais que têm se dedicado à problemática do gênero (Arruda, 2019, p. 349).

Com isso, poderemos analisar e problematizar a trama das desigualdades e diversidade no ensino superior brasileiro, considerando alguns fatores interseccionados, os desafios de sua inter-relação entre políticas públicas de igualdade e diversidade nas políticas de identidade ou de reconhecimento da diferença no contexto nacional.

Assim sendo, será possível o engajamento na luta por políticas públicas para as mulheres, mobilização das instituições para atuar de forma direta na assistência psicossocial das estudantes vítimas de violência, na melhoria da qualidade de vida dessas estudantes, dando-lhes apoio jurídico, pedagógico, político e cultural, levando em consideração suas identidades e diferenças.

“O desenvolvimento de atitudes mais adaptadas ao contexto da diversidade cultural incide diretamente sobre a educação para a cidadania, a promoção da coesão social, a igualdade de oportunidades e equidade, participação crítica na vida democrática e aceitação natural da diversidade cultural” (Cruz, 2017, p. 205).

Quando há interferência positiva na forma como as estudantes de pedagogia representam a violência, a educação e suas interfaces poderão contribuir para a desconstrução de representações sociais que impedem à liberdade, o

empoderamento feminino, o reconhecimento de si enquanto mulher do campo, capaz de construir uma história diferente do que foi e ainda é imposta. Para Arruda (2019), “a epistemologia feminista, ao proclamar a experiência das mulheres como característica de uma cultura específica, torna-se uma modalidade de saber local assim como propõe Moscovici com as representações sociais” (Arruda, 2019, p.348).

Santos (2017) ressalta que as representações sociais não são estagnadas, pelo contrário, estão continuamente passando por um processo de construção e reconstrução de forma inteiramente dinâmica e dialética. Por isso, diante dos fenômenos sócioeducacionais e da equidade de gênero, temos a capacidade de modificar nossa ação que é precedida pela representação. Segundo Moscovici (2012):

por Representações Sociais entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporâneas do senso comum (Moscovici, 2012, p.181).

Na concepção de Ornellas (2017), pesquisadora da teoria criada por Moscovici:

as representações, portanto, são compartilhadas elaboradas por determinado grupo já que sua construção ocorre na relação dos sujeitos entre si e com os objetos nesse processo, desconstrói-se uma realidade que é única, específica, mas que é compartilhada pela comunicação de sujeitos em interação com o outro. Não há representação social sem objeto e sem sujeito social, ou individual, pertencente a um determinado grupo (Ornellas, 2017, p.17-18).

É dentro desse contexto que surge a necessidade de fazermos pesquisas teorizando e conhecendo as representações sociais na área educacional e suas intersecções com as questões de gênero, levando em consideração os contextos de ruralidade e as vivências das estudantes de Pedagogia que são perpassadas cotidianamente, também, pela violência praticada por homens através da violência doméstica. De acordo com a Lei nº 11.340 - Lei Maria da Penha:

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer

relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Brasil, 2006. p.13).

Tudo o que fazemos na vida está fundamentado em nossas representações. Seja quando conscientemente exploramos as razões para termos uma perspectiva, seja quando tomamos uma ação específica, há um sistema implícito moldando pensamento e prática. As representações sociais, portanto, também definem nossa existência.

Moscovici (2012) conceitua a representação social como sendo “a preparação para ação”, não só porque conduz os comportamentos, as atitudes, mas, principalmente, porque remodela e constitui elementos do ambiente no qual o comportamento precisa acontecer. A representação social, ademais, permite dar sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações na qual está ligado o objeto, disponibilizando as noções, os sentidos e teorias que tornam as relações possíveis e eficazes.

Analisar as cotidianidades das estudantes de Pedagogia do campo implica refletir sobre os modos de vida traduzidos na maneira como essas mulheres construíram suas subjetivações identitárias e como concebem as relações sociais.

Os espaços campestres do Nordeste são também espaços onde mulheres são violentadas, muitas vezes obrigadas a aceitar a cultura machista existente em suas comunidades, cujas práticas violentas são ainda ocultadas principalmente pelas famílias arraigadas em tradições, crenças, mitos tomados como verdades estabelecidas ao longo das gerações. É urgente e necessário o surgimento de novas ruralidades no Semiárido baiano para o rompimento de paradigmas patriarcais, ainda predominante nesses espaços como enfatiza Rios (2017):

vale ressaltar que o surgimento de novas ruralidades no Brasil se dá em relação a fatores como: superação de condições de desigualdades sociais e de invisibilidade das minorias políticas existentes; necessidades de construção de um novo mundo rural; necessidade de construção de novas identidades [...] (Rios, 2017, p. 853).

Salientamos que pensar sobre a situação de estudantes de pedagogia no Semiárido campestre pressupõe necessariamente levar em consideração categorias que foram historicamente silenciadas, dentre elas as mulheres, pois não podemos pensar o espaço rural do Semiárido desvinculado da história das mulheres, uma vez

que essas são imprescindíveis para a constituição identitária, cultural, social e econômica desse território.

As mulheres do Semiárido, assim como em todas as regiões do país, foram silenciadas ao longo da história e tal silenciamento acabou por desencadear num processo contínuo de distintas violências. Assim, discorrer sobre as questões inerentes às mulheres do campo pressupõe problematizar as representações sobre violências construídas na sociedade. Precisamos dar maior visibilidade às desigualdades e diversidade na educação superior brasileira, em especial nos cursos de formação docente.

O ambiente das universidades reproduz em suas relações sociais, acadêmicas e políticas o patriarcado, machismo, o racismo, a LGBTfobia e a transfobia, cisgeneridade e a UNEB está inserida nessa realidade, por isso a relevância dessa pesquisa, tendo em vista a necessidade da atuação política educativa.

O estudo da violência contra a mulher em contextos formativos acadêmicos fundamentados na Teoria das Representações Sociais perpassa necessariamente pelo estudo sobre as reivindicações das mulheres ao longo da história, bem como, os estudos sobre gênero, feminismo, patriarcado e machismo. Nessa investida, faremos ao longo da pesquisa, aprofundamentos teóricos interseccionais atrelados aos conceitos norteadores objetivando analisar as representações sociais que estudantes de pedagogia residentes no campo têm sobre violência contra a mulher.

Ao fazermos uma retrospectiva histórica sobre as primeiras discussões que traziam a palavra gênero para o centro dos estudos, percebemos que o seu conceito polissêmico sofreu muitas mudanças e continua em constante reformulação. “Ao longo da década de 1990, os estudos sobre as relações de gênero se consolidaram a partir de uma reavaliação dos pressupostos teóricos que fundamentavam o campo de estudos sobre as mulheres”(Bento, 2017, p. 73).

Para ilustrar essa afirmação dialogamos com Scott (1995):

as feministas começaram a utilizar a palavra "gênero" mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades não-examinadas (Scott, 1995, p.72).

Uma outra constatação visível a partir dos estudos de Joan Scott é que gênero foi utilizado, durante algum tempo, como referência aos estudos que falavam estritamente sobre as mulheres.

O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico (Scott, 1995, p.72).

A utilização descritiva do termo "gênero" usada pelos/as estudiosos/as, na maioria das vezes, para demarcar uma nova área de pesquisa. À medida que pesquisadores/as da área social voltavam suas pesquisas para novos objetos de estudo, o gênero colocava em evidência temas relevantes como mulheres, crianças, deficientes, famílias entre outros.

De acordo com a pesquisadora feminista Scott (1995):

na sua utilização recente mais simples, "gênero" é sinônimo de "mulheres". Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo "mulheres" por "gênero". Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa, de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas. Nessas circunstâncias, o uso do termo "gênero" visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois "gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres" (Scott, 1995, p.75).

O movimento feminista no Brasil contemporâneo, que teve grande expressividade durante década de 1970, sempre se articulou organicamente com outros movimentos sociais do período que tinham como maior objetivo a qualidade de vida das pessoas, em todos os seus âmbitos, como moradia, esgotamento sanitário, cultura e lazer, trabalho, acesso à educação em todos os seus seguimentos, principalmente na educação infantil, transporte público etc. "Creio que há uma clara articulação entre o feminismo dos anos setenta e a emergência dos estudos de gênero nos anos noventa, assim como acredito que houve uma estreita vinculação entre as chamadas militantes e as pesquisadoras, naquela época..." (Corrêa, 2001, p. 24-25).

Um dos desafios dos estudos na contemporaneidade é o rompimento da compreensão binária em relação ao gênero, a superação da dicotomia feminino e masculino que, historicamente, fundamentou práticas sexistas, LGBTQIAPNfóbicas,

machistas e misóginas, o que exige de nós a busca por mudanças estruturais em toda a sociedade, sendo que a educação pode, ser nesse sentido, a principal ferramenta da transformação social.

Muitas dessas mudanças perpassam pela educação: “[...] a opressão de gênero, de etnia e de classe social perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos, sustentada em práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classismo, a exclusão de grupos de homossexuais e de outros grupos minoritários” (Cruz; Dias, 2015, p.36).

Os estudos de gênero passaram a ganhar visibilidade nas mais diversas áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, pois nas últimas décadas pesquisadoras/es de várias nações perceberam sua necessidade e importância no meio acadêmico e suas implicações na sociedade. Sendo assim, é válido salientar que, nesta pesquisa, buscaremos dar maior ênfase aos estudos de gênero na educação, pois essa análise se torna fundamental diante dos nossos objetivos. “Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes de gêneros” (Louro, 2014, p. 29).

Destarte, Louro ainda nos leva a refletir que:

a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos reconheçam (não) nesses modelos (Louro, 2014, p. 62).

Partindo de tais premissas apresentadas pela autora, somos instigadas a perceber que a escola, muitas vezes ao longo da história e atualmente, é produtora de diferenças, de prática excludentes, que desvalorizam os gêneros que existem nos espaços escolares, embora haja tentativas de ocultamento e silenciamento. “Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, ela produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva” (Louro, 2014, p.61).

Neste sentido, é válido ressaltar que, ancorada nos estudos decoloniais, articularemos gênero, classe, raça e território em uma perspectiva interseccional, uma vez que todos esses marcadores sociais estão entrelaçados. “A importância da interdependência nesse conceito das dimensões de classe, de gênero e de raça – que

as pesquisadoras feministas analisam hoje sob a categoria de Interseccionalidade – me parece evidente” (Hirata, 2018, p.72).

Para reafirmar a importância de pensar e discutir o gênero a partir da Interseccionalidade, apresentamos a análise de Scott (1995) que diz:

o interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos (Scott, 1995, p.72)

Estudar gênero na educação, numa perspectiva interseccional, tem muita relação com a forma de como compreendemos a sociedade e as pessoas que a compõem. Pessoas estas constituídas de identidades e diferenças, que não podem ser reduzidas somente aos papéis sociais desempenhados como homem e/ou mulher. Precisamos transcender à dicotomia posta como paradigma existencial.

QUARTA SESSÃO – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA RESIDENTES NO CAMPO

4.REALIDADES VIVIDAS

Quem você pensa que é pra dizer a alguém
que pode parir
Onde ela deve ou não deve ir?
Quem você pensa que é pra dizer a alguém
que sabe gerar

O que ela pode ou não falar?
Quem você pensa que é pra dizer a alguém
que pode parir
Onde ela deve ou não deve ir?
Quem você pensa que é pra dizer a alguém
que sabe gerar
O que ela pode ou não falar?
(Pitty, *Feminelza*, 2023)

A imersão poética analítica nas estrofes da canção “Feminelza”, de autoria da artista Pitty, que homenageou a cantora feminista Elza Soares, possibilita percorrer caminhos cujas problemáticas nos motiva a muitas reflexões sobre práticas discursivas sustentadas no machismo, que traz como consequência as violências contra nós mulheres.

Nesse sentido, levando-se em consideração o objetivo apresentado nos elementos introdutórios desta tese, qual seja: Desvendar e analisar as representações sociais que estudantes de Pedagogia residentes no campo têm sobre a violência contra a mulher, traremos o resultado das representações sociais visualizadas nas narrativas de 6 mulheres distintas, mas que, em comum, tiveram suas vidas atravessadas pelas violências de gênero.

Apresento, nesta escrita, um perfil básico das mulheres, para melhor compreensão das suas narrativas. 67% delas estão com idade na faixa etária entre 21 e 29 anos e 23%, entre 31 e 40 anos. Em relação à identidade étnica, 50% se identificam como mulher negra e 50%, como parda. Quanto à territorialidade, todas afirmaram ser mulher da roça⁴. Além do trabalho agrícola, a mulher da roça, tradicionalmente, também cuida da casa, da família e de outras tarefas domésticas. Em alguns contextos, a mulher da roça pode ser vista como uma figura secundária, com suas atividades e decisões, muitas vezes, relegadas ao segundo plano em relação às do homem. As relações sociais são estruturadas em comunidades camponesas. No contexto deste estudo, é válido destacar que 50% das mulheres vivem em comunidades camponesas do município de Antônio Gonçalves-Ba, 33% nas comunidades de Senhor do Bonfim-Ba, e 17% em uma comunidade de Jaguarari-Ba.

⁴ “Mulher da roça” refere-se a mulheres que vivem e trabalham na zona rural, muitas vezes em atividades ligadas à agricultura e à produção de alimentos. No entanto, o termo pode ter diferentes conotações, desde uma visão tradicional de mulher que desempenha tarefas domésticas e auxilia no trabalho agrícola, até uma perspectiva mais moderna de mulher rural que busca o protagonismo e a autonomia em sua vida e trabalho.

Antônio Gonçalves é uma cidade de Estado do Bahia⁵. Os habitantes se chamam antônio-gonçalvenses. O município se estende por 313,9 km² e contava com 11 798 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 37,6 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Campo Formoso, Pindobaçu e Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves se situa a 9 km a Sul-Leste de Campo Formoso, a maior cidade nos arredores. Situado a 504 metros de altitude, Antônio Gonçalves tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 10° 34' 12" Sul, Longitude: 40° 16' 20" Oeste, informações disponíveis na Prefeitura de Antônio Gonçalves.

Senhor do Bonfim⁶ é um município brasileiro localizado no centro norte da Bahia, situado a 375 km da capital Salvador, tem uma população de aproximadamente 81.330 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE. De clima quente e úmido o ano todo, seu bioma é a Caatinga. O município possui uma forte tradição de festas juninas e é considerada a capital baiana do forró. A história da formação de Senhor do Bonfim está historicamente relacionada à busca de ouro e pedras preciosas e à introdução da criação de gado no sertão baiano. Em fins do século XVI, portugueses pertencentes à Casa da Torre organizavam expedições com destino ao rio São Francisco e às minas de ouro de Jacobina, iniciando a ocupação do interior da província e a formação de vias de comunicação com o litoral.

O município de Jaguarari⁷ fica localizado na latitude -10.2569 e longitude -40.1999 e faz parte do estado da Bahia, com um total de 2466,011 km² de extensão territorial. De acordo com dados do IBGE, Jaguarari possui aproximadamente 33.385 habitantes. As pessoas que nascem em Jaguarari são chamados de jaguararienses. O município de Jaguarari tem sua história atrelada à história da civilização do interior baiano, evidentemente influenciada pela chegada dos portugueses e outros povos de semelhantes países de destacado domínio técnico e científico para a época. Com a busca e cobiça dos colonizadores por metais preciosos, principalmente o ouro e a prata, o interior da Bahia foi adentrado e sofreu seus primeiros impactos sociais e ambientais, com a destruição das feições estéticas das matas e o processo forçado de escravidão à que se imputava aos nativos destas terras.

⁵ Disponível em: [Prefeitura de Antônio Gonçalves](#) .

⁶ Disponível em: [SENHOR DO BONFIM – Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim](#) .

⁷ Disponível em: [Tudo sobre a cidade de Jaguarari Estado da Bahia - Cidades do meu Brasil](#) .

Esses três municípios pertencem ao Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru – TIPNI.

Todas as estudantes são negras ou pardas, coadunando com as estatísticas existentes em relação às identidades étnicas das pessoas que vivem no Brasil. Elas representam a maioria da população brasileira que, segundo dados do IBGE:

em 2022, cerca de 92,1 milhões de pessoas se declararam pardas, o equivalente a 45,3% da população do país. Desde 1991, esse contingente não superava a população branca, que chegou a 88,2 milhões (ou 43,5% da população do país). Outras 20,6 milhões se declaram pretas (10,2%), enquanto 1,7 milhões se declararam indígenas (0,8%) e 850,1 mil se declaram amarelas (0,4%). Os dados são do Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: Resultados do universo, divulgados hoje pelo IBGE... A Bahia (22,4%) tinha a maior proporção de população preta, com Rio de Janeiro (16,2%) e Tocantins (13,2%) a seguir. Os menores percentuais estavam em Santa Catarina (4,1%) , Paraná (4,2%) e Amazonas (4,9%)...O Censo 2022 também mostra a categoria de cor ou raça preponderante para cada município do Brasil. A população parda era maioria em 3.245 municípios, ou 58,3% do total de municípios do país. Mais da metade desses municípios (53,0% ou 1.720) estão no Nordeste (IBGE, 2022).

O percentual de mulheres pretas e pardas dessa pesquisa está diretamente ligado à realidade do Brasil. A mulher negra desempenhou um papel fundamental e multifacetado na formação da sociedade brasileira, desde os tempos da escravidão até a atualidade. Sua resistência, trabalho árduo, contribuições culturais e luta por direitos moldaram a identidade e a história do país, muitas vezes de forma invisibilizada.

Nesse contexto, é imprescindível perceber que pretas e pardas são a maioria das mulheres que sofrem violência no país. Sim, é verdade que mulheres pretas e pardas são a maioria das vítimas de violência no Brasil. Estudos e dados oficiais indicam que mulheres negras enfrentam maiores taxas de violência em comparação com mulheres brancas, sendo mais vulneráveis ao feminicídio, violência doméstica e outras formas de agressão. Essa realidade é evidenciada nos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2025 e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP 2025:

não é possível debater violência de gênero sem pensar em seus recortes, ainda que este seja um fenômeno, tragicamente, vivenciado por todas as mulheres. Sem a lente da interseccionalidade é impossível compreender os números da violência contra mulheres no Brasil pois, se o objetivo é entender o fenômeno e enfrentá-lo, faz-se necessário conhecer as vulnerabilidades específicas de cada demografia. A universalidade nos auxilia na medida em

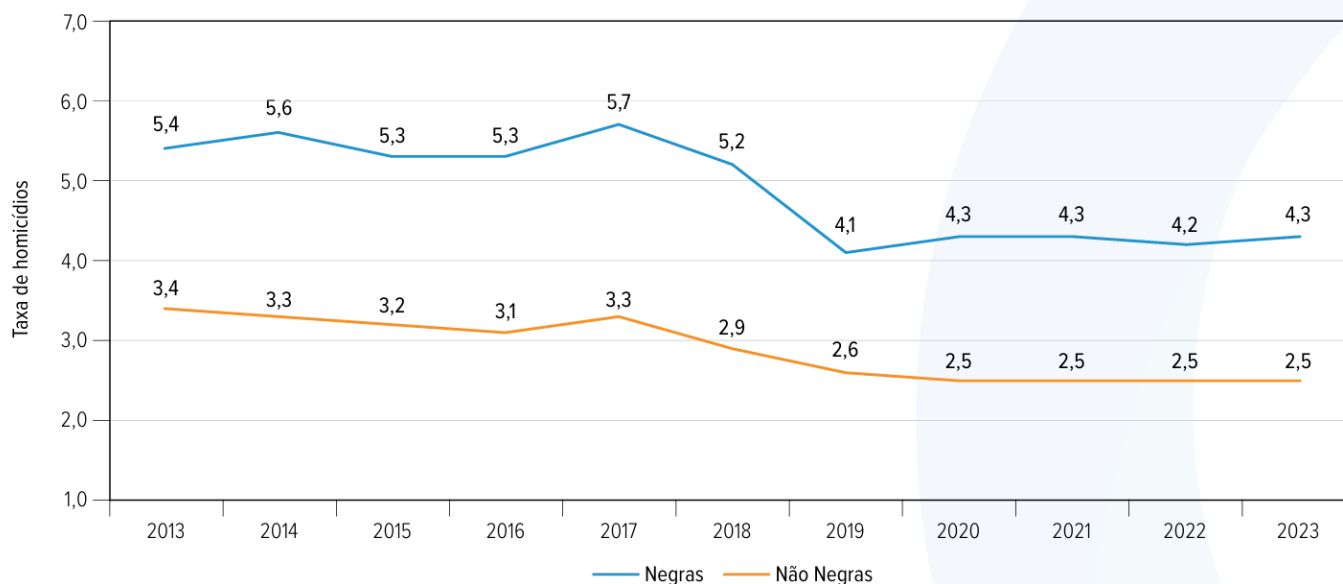
que nos revela que a violência contra a mulher no país tem alcance nacional e transversal. Contudo, é preciso cautela, pois ela não pode impedir que reconheçamos o fato de que algumas mulheres vivenciam a violência de forma mais aguda e reiterada do que outras. Neste ponto, as mulheres negras – o grupo composto por pretas e pardas – seguem exercendo um triste protagonismo: os dados registrados no sistema de saúde de homicídios femininos filtrados por raça/cor mostram que as mulheres negras são as mais atingidas por tal tipo de violência (IPEA, 2025, p.57).

Pretas e pardas representam o grupo que mais sofre violências. Além do gênero, a questão racial é determinante para nossos estudos e análises.

Em 2023, foram registradas 2.662 mulheres negras vítimas de homicídio, o que representa 68,2% do total de homicídios femininos. Dito de outro modo, estamos diante de uma taxa de 4,3 mulheres negras mortas por homicídio por grupo de 100 mil habitantes. Os números evidenciam o trágico encontro entre a cultura patriarcal e o racismo estrutural, ambos fortemente enraizados no Brasil. De modo que os dados dessa edição são mais um retrato, entre tantos, de uma violência de gênero (seja ela letal ou não letal) que dá preferência para corpos negros, e que é histórica. (IPEA, 2025, p.57)

Diante dos dados apresentados pelo IPEA, é imprescindível entendermos que, enquanto em 2023, a taxa brasileira de homicídio feminino de negras foi de 4,3, a Bahia se destacou negativamente como o quarto Estado com maior índice de homicídios (6,6), superando a taxa nacional. O gráfico a seguir ilustra essa realidade:

Gráfico 2: Taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes por raça/cor (2013 a 2023)

Brasil: Taxa de homicídios registrados de mulheres por 100 mil habitantes por raça/cor (2013 a 2023)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) e MS/SVSA/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.
 Nota: O número de homicídios foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra. O número de negras é a soma de pretas e pardas, não negras foi obtido pela soma de brancas, amarelas e indígenas.

Os elevados índices de violências contra pretas e pardas ilustram como o racismo continua massacrando majoritariamente essas mulheres, cujas ancestrais também foram violentadas, desde o primeiro momento da colonização brasileira. Diante da realidade encontrada é fundamental destacar que nossas análises serão interseccionais, pois:

metodologicamente e epistemologicamente, a intersecção de gênero e raça revela-se uma via produtiva para pensarmos, por exemplo, subjetividades, resistências e proposições interpretativas, da realidade, da cultura e do discurso. Que estão ocultas ou apagadas nos arquivos textuais da literatura nacional (Miranda, 2023, p.51).

Evaristo (2017) nos atravessa com seus escritos poéticos que, em meio às dores, permite melhor compreensão desses contextos de injustiça histórica:

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 ecoou lamentos
 de uma infância perdida.

A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela

A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e fome.

A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 O eco da vida-liberdade.
 (Evaristo, 2017)

Todas as participantes são estudantes do Curso de Pedagogia, de turmas variadas do segundo ao sétimo período. Do total de mulheres, 83% são casadas e 17%, solteiras. 67% têm uma ou duas filhas. Em relação à orientação sexual, todas as mulheres casadas são heterossexuais e cisgênero, a solteira é pansexual.

Ao identificar que a maioria das mulheres é casada, mesmo sem ter concluído um curso de Ensino Superior, e/ou ter autonomia financeira, constatamos que esse dado, aparentemente natural, é também uma característica da sociedade patriarcal e machista que nos forma para ter o casamento como desejo, concretização do sonho, e busca constante, uma vez que a nossa existência nessa lógica tem como premissa a presença de um homem, seja pai, irmão, tio, avô, mas principalmente um esposo.

Consoante a reflexão, Simone de Beauvoir (1967) nos conduz a uma análise crítica sobre o casamento como esse destino indubitavelmente determinado para as mulheres:

o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o ser. É em relação ao casamento que se define a celibatária, sinta-se ela frustrada, revoltada ou mesmo indiferente ante essa instituição. [...] Economicamente ele é o chefe da comunidade, é portanto ele quem a encarna aos olhos da sociedade. Ela toma-lhe o nome, associa-se a seu culto, integra-se em sua classe, em seu meio; pertence à família dele, fica sendo sua "metade". Segue para onde o

trabalho dele a chama; é essencialmente de acordo com o lugar em que ele trabalha que se fixa o domicílio conjugal; mais ou menos brutalmente ela rompe com o passado, é anexada ao universo do esposo, dá-lhe sua pessoa, deve-lhe a virgindade e uma fidelidade rigorosa. [...] A mulher está votada à perpetuação da espécie e à manutenção do lar, isto é, à imanência (Beauvoir, 1967, p. 165-169).

O determinismo social com o controle dos nossos corpos faz ecoar com naturalidade a imposição do nosso estado civil e a dependência existencial feminina para com os homens. Aquelas que subvertem à ordem e ousam ficar solteiras sofrem as retaliações da sociedade. Por isso, não é inusitado o fato de somente 17% não serem casadas. Dessa forma, Marcia Tiburi (2018) explica: “a desigualdade do trabalho doméstico, o papel da maternidade e toda uma lógica do próprio casamento como submissão da mulher ao homem têm muito de um tipo de violência, que é a simbólica” (Tiburi, 2018, p.106).

Em relação à situação profissional, 16,3% é servidora pública municipal, 32% têm contrato temporário na prefeitura, 16,3% é feirante, 16,3% participa de programa de estágio remunerado. Ou seja, todas, mulheres sertanejas, pretas, pobres que vislumbram melhores condições de vida através da formação no Curso de Pedagogia.

Para seguir com uma proposta ética na pesquisa, solicitamos que todas as estudantes assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TECLE, bem como, garantimos a todas que suas identidades seriam ocultas, portanto, vale ressaltar que utilizamos nomes fictícios inspirados em feministas que se destacaram na luta brasileira, por melhores condições de vida e respeito. A escolha dos nomes para identificar as colaboradoras não tem relação direta com as violências sofridas pelas estudantes.

Para tanto, destacamos os nomes escolhidos intencionalmente para se referir a cada estudante: Margarida Alves, Maria Firmina, Dandara, Almerinda, Pagu e Marielle Franco.

Os discursos das estudantes de Pedagogia ilustram suas representações sociais. Dessa forma, ao estabelecermos os discursos como produtos sociais, eles também cooperam para a imobilização de percepções preestabelecidas socialmente, que toleram ou não representações positivas ou negativas do elemento retratado. Ou seja, o discurso auxilia as diversas compreensões de mundo, em um processo de construção de significados da realidade:

o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (Fairclough, 2001, p. 91).

Tendo como base a análise do discurso e fundamentada na epistemologia feminista decolonial, buscamos, na teoria das representações sociais, desvendar como estudantes de Pedagogia residentes no campo representam a violência contra a mulher. O estudo a partir dessas duas teorias torna-se um elemento norteador da nossa pesquisa, como bem explica Arruda (2019):

assim, ambas as teorias (representação social e feminista) colocam em pauta questões incômodas. Uma delas é a das reações à dominação, tendo as vezes sido gestadas no próprio seio da contestação, como no caso da teoria feminista, que escarna para a ciência a dimensão política do problema: a questão do poder não pode mais ser contornada. A ciência se aproxima mais do cotidiano das pessoas (Arruda, 2019, p.339)

A teoria das representações sociais considera os contextos socioculturais, institucionais e coletivos nos quais estão inseridas as pessoas. Essa convicção deu maior respaldo epistemológico durante a condução metodológica da pesquisa.

Para melhor entendimento dos contextos em que as estudantes estavam envolvidas, usei, ao longo das entrevistas narrativas, os diários de bordo. Estes foram cruciais para organização e estruturação dos dados, que serão apresentados através de categorias, pois entendo que a análise de discurso procura compreender como o sentido é construído nos textos e contextos da realidade pesquisada, para além da análise aparente da linguagem.

As entrevistas foram gravadas em aparelho *smartphone*, salvas em meu *drive* particular e, posteriormente, transcritas, mantendo a originalidade das falas. Ao total foram 268 minutos de gravação e, após a transcrição, nosso arquivo com as narrativas teve uma extensão de 83 páginas. Ademais, ressalto que, como forma de viabilizar o estudo, priorizamos partes das narrativas das colaboradoras da pesquisa tendo como eixo norteador o objetivo proposto.

É importante salientar que, durante todas as entrevistas, as participantes inicialmente estavam tensas, nervosas, pois a temática sensível e complexa desse estudo nos conduziu em uma imersão de memórias de dores, sofrimentos e muitas violências.

Uma gota de leite
 me escorre entre os seios.
 Uma mancha de sangue
 me enfeita entre as pernas.
 Meia palavra mordida
 me foge da boca.
 Vagos desejos insinuam esperanças.
 Eu-mulher em rios vermelhos
 inauguro a vida.
 Em baixa voz
 violento os tímpanos do mundo.
 Antevejo.
 Antecipo.
 Antes-vivo
 Antes – agora – o que há de vir.
 Eu fêmea-matriz.
 Eu força-motriz.
 Eu-mulher
 abrigo da semente
 motor-contínuo
 do mundo.
 (Evaristo, 2011)

Choro, tremores no corpo, expressões assustadas e engasgos eram visivelmente percebidos e sentidos. E, apesar de tudo isso, elas se mantiveram fortes, destemidas, dispostas a concluir o percurso formativo acadêmico e contribuir com a pesquisa que realizei.

E as mulheres ao exibirem com orgulho as antigas cicatrizes, mesmo quando descrevendo chorando sobreviventes um episódio dramático do seu passado, o fazem a partir de uma atitude de sobreviventes. De quem exorcizou a dor e se encontrou inteira para além dela. E mais, parecem expor suas chagas até com certo orgulho conscientes da força que emana de sua história. As narrativas dividem-se em duas: antes e depois do acontecido (Duarte, 2023, p.217-218)

O fenômeno da violência contra as mulheres provoca sérias e graves conseqüências não só para o seu pleno e integral desenvolvimento; afeta a sociedade como um todo, pois envolve segurança, cultura, saúde, educação, comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos, mas também para o desenvolvimento socioeconômico do país (Narvaz; Koller, 2006).

Para melhor entendimento dos resultados constatados na pesquisa, precisamos entender que a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu o Pacto Global, que reúne 193 países membros. É parte da Agenda 2030, um plano de ações que visa alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) nesta década, qual seja: “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as

mulheres e meninas”. Para conseguir atingir esse objetivo, 9 metas foram estabelecidas, as quais apresentamos na tabela a seguir:

Tabela 6: Metas da ODS 5

Metas, indicadores e avaliação			
ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas			
Meta	Indicador global	Evolução dos indicadores	Avaliação das metas
5.1 – Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.	5.1.1 – Existência ou não de arcabouço legal em vigor para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo.	Sem indicador	✘
5.2 – Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.	5.2.1 – Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica, por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos doze meses, por forma de violência e por idade.	Proxy PNS-IBGE 2019	✘
	5.2.2 – Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram violência sexual por outras pessoas não parceiras íntimas, nos últimos doze meses, por idade e local de ocorrência.	Proxy PNS-IBGE 2019	✘
5.3 – Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.	5.3.1 – Proporção de mulheres com idade de 20 a 24 anos que casaram ou viveram em união de fato antes dos 15 anos e antes dos 18 anos de idade.	Proxy SIRC 2016 a 2021	✔
	5.3.2 – Proporção de meninas e mulheres com idade entre 15 e 49 anos que foram submetidas a mutilação genital feminina, por grupo etário.	Não se aplica ao Brasil	✘
5.4 – Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.	5.4.1 – Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização.	Produzido	✘
	5.5.1 – Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais.	Produzido	✔
5.5 – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.	5.5.2 – Proporção de mulheres em posições gerenciais.	Produzido	✔
	5.6.1 – Proporção de mulheres com idade entre 15 e 49 anos que tomam decisões informadas sobre suas relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados com saúde reprodutiva.	Sem indicador	✘
5.6 – Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.	5.6.2 – Número de países com legislação e regulamentação que garantam o acesso pleno e igualitário de mulheres e homens, com 15 anos ou mais de idade, aos cuidados, informação e educação em saúde sexual e reprodutiva.	Sem indicador	✘
	5.a.1 – (a) Proporção da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre proprietários e detentores de direitos sobre terras agrícolas, por tipo de posse.	Sem indicador	✘
5.a – Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.	5.a.2 – Proporção de países onde as estruturas legais (incluindo o direito consuetudinário) garantem às mulheres direitos iguais à propriedade e/ou controle da terra.	Sem indicador	✘
	5.b – Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.	5.b.1 – Proporção de pessoas que possuem telefone celular móvel, por sexo.	Produzido
5.c – Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.	5.c.1 – Proporção de países com sistemas para monitorar e fazer alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.	Sem indicador	✘

✔ Evolução positiva

⚪ Sem evolução

🎯 Meta global atingida

✘ Evolução negativa

🦠 Impactado pela covid-19

✘ Sem indicadores ou série curta ou irregular

Elaboração das autoras

Fonte: IPEA 2025. Disponível em: [ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas](#) .

As metas estabelecidas são coerentes, necessárias e sensíveis à realidade vivida pelas mulheres do Brasil, pois:

as metas globais do ODS 5 destacam um conjunto menor de indicadores do que aqueles pactuados como mínimos pelos marcos internacionais específicos da luta pela igualdade de gênero. Ainda assim, o Brasil permanece com dificuldades de apuração da maior parte dos indicadores de acompanhamento das metas do ODS 5. Isto porque várias estatísticas ainda não são produzidas de forma adequada, em especial aquelas que dizem respeito à vitimização, à saúde sexual, à saúde reprodutiva e à propriedade da terra, imóveis e outros capitais. São temas sensíveis, que requerem pesquisas custosas e registros administrativos de ampla cobertura (IPEA, 2025, p.01).

No entanto, a análise dos últimos dados divulgados pelo Atlas da Violência 2025, evidenciam que nosso país está aquém de alcançar as metas propostas, uma vez que:

o avanço do Brasil em direção à maior igualdade de gênero e à eliminação da discriminação e da violência baseada em gênero esbarrou na crise política brasileira, instaurada desde meados da década passada e que se acirrou entre os anos 2019 e 2022, abrindo espaço para tendências políticas extremamente conservadoras. Um dos pontos centrais de embate, reforçado por esse movimento, foi justamente o progresso da agenda de maior igualdade de gênero e de diversidade, por ser considerada nociva ao modelo de família patriarcal, vigente no país (IPEA, 2025, p.5).

A constatação dessa realidade tão assustadora não foi diferente com as estudantes de Pedagogia durante os momentos das entrevistas. Diante das violências narradas, foi impossível conter as lágrimas, me emocionei em cada narrativa, pois assim, também, me encontrava dentro daquelas memórias sombrias.

Foram momentos de escuta, aprendizado, superação, indignação, encorajamento e acolhida. Nos encontramos em caminhos de histórias que se repetiam e ainda se repetem na vida das mulheres do Brasil, do Nordeste, da Bahia e em cada comunidade campesina existente em nosso território. Sim, a violência de gênero foi percebida como aspecto comum entre todas nós. Violências que se cruzam, independente da orientação sexual, classe social, território, formação acadêmica, condição financeira, religião, portanto, destaco que, após desvendar as representações sociais das estudantes de Pedagogia, apresentarei parte da minha escrevivência inspirada em Conceição Evaristo, tendo em vista o processo político, epistemológico e ideológico dessa pesquisa, pois “tomar o lugar da escrita como direito, assim como se toma o lugar da vida” (Evaristo, 2005, p.202).

4.1 Violências veladas e naturalizadas: reflexões sobre a não divisão do trabalho doméstico

Pareceu caída
 Pareceu, mas não caiu
 Quem te viu, foi quem mentiu
 Quem te viu, te detonou
 Detonou, mas não matou
 Não matou, mas hematoma apareceu aqui
 Ficou derrubada, ficou mesmo na pior
 Quem notou, não se mexeu
 Quem notou, não se importou
 Se importou, não importa mais
 Mais um caso de descaso aconteceu aqui
 Um vacilo, pode crer
 Faz um estardalhaço
 Sol, você merece o sol
 O sol
 Um vacilo, pode crer
 Faz um estardalhaço
 Sol, você merece o sol
 O sol
 O sol
 Pareceu caída
 Pareceu, mas não caiu
 Quem te viu foi quem mentiu
 Quem te viu te detonou
 Detonou mas não matou
 Não matou, mas hematoma apareceu aqui
 Ficou derrubada, ficou mesmo na pior
 Quem notou, não se mexeu
 Quem notou, não se importou
 Se importou, não importa mais
 Mais um caso de descaso aconteceu aqui
 Um vacilo, pode crer
 Faz um estardalhaço
 Sol, você merece o sol
 O sol
 Um vacilo, pode crer
 Faz um estardalhaço
 Sol, você merece o sol
 O sol
 Um vacilo, pode crer
 Faz um estardalhaço
 Sol, você merece o sol
 O sol
 O sol

(Tulipa Ruiz, 2022)

Não queremos ser definidas a partir dos homens, organização familiar, religião, da nossa aparência fenotípica, genética e muito menos dos atributos domésticos impostos a nós, como bem evidencia a canção supracitada.

Durante a entrevista, questionei sobre a organização do trabalho doméstico nos lugares onde as estudantes viviam, pois precisam dedicar tempo para os estudos e os trabalhos remunerados em contextos de muitas dificuldades de transportes que enfrentam diariamente para conseguir chegar na universidade. A resposta foi unânime: todas assumem a maior responsabilidade dos serviços domésticos e cuidados com filhos e filhas, tendo que conciliar a sobrecarga doméstica com as inúmeras demandas acadêmicas e profissionais. Nas declarações a seguir percebemos essa realidade:

A administração da casa, educação do filho e as questões orçamentárias, a maior parte é comigo, porque meu esposo não trabalha. Ele recebe um benefício do governo e a partir desse benefício ele me ajuda, como ele pode, como dá, né? Mas na parte financeira a maior parte é comigo. O trabalho de casa é comigo, a educação do nosso filho a gente divide bastante em relação a isso, essa divisão é certinha, ele cuida muito dele, assim como eu cuido, não fica pesado para nenhum dos dois, é dividido a educação do nosso filho (Margarida Alves, 2024).

A administração da casa, a educação, dos filhos, os orçamentos... É dividido e, assim, a gente sempre é bem combinado. Aí meu marido trabalha, ele recebe até bem mais que eu, aí, conseqüentemente, ele assume mais despesas do que eu, ah. E os serviços domésticos... Mais eu. É bem mais eu do que ele, mas às vezes ele me ajuda (Maria Firmina, 2024).

A divisão das tarefas, mainha tenta sempre organizar para todo mundo, mas às vezes tem alguns embates que meu irmão às vezes se recusa a fazer ou não faz direito, meu pai às vezes se recusa, aí acaba que a maioria dos trabalhos quem faz sou eu, ela e meu primo. Já a questão orçamentária também, a gente tenta dividir. Como a mãe tá trabalhando agora, a maioria dos gastos fica para ela, aí eu tento ajudar, colaborar, mas às vezes a minha colaboração é mais conta de água, energia, internet, a alimentação ela não deixa comprar, aí eu vou e compro verdura, fruta, essas coisas porque quando ela chegar lá ela não vai jogar fora, apesar dela ficar dizendo para eu guardar o dinheiro e tal (Dandara, 2024).

Nas falas das estudantes, percebemos afirmações comuns nos discursos: Margarida Alves, Maria Firmina e Dandara, convivem diariamente com a sobrecarga dos serviços domésticos e outras atribuições determinadas para mulheres. O trabalho reprodutivo no âmbito doméstico é produzido na sociabilidade capitalista, por meio da divisão sexual do trabalho, enquanto um 'dever' da mulher, mesmo quando esta desempenha um trabalho remunerado fora do lar. Destarte, as manifestações de exploração e opressão vividas por mulheres não ocorrem apenas no trabalho produtivo remunerado.

Essa realidade é mantida, historicamente, por uma estrutura de poder e dominação do sistema patriarcal. Em geral, a relação de exaustão das mulheres está

associada à questão da divisão sexual do trabalho e responsabilização das mulheres pelas atividades de cuidado (Federici, 2017). A (im)produtividade do trabalho reprodutivo é um debate constante no campo do feminismo (Hirata; Kergoat, 2008; Saffioti, 1976) e tem ganhado visibilidade nos debates econômicos e sociais.

Lerner (2019) nos ajuda a melhor compreender esse contexto:

o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo que muitas e muitos de nós sequer nos damos conta (Lerner, 2019, p.21).

Outras narrativas também expressam relações de poder abusivas dentro da lógica existente de uma sociedade que sempre beneficia os homens, quando se trata dos serviços domésticos. Assim, perguntamos: como ocorre a divisão do trabalho na família e a organização financeira?

Em relação à administração da casa, educação dos filhos e filhas, o orçamento, o serviço doméstico. Em relação à educação dos filhos, ocorre de maneira mútua. À medida que eu faço intervenções na educação dos meus filhos, o pai deles também exerce esse papel. Em relação aos serviços domésticos, essa divisão, ela não existe. Às vezes eu tento conseguir que ele colabore em alguma coisa. É uma discussão em casa. E aí ele uns dias vai colaborando, tudo certinho, outros dias já não mais. E aí eu sigo carregando tudo sozinha, dando conta do serviço doméstico e quando eu tô trabalhando, trabalho, quando estudo, estudo e cuidado dos filhos e vou para uma reunião de escola e ajudo na tarefa de casa e vou para a reunião da associação quando precisa e ajudo minha mãe quando ela precisar da minha ajuda com o meu vô, porque ele teve AVC e minha mãe cuida dele, mas quando é preciso levar para o médico ou essas coisas sou eu. Então, essa divisão de trabalho doméstico ela não existe (Almerinda, 2024).

A administração da casa e o orçamento, assim, a parte mais financeira, o responsável sempre é o homem e a criação dos filhos, a educação sempre é a mãe. Minha mãe que me educou. Tudo que eu sou, minha educação, tudo, ela quem me educou, que me preparou até as partes boas e as partes ruins. Já meu pai sempre foi na parte mais financeira, trazer sustento para dentro da casa, apesar que teve um tempo que ele estava desempregado e minha mãe quem ficou responsável pelo sustento. A maior parte dos serviços domésticos sou eu quem faço, ele me ajuda, mas eu tenho que admitir que eu tenho que insistir muito porque ele é filho mais novo de uma família de três irmãos, só a mãe que só tinha ela de mulher a mãe e o pai dele eram bem tradicionais, hoje ele não está mais vivo, mas o pai dele era bem, bem tradicional. Daqueles senhores do tempo do carrancismo, como fala na roça. E aí já sabe, a mãe quem fazia tudo e aí ele é acostumado dessa forma. Mas ele não se opõe. Ele às vezes fica tentando não fazer, mas quando eu peço,

ele faz. Embora às vezes me deu um pouquinho de trabalho. Mas na parte financeira, eu trabalho, ele trabalha, o dinheiro fica comigo, a gente se ajuda, a gente divide as despesas nessa parte (Pagu, 2024).

É, geralmente sou eu, eu sozinha. Eu é quem faço a administração, eu quem trabalho, eu só quem trabalha em casa. Sou eu meu marido, ele não trabalha, nunca trabalhou. É, o negócio dele de vez em quando é ir numa roça, também não planta nada. O negócio dele é olhar um jegue que tem e uns animais. E eu é quem cuido da educação, da saúde, da alimentação, das vestes, das meninas e da casa em geral. É, eu cozinho, eu sou dona de casa, eu quem lavo roupa. Sem contar também que as meninas estudam. Eu cozinho, eu lavo o prato, faço tudo. Lavo roupa, tudo. De vez em quando, um tempo antes ele até me ajudava. Limpava uma casa, lavava um prato, mas de um tempo para cá, parou. Faz mais nada não. A não ser o café dele. Ele faz o café dele, acorda, faz o café dele e pronto. Também dali quem assume sou eu, o resto do dia (Marielle Franco, 2024).

As afirmativas evidenciam que, mesmo quando as mulheres são as mantenedoras do lar, em relação às finanças, a sobrecarga dos serviços domésticos continua sob sua responsabilidade. Essa evidência leva-nos a compreender que não é a questão financeira o fator determinante para a execução dos serviços domésticos. Está para além; é algo intrínseco às construções dos papéis de gênero determinados socialmente que solidificam as representações sociais. Padilha e Antunes (2018) assim explicam:

através dos recursos discursivos, a cultura patriarcal constrói representações sociais atribui diferentes significados aos corpos feminino e masculino, para justificar as diferenças de poder e diferenças normativas que são atribuídas ao masculino e ao feminino. A essas diferenças identitárias, que não se referem às diferenças físicas naturais entre os sexos, mas aos aspectos subjetivos e relacionais envolvidos nas relações assimétricas de poder entre o masculino e feminino denominamos gênero (Padilha; Antunes, 2018 p.26).

Quando Pagu faz a afirmação: “minha mãe que me educou. Tudo que eu sou, minha educação, tudo, ela quem me educou, que me preparou até as partes boas e as partes ruins”, percebemos que a formação machista imposta para nossas mães e avós, continua sendo perpetuada entre as gerações mais jovens. Isto favorece as condições de privilégio ofertadas aos homens desde a sua concepção. As mães, quando “educam” as mulheres dentro da lógica patriarcal, não têm a dimensão das violências que suas filhas sofrerão. Essas mães também são “filhas” das de relações abusivas, de violências sofridas por suas ancestrais.

A brandura de minha fala
na violência de meus ditos

ganhei de mãe,
mulher prenhe de dizeres,
fecundados na boca do mundo.

Foi de mãe todo o meu tesouro
veio dela todo o meu ganho
mulher sapiência, yabá,
do fogo tirava água
do pranto criava consolo.

Foi de mãe esse meio riso
dado para esconder
alegria inteira
e essa fé desconfiada,
pois, quando se anda descalço
cada dedo olha a estrada.

Foi mãe que me descegou
para os cantos milagreiros da vida
apontando-me o fogo disfarçado
em cinzas e a agulha do
tempo movendo no palheiro.

Foi mãe que me fez sentir
as flores amassadas
debaixo das pedras
os corpos vazios
rente às calçadas
e me ensinou,
insisto, foi ela
a fazer da palavra
artifício
arte e ofício
do meu canto
da minha fala.
(Evaristo, 2017)

A não divisão dos serviços domésticos enquanto prática aprendida desde a infância por nossos familiares, associada aos cuidados de crianças e outras atividades executadas pelas mulheres, em circunstância do gênero, desencadeiam diversos problemas que violam seus direitos enquanto cidadãs. Segundo Bigliardi e Antunes (2018):

a violência contra a mulher é um fenômeno social arraigado à cultura do patriarcado, que ao longo da história da humanidade permeou as relações sociais e afetivas entre os gêneros. Muito embora na grande maioria dos países esta forma de violência seja criminalizada, sua incidência é um problema mundial de proporções endêmicas, que afeta um terço de todas as mulheres e atinge brutalmente a saúde física, emocional e econômica destas, impedindo-as de gozar de plena cidadania (Bigliardi; Antunes, 2018, p.11).

Coisas básicas, como autocuidado, lazer, estudo e atividade física deixam de ser priorizados pelas mulheres, que estão cada vez mais adoecidas e entristecidas,

como doenças psicossomáticas, entre outras coisas externadas pela estudante, quando assim foram questionadas: Como você percebe sua experiência de vida enquanto mulher da roça?

Eu percebo uma experiência muito sofrida. Uma experiência muito é, sabe que às vezes a gente esquece até que é mulher por conta de tanta luta, de tanto vai lá, faz isso, faz aquilo e às vezes a gente vai ficando sempre em segundo plano. É, a gente acaba se anulando um pouco para conseguir alguma coisa. Então é uma experiência muito sofrida, eu não consigo viver enquanto mulher não tenho tempo de olhar no espelho, eu quase nem tinha. Esse tempo, tempo de tomar um banho, tranquila, não, não existia. Era tomando banho correndo, pra almoçar, era correndo, então, eu não tinha esse tempo para mim (Almerinda, 2025).

E às vezes também eu me estresso por conta que ele não me ajuda dentro de casa. Aí às vezes quando dá tempo eu limpo a casa, quando não dá não limpo. Aí eu fico naquele estresse em cima de mim. Já pensei até em desistir da faculdade por conta disso. Tudo eu tenho que dar conta dentro de casa. E até uma conta de água, uma conta de luz eu pago, tenho que pagar, tenho que correr para pagar. É, as meninas quando estão doentes eu tenho que correr atrás do médico e eu esqueço de mim, eu não cuido da minha saúde (Marielle Franco, 2024).

É, eu nasci aqui em Senhor do Bonfim, mas bem jovem eu fui morar na roça, minha família como já falei é toda da roça, minha formação é toda da roça e é a roça mesmo, não é perímetro rural que tem calçamento não, lá até um tempo desse não tinha nem energia elétrica, não tem saneamento básico, não tem água. É totalmente roça. E nesse ambiente, é, a gente percebe que as pessoas são bastante machistas. Inclusive as mulheres, que a gente sabe que elas já vem de uma criação, que a mãe, o pai já tem essa formação tradicional que passa para elas e passou para mim também. Eu não sou assim mais, graças à faculdade e às informações que a gente tem em contato, mas minha mãe, como eu já falei, foi quem me educou (Pagu, 2025).

Ser mulher forte, na roça, exige abdicação de si, pois esses territórios fazem perdurar com mais veemência o machismo, conforme discursos das estudantes. A falta de tempo para o autocuidado, a baixa autoestima, insegurança, associadas às jornadas de trabalho doméstico, adoecem as mulheres.

Quando não apresentam sintomas físicos, os psicológicos são percebidos. A prevalência de transtornos mentais, como depressão e ansiedade, é mais elevada com mulheres. Entretanto, essa constatação não significa que elas sejam biologicamente mais vulneráveis, e sim que fatores historicamente sociais, econômicos e culturais impactam diretamente na saúde mental feminina.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) uma em cada quatro pessoas desenvolverá algum transtorno mental durante a vida¹. Caracterizados por sintomas depressivos, estado de ansiedade e um conjunto de queixas somáticas inespecíficas, o transtorno mental comum

(TMC) é mais elevado nas mulheres do que nos homens (Semicato; Azevedo; Barros, 2016, p. 2543).

As seis estudantes participantes da pesquisa, ao tempo que externam representações sociais em relação a não divisão dos serviços domésticos e sobrecarga familiar, demonstram uma consciência desses contextos violentos, que geram muitos problemas, privando-as de terem maior qualidade de vida. Em contrapartida, percebe-se uma naturalização de práticas abusivas e de exploração das mulheres em seus lares. Esse é um mecanismo da estrutura patriarcal para nos impedir de lutar, permitindo sua manutenção na sociedade. Mas pode ser, também, uma forma de permanecer viva diante de tantos sinais de morte apresentados diariamente.

4.2 O campo é um espaço onde o patriarcado e machismos são exaltados: ser mulher da roça é estar mais vulnerável às violências de gênero

Os territórios campestres da Bahia, historicamente, são espaços onde os direitos básicos para as pessoas são negados, indo de encontro ao que diz a Constituição Federal (CF), a saber: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1998).

Essa negação de direitos previstos no Artigo 6º faz parte do cotidiano de homens e mulheres do campo, que têm suas vidas atravessadas por dificuldades diárias. Tais dificuldades interferem nas representações sociais que serão validadas a partir de diferentes perspectivas. Essas representações podem ser ou não construídas e/ou assumidas pelas pessoas, em seus espaços de vivências. Conforme Ornellas (2017):

as representações, portanto, são compartilhadas e elaboradas por um determinado grupo, já que sua construção ocorre na relação dos sujeitos entre si e com os objetos. Nesse processo desconstrói-se uma realidade que é única, específica, mas que é compartilhada pela comunicação de sujeitos em interação com outro. Não há representação social sem objeto e sem sujeito social, ou individual, pertencente a um determinado grupo (Ornellas, 2017, p.16).

Desvendar as representações sociais das estudantes de Pedagogia, a partir das suas narrativas, significa construir redes de saberes que têm, como motivação primária, suas percepções construídas no senso comum e vão criando corpo ao serem estruturadas na coletividade. Destarte, a forma como representam a violência, os modos de vida, de ser e estar no campo, determinará a forma como conduzirão as suas vidas.

Essas mulheres têm representações semelhantes sobre suas experiências como cidadãs camponesas. Ao serem questionadas sobre quais são os aspectos positivos de ser uma mulher da roça elas responderam:

Assim, aspectos positivos, eu não consigo ver nenhum em ser mulher da roça. Os negativos são conviver com uma cultura machista e patriarcal que na roça é sempre predominante que um ciclo que não se quebra, um ciclo que se repete de geração para geração. E tem que conviver assim, já é uma luta em casa para tentar conseguir um futuro profissional, para seguir uma vida diferente do que tá posto ali para aquele lugar de onde a gente vem (Almerinda, 2025).

A positividade é que a gente pega muita experiência, né? Na convivência a gente aprende a lutar, a trabalhar, a conquistar as coisas, ter sonhos. É... na roça você aprende como lidar de todo jeito as suas necessidades. Você supre sua necessidade de várias formas, de várias maneiras, porque sempre há uma saída. Na roça você planta, você colhe. Se você trabalhar, você vai colher o fruto. Então, tudo que você tem, que você conquista, foi do seu esforço (Marielle Franco, 2025).

Eu amo ser uma mulher da roça, eu me orgulho muito e muitas vezes eu vejo os discursos na faculdade de pessoas que se dizem da roça, mas não é uma roça que eu considero como a que eu fui criada, sabe? Eu vejo que muitas pessoas se apropriam desse discurso para passar uma visão de coitadinha, só que eu não vejo as mulheres da roça são muito fortes, são muito trabalhadoras, é, passam por diversas violências, mas mesmo assim seguem (Pagu, 2025).

Diante das narrativas, podemos inferir várias análises sobre suas representações do campo a partir das experiências como mulheres desse lugar. É bem visível o incômodo com a cultura machista e patriarcal que predomina em um ciclo que não tem fim. “No sistema patriarcal a violência contra a mulher é naturalizada a partir de uma ideia fundante de macho violento que se centra na mesma crença arraigada do masculino como espaço da iniciativa, do poder e da imposição da vontade” (Minayo, 2005, p.24).

Através dos trechos da poesia “Conselhos para a mulher forte”, de Gioconda Belli (1948), somos motivadas a pensar:

Se és uma mulher forte
 prepara-te para a batalha:
 aprende a estar sozinha
 a dormir na mais absoluta escuridão sem medo
 que ninguém te lance cordas quando rugir a tormenta
 a nadar contra a corrente.
 Treine-se nos ofícios da reflexão e do intelecto.
 Lê, faz o amor a ti mesma, constrói teu castelo o rodeia de fossos profundos mas lhe faça amplas
 portas e janelas.
 É fundamental que cultives enormes amizades que os que te rodeiam e queiram saibam o que és
 que te faças um círculo de fogueiras e acendas no centro de tua habitação uma estufa sempre
 ardente de onde se mantenha o fervor de teus sonhos.

Se és uma mulher forte
 se proteja com palavras e árvores
 e invoca a memória de mulheres antigas.
 Saberás que és um campo magnético até onde viajarão uivando os pregos enferrujados
 e o óxido mortal de todos os naufrágios.

Ampara, mas te ampara primeiro.
 Guarda as distâncias.
 Te constrói. Te cuida.
 Entesoura teu poder.
 O defenda.
 O faça por você.
 Te peço em nome de todas nós.
 (Belli, 1948)

Práticas machistas perpetuadas entre as gerações contribuem para a manutenção das violências que mulheres do campo sofrem e geralmente são silenciadas por uma cultura fálica, que idolatra a imagem do homem, cabra forte, sertanejo arretado, ser de privilégios em relação à mulher. A imagem do homem viril, forte, violento foi construída de tal forma, que até hoje muitos se valem dessa representatividade. Os estudos de Albuquerque Junior (2013) nos levam à melhor compreensão dessa realidade:

uma pluralidade impressionante dos tipos masculinos emerge em meio a documentação estuda: do intelectual “frágil” e atrapalhado com as coisas viris” ao matuto em vias de virar uma lenda, a paisagem dos senhores da terra e do asfalto está longe de ser homogênea. O folclore regional contribui para criar a imagem de um sertanejo forte, mas também é atravessado por um “agenciamento” de imagens, repleto de caboclos, vaqueiros, brejeiros, cangaceiros, beatos, jagunços. Tipos regionais que, na década de 1920, “se convertem no nordestino”, conservando a macheza como valor capital (Albuquerque Junior, 2013, p.15).

As representações sociais são forjadas a partir das imagens, discursos propagados na mídia e nos processos formativos que ajudam a tornar “verdade” ou naturalizar as percepções que se têm sobre os papéis do homem e da mulher. Ao

serem questionadas sobre como percebem suas experiências de vida enquanto mulher da roça, elas afirmaram:

E aí eu costumo dizer que na minha criação eu fui podada, porque eu tinha que ser a moça de família, moça direita, não podia desrespeitar. Assim, no sentido de quê? Por exemplo, tinha um homem casado. Eu ainda lembro como se fosse hoje. Tinha um homem casado muito mais velho do que eu, acho que 30 anos para a frente na época e eu tinha menos que 15. Aí minha mãe me dizia que eu tinha que me comportar, que eu não podia dar ousadia para ele, ousadia entre aspas, né? (Pagu, 2025).

É, acho que primeiramente a gente precisa ser guerreira. Muitas vezes a gente leva esse nome como um peso, mas para mim não é pesado. Porque a gente vive vendo uma história de pobreza. E aí para mudar essa história e não sair da roça, mas mudar o cenário, né? De pobreza. A gente precisa ser forte, ser determinada, engajada e aí eu preciso ser guerreira nesse sentido (Margarida Alves, 2025).

É assim, é uma experiência forte que a gente que trabalha na roça, que vem vender na feira, né? Na feira livre é um pouco complicado, é difícil, até mesmo por ser mulher, porque lá na feira a gente sempre escuta uma piadinha de algum homem, aquelas coisas, né? Mas vem me trazendo bastante aprendizado (Maria Firmina, 2025).

Os papéis de gênero determinados para mulheres, quando estas são da roça, exigem maior subserviência e submissão como forma de obedecer às regras impostas pela família, comunidade, igreja, escola, pois nesses territórios as estruturas familiares desenhadas no arcabouço das famílias tradicionais vigiam e punem aquelas que fogem ao padrão.

A perpetuação da violência contra a mulher ocorre nos mais diversos contextos de reprodução cultural. No contexto familiar, a subordinação da mulher é transmitida de geração em geração pela reprodução dos papéis de gênero. Observa-se que é comum, no histórico de mulheres vítimas de violência, o fato de terem presenciado na infância e adolescência cenas de violência impetradas contra suas mães (Narvaz; Koller, 2006, p. 27).

A partir da pergunta: como você percebe a sua experiência de vida enquanto mulher da roça, as colaboradoras da pesquisa externaram:

eu percebo, assim, que enquanto mulher a gente já fica num estado mais fragilizado. Enquanto ser da roça, a gente tem um enfrentamento a mais, porque quando você é mulher e já é uma mulher da roça, por exemplo, como eu que sou da minha comunidade desde criança. E aí a gente vende uma coisa de que mulher não pode lavar, ou mulher tem que lavar, tem que passar, cuidar da casa, da comida, não é? Mas na roça tem outra vez dos papéis da mulher que acaba superando assim, por assim dizer, o esforço físico da mulher da roça é mais aceito do que a mulher da cidade, que vive no salto, assim assado (Dandara, 2024).

Dandara tem uma percepção interseccional expressada em seu discurso, quando destaca que, por ser mulher e viver na roça, sua fragilidade é maior. Essa fragilidade está diretamente ligada à falta de formação, de escolas, bens culturais, saúde, assistência social, políticas públicas que, quando são disponibilizadas, ficam restritas às áreas urbanas. Essa realidade torna as mulheres mais vulneráveis às situações de violências. “Justamente isso, porque acham que a gente não tem conhecimento, acha que pode falar qualquer coisa e você vai aceitar, porque é da roça, acha que você não tem estudo... essas coisas” (Maria Firmina, 2024).

Apesar de todas as conquistas femininas nos últimos anos, ainda não conseguimos vencer o patriarcado e, nos territórios campestinos, essa realidade é mais difícil, pois a mulher assume muitos atributos e precisa demonstrar força, como enfatiza a estudante:

ter que buscar a melhoria o tempo todo porque no campo sempre vai ter essa necessidade de você buscar força, buscar engajamento, buscar coragem para vencer as dificuldades, tanto pela falta de políticas públicas, é, até quando você tem um trabalho, você passa necessidade, porque, onde eu trabalho, na escola que eu trabalho, eu não recebo um salário de professor, não é o piso do professor. É um salário mínimo, sem regalia, sem outros direitos. Então, eu acredito que seja assim por ser lá na roça, por ter essa negligência de seguir as leis certinhas, eu acho que assim, nesse sentido (Margarida Alves, 2024).

Margarida Alves enfatiza a precariedade de políticas públicas em sua comunidade campestina. Nessa narrativa, percebemos uma denúncia explícita sobre a negação de direitos trabalhistas para quem vive na roça, ou seja, é mais uma violência imposta para mulheres da educação, que se enxergam desrespeitadas em função do lugar onde vivem.

e aí essa luta, ela começa em nossos lares, em casa, no ambiente doméstico, mas essa luta a gente não tá lutando só contra nossos companheiros, só contra nossos familiares que dizem que é para a gente ficar em casa, a gente está lutando contra uma sociedade que diz que a mulher não pode sair de casa para trabalhar todos os dias...Preciso dar conta da educação dos filhos, preciso lidar com essa sobrecarga. E além disso, também a gente sofre com a pressão social da comunidade que a gente vive. Porque a gente sabe que muitas vezes a gente passa a ser por algumas pessoas bem vista, por outras mal vista (Almerinda, 2024).

Mesmo diante das constantes pautas e lutas do movimento feminista no Brasil, algumas categorias de mulheres ainda não são contempladas em sua totalidade:

mulheres negras, pardas e do campo vivenciam as mazelas do descaso político que segue a lógica do patriarcalismo.

Para tanto, temos no Brasil, a Marcha das Margaridas, um movimento iniciado em 2000 e que perdura até os dias atuais. É um movimento crucial na luta por dignidade para as mulheres do campo, da floresta e das águas, pois:

a Marcha das Margaridas tem sido um caminho coletivo de construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, onde a democracia e a soberania popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias. Acreditamos que é possível construir novas relações sociais pautadas nos valores da ética, solidariedade, reciprocidade, justiça e respeito à natureza. Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, promovida pela Contag, Federações e Sindicatos que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR e de diferentes organizações parceiras movimentos e organizações feministas e de mulheres trabalhadoras e centrais Sindicais e organizações internacionais que articulam e mobilizam mulheres em torno de diferentes questões que nos permeiam (Marcha das Margaridas, 2023).

Nessa perspectiva, os movimentos sociais e feministas são fundamentais para visibilizar a luta das mulheres camponesas por direitos iguais e deliberar vozes para o reconhecimento dessas mulheres e combater a disparidade de gênero - principalmente no campo, na qual essa categoria está mais sujeita às diversas opressões.

O Movimento das Margaridas é uma mobilização de mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, destacou-se como um importante espaço de reivindicação por direitos previdenciários e de enfrentamento contra à violência sexista. O movimento tem como objetivo mostrar à sociedade brasileira a luta dessas mulheres pela superação das desigualdades de gênero e por um novo modelo de desenvolvimento para o território camponês. Elas lutam para o reconhecimento da contribuição econômica, política e social das mulheres, como também propõem políticas públicas para as mulheres do campo, a fim de ter relações mais igualitárias.

Em geral, a mobilização de mulheres trabalhadoras do campo e da floresta enfrenta desafios, como a invisibilidade do seu trabalho, a falta de infraestrutura adequada, a violência doméstica e familiar, a dificuldade de acesso à terra e a falta de representatividade em espaços de decisão. A luta por direitos, como aposentadoria, saúde, educação e políticas de combate à violência também são centrais.

4.3 Ser mulher dar roça é sentir a materialização da violência na distância geográfica, falta de políticas públicas no sertão nordestino e no machismo diário: desafios cotidianos das estudantes de Pedagogia

Todas as manhãs junto ao nascente dia
 Ouço a minha voz-banzo,
 Âncora dos navios de nossa memória
 E acredito, acredito sim
 Que os nossos sonhos protegidos
 Pelos lençóis da noite
 Ao se abrirem um a um
 No varal de um novo tempo
 Escorrem as nossas lágrimas
 Fertilizando toda terra
 Onde negras sementes resistem
 Remanescendo esperança em nós.
 (Conceição Evaristo, 2017)

As pessoas que vivem na cidade não têm a dimensão dos desafios diários enfrentados por estudantes da roça até chegar à Universidade. Quando estudantes são mulheres, a proporção desses desafios é potencializada, consideravelmente. Para melhor entendimento dessa categoria analítica, é necessário apresentar a concepção de roça que temos a partir dos estudos priorizados por Fábio Santos (2006):

a roça é um rural específico, um rural retalhado em pequenas ou mesmo minúsculas propriedades, destinadas à agricultura de subsistência. Propriedade, lugar de trabalho, de labuta, onde, em conjunto, a família lavra a terra e dali o tira o seu sustento, e, ao mesmo tempo, plantação, fruto da lavra da terra, lavoura, a roça, é, digamos, o paradigma de uma forma de vida marginal que define as populações rurais empobrecidas (Santos, 2006, p. 92).

Diante das discussões contemporâneas sobre novas ruralidades, campesinato e das possibilidades de ressignificação dos discursos como espaços de sentidos, significados e identidades, a roça emerge como categoria teórica, pois carrega em si uma multiplicidade de concepções que marcam os espaços e tempos de estudantes colaboradoras dessa pesquisa. Para tanto, Rios (2011) explica que:

na roça, o termo “local” e seus derivados podem ser conceituados como um espaço particular delimitado, observado o conjunto das relações sociais baseadas fortemente em amplos laços familiares e tempo de residência. Para os sujeitos pesquisados, a identidade está ancorada nesse local específico,

fortalecida com associações simbólicas e interações cotidianas (Rios, 2011, p. 80).

Compreender a roça, a partir dessas concepções, nos aproxima com maior sensibilidade na realidade experimentada cotidianamente pelas mulheres. Durante as entrevistas, nenhuma delas se declarou como pessoa rural, mulher do campo, ou outras definições, todas se autodeclararam mulheres da roça, por isso, seguiremos com essa identificação.

Nas narrativas que apresentarei, veremos que o fato de ser da roça traz imbuído muitas situações complexas que interferem diretamente na constituição das representações sociais das estudantes e na continuidade dos processos formativos acadêmicos:

Ah, a distância da universidade, a falta de transporte, é... os perigos, no meu caso, o curso era noturno, então eu enfrentava os perigos noturno de chuva, de medo, a falta de transporte. Eu tenho que sair da minha casa de moto com meu esposo para o povoado vizinho e na volta, o perigo era na volta, porque a gente já sai daqui às 22:00 horas da UNEB. Então eu chegava em casa beirando a meia-noite. Então o perigo noturno é ter coragem de enfrentar os perigos, a chuva, o medo. Acho que é isso (Margarida Alves, 2024).

Meu maior desafio é questão de ter que estar pagando aluguel para estar ficando aqui na cidade, às vezes. A maioria das vezes eu estou lá na Barroca, mas quando é período de estudo que começa o semestre tenho que pagar aluguel, eu tenho que estar aqui em Bonfim, porque é distante, né? Aí acaba ficando a logística um pouquinho complicada. Então essa dificuldade também, ela tem relação com a questão de transporte. Porque à noite não tem. Até porque acho que de lá, agora só tem eu. Não tem mais ninguém. Então, a prefeitura não vai disponibilizar só uma pessoa só, né, um transporte (Maria Firmina).

A locomoção. Na verdade, eu enfrento a locomoção de desde minha terceira série mais ou menos... Aí tinha a questão do transporte, teve vezes da gente quase morrer várias vezes no carro e tudo mais, atolava, tinha que ir de pé. Depois tive transporte de novo, porque eu fui estudar em Monte Santo, na EFA do Monte Santo e aí eu ficava 15 dias lá, 15 dias em casa, só que tinha a questão da locomoção para chegar até Monte Santo. E depois no Ensino Médio que eu consegui, né? Conquistei minha vaga no IF, teve toda a questão da locomoção novamente, porque Caldeirão, ele não tem acesso à pista. É para ficar para dentro. Aí eu tinha que acordar 4:30, 5:00 da manhã, sair de casa para meu pai me levar de moto, na chuva no sol, faltando gasolina, até metade do caminho, às vezes a moto quebrava, tinha que ir de pé até a pista para pegar o ônibus que passava, para chegar lá. É, chegava lá às 7:30, passava o dia todo lá com aula integral. E voltar, sair de lá às 5:30, chegava aqui na pista 6, 6:40, para meu pai me pegar de moto de novo. Agora já não era mais sol, né? Era na chuva ou no frio, no frio de qualquer forma e na poeira para chegar em casa... A gente já nasce naquela coisa de que já nasce pobre, da roça. A minha família ela vem de uma descendente indígena e negra. Eu não tenho uma pele tão escura, mas a minha família é marcada por esses traços e eu sou marcada por essa ancestralidade pela cultura também (Dandara, 2024).

É importante compreender a problemática vivenciada pelas pessoas que vivem na roça durante seu processo formativo escolar, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, pois as condições socioeconômicas e culturais diferem bastante das que vivem na zona urbana. Mulheres da roça, enquanto cidadãs, legalmente dispõem dos mesmos direitos que qualquer cidadã de espaços urbanos, todavia, esses direitos não são garantidos. Os discursos de Margarida Alves, Maria Firmina, e Dandara, notadamente, têm em comum a problemática da locomoção, mesmo que estas vivam em municípios distintos do Nordeste.

Ao analisar os relatos das colaboradoras da pesquisa, nos deparamos com um cenário típico do interior nordestino, mais precisamente das regiões semiáridas. Sabe-se que o imaginário popular influenciado pela hegemonia do país, induziu historicamente a construção de representações sociais negativas sobre o nosso lugar no mundo, o semiárido. Tais representações ainda são fortalecidas e perpetuadas na formação identitária do nosso povo, para também, condicionar e justificar, práticas corruptas dos governantes municipais, estaduais e federais.

Albuquerque Junior (2011) através dos seus estudos, possibilita reflexões críticas sobre as representações propagadas em relação ao Nordeste:

eliminando as diferenças internas deste espaço, pensando-o como espaço unificado da miséria e da injustiça, da seca e da fome, terminando por sua estratégia identitária contribuir para a reprodução da própria imagem tradicional da região, da qual se locupletavam e se locupletam seus grupos dominantes. A seca, a terra rachada, a fome, embora atinjam só alguns espaços, alguns períodos e alguns grupos sociais da região são generalizados, tornem-se permanentes. De problemas sociais, eles terminam por se tornar um problema de dado espaço (Albuquerque Junior, 2011, p. 224).

O descaso, ineficácia das políticas públicas e o tratamento desumano são sequelas de toda violência sofrida em nossa região, que se alastra até a contemporaneidade e continua interferindo negativamente no percurso de muita gente no sertão, principalmente das mulheres da roça.

Os dados nacionais divulgados pelo Atlas da Violência 2024 apresentam a “Região Nordeste: a mais violenta do Brasil”. Essa realidade justifica a situação preocupante para a segurança, principalmente das mulheres.

O estado com maior taxa de homicídios estimados na região, em 2022, foi a Bahia (46,8), seguida do Ceará (39,0), Pernambuco (37,7), Rio Grande do

Norte (35,5), Alagoas (34,9), Sergipe (34,3), Maranhão (27,6), Paraíba (27,4) e Piauí (25,2), o estado com menores índices em toda a série histórica analisada. Já o Gráfico 4 demonstra a evolução da taxa de homicídios estimados por 100 mil habitantes em cada UF, de 2012 a 2022. A região como um todo apresentou taxa de 37,1, a maior do país (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 24).

A dificuldade de locomoção, a falta de pavimentação das estradas, saneamento básico, oferta de água e energia, falta de escolas, saúde e transportes impactam diretamente na vida dessas mulheres. Suas condições de aprendizagem, e permanência na Universidade, por exemplo, são profundamente distintas das condições de outras estudantes que não são atravessadas por esse cenário problemático e violento. Portanto, ao identificar os desafios da sua vida cotidiana como explicam as estudantes:

Muitos, muitos desafios. Desafios na relação afetiva com o meu companheiro, muitos desafios, muitos embates, muitas discussões, muitos pontos e contrapontos porque é uma luta contínua. Porque acaba que ele quer sempre achar uma maneira de que você desista, de que você pare. Porque você continuar ele se sente inseguro, é uma insegurança que eu não consigo explicar e essa insegurança se transforma em ciúmes, parece ser ciúmes, mas não é ciúme, enfim. Não se entende, só sei que é um conflito contínuo dentro do ambiente doméstico. Além de você ter que lidar com esse conflito vem as questões financeiras, porque você enquanto mulher pobre da roça, que tem filhos, tem despesas. Eu precisava estudar ao mesmo tempo que precisava ajudar a manter a casa (Almerinda, 2024).

As oportunidades de estudo que a gente não tem, as dificuldades para poder sair da zona rural para ir para a cidade, porque até o Ensino Médio hoje e antes também tem que sair da zona rural, correr 12 km todo santo dia para ir estudar na cidade, por conta do colégio, mas não tem os professores para poder ir para zona rural e isso dificulta. Aí a pessoa também às vezes tem que trabalhar, tem que largar o estudo, o tempo passa e aí com estudo com isso estudo também vai junto. Quando vai mais para frente que a gente olha para trás, o tempo passou, a gente vai dizer o que foi que eu fiz da vida. Trabalhar. Trabalhar (Marielle Franco).

Existencialmente, como mulher da roça, casada, mãe, estudante universitária, Almerinda e Marielle Franco fogem aos padrões comuns do *status quo* imposto ao perfil feminino do campo. Subverter à ordem patriarcal é um ato transgressor e a sociedade não está preparada para isso. É uma luta interminável como Almerinda pontua:

e aí essa luta, ela começa em nossos lares, em casa, no ambiente doméstico, mas essa luta a gente não tá lutando só contra nossos companheiros, só contra nossos familiares que dizem que é para a gente ficar em casa, a gente está lutando contra uma sociedade que diz que a mulher não pode sair de casa para trabalhar todos os dias. E nisso, quando o companheiro começa a

compreender a necessidade da mulher ter que sair todos os dias para trabalhar, para estudar, até para a melhoria financeira, de qualidade de vida dele também, ele também sofre violência da sociedade, porque os outros homens começam a dizer: "Ah, mas você é corno. Sua mulher sai todo dia. Sua mulher sai e volta todo dia. Vai para Bonfim todo dia. Vai e viaja para tal lugar. Então, você é um corno. Você é um dominado. E aí, toda aquela luta que a gente vem construindo em casa, a gente vê desmoronar. E a gente volta novamente para aquele ciclo de tipo uma luta de braço para ver quem domina quem. Sendo que na verdade a gente não quer dominar, a gente só quer ter liberdade. E a gente só quer viver enquanto ser humano normal, livre, sem amarras, sem dever obediência (Almerinda, 2024).

É impactante deparar-se com essa realidade tão difícil para mulheres que buscam melhorias para si e toda sua família, incluindo também os homens que estão com elas. Diante dessa constatação, buscamos, nos escritos da feminista hooks (2019), apontamentos teóricos para melhor entendimento dessas realidades:

mulheres e pessoas pobres, da classe baixa, normalmente não brancas, não costumam pensar a libertação das mulheres como um tipo de igualdade com os homens, pois, em seu dia a dia, são continuamente lembradas de que nem todas as mulheres partilham entre si o mesmo status social. Ao mesmo tempo, sabem que muitos homens do seu grupo social são explorados e oprimidos (hooks, 2019, p.48).

Nesta direção, a relevância de se debater a perspectiva interseccional se dá na possibilidade de perceber as implicações do racismo e da binaridade do gênero homem/mulher que, quando entendidos de forma rígida e universalizada, operam diretamente na matriz de dominação, impondo o padrão heteronormativo, branco, patriarcal e situando corpos a lugares específicos.

A interseccionalidade permite aprofundar as questões sociais na qual a psicologia deve estar comprometida, seja na construção de suas epistemologias e/ou fazer profissional, exercendo o código de ética onde propõe eliminar qualquer forma de violência, negligência e opressão. Frente a isso, torna-se uma luta constante o desmonte desse fazer científico androcêntrico, branco, eurocêntrico, passando a assumir e executar uma ciência que se distancia da neutralidade.

Particularmente, as mulheres negras e escravizadas vivenciavam um arranjo de exploração e dominação, muito mais grave, sendo propriedade jurídica e institucional de seus senhores. Visto isso, as mulheres negras, perante a lei, eram consideradas objetos e lutavam para serem reconhecidas como seres humanos. Tal fato não anula a existência de feministas negras na primeira onda do movimento. As

mulheres negras indagavam suas condições de mulher sob o prisma do racismo, entretanto foram invisibilizadas nas histórias “oficiais” (Silva, 2019).

Quando Almerinda afirma: “na verdade a gente não quer dominar, a gente só quer ter liberdade”, ela demonstra sua consciência sobre os papéis de gênero atribuídos para mulheres, bem como, consciência de classe, território e raça, em seu contexto interseccional. Com a poesia Fêmea-Fênix, ousamos, assim, dizer:

Navego-me eu–mulher e não temo,
sei da falsa maciez das águas
e quando o receio
me busca, não temo o medo,
sei que posso me deslizar
nas pedras e me sair ilesa,
com o corpo marcado pelo olor
da lama.

Abraso-me eu-mulher e não temo,
sei do inebriante calor da queima
e quando o temor
me visita, não temo o receio,
sei que posso me lançar ao fogo
e da fogueira me sair inunda,
com o corpo ameigado pelo odor
da chama.

Deserto-me eu-mulher e não temo,
sei do cativante vazio da miragem,
e quando o pavor
em mim aloja, não temo o medo,
sei que posso me fundir ao só,
e em solo ressurgir inteira
com o corpo banhado pelo suor
da faina.

Vivifico-me eu-mulher e teimo,
na vital carícia de meu cio,
na cálida coragem de meu corpo,
no infindo laço da vida,
que jaz em mim
e renasce flor fecunda.

Vivifico-me eu-mulher.
Fêmea. Fênix. Eu fecundo.
(Evaristo, 2017)

Viver na roça, diferentemente do saudosismo propagado por muitas pessoas, é estar sujeita ao patriarcado que, embora esteja velado em muitas práticas, pode ser sentido nos discursos, imposições, silenciamento dos corpos e das falas e regras estabelecidas somente para mulheres. A experiência de Pagu revela:

primeiro, o que eu mais acho complicado é a questão de me posicionar. Porque como sempre foi tirado de mim, porque eu não podia dar minha opinião, eu fui, cresci nesse meio em que eu tinha sempre que respeitar a opinião dos mais velhos, sendo ela a opinião que fosse, mesmo que não fosse uma opinião respeitosa com a minha. Mesmo que não me respeitasse, eu

tenho que respeitar as pessoas, as umas mais velhas, as mais velhas. E aí hoje eu não sei me posicionar direito. Eu não sei argumentar. É, eu sou muito tímida. É, assim, eu tenho dúvida, se eu sou tímida ou sou retraída porque me silenciaram. Porque eu fui muito, muito silenciada. Era o tempo todinho sendo mandada falar mais baixo, não poderia falar qualquer coisa, não poderia me vestir de qualquer jeito, não poderia vestir roupa curta, saia, vestido. E aí na faculdade mesmo, eu sempre tive muita dificuldade de me posicionar, de falar minhas opiniões. (Pagu, 2024).

Ser impedida de se expressar, mesmo tendo certeza dos seus argumentos, ter que calar e ficar silenciada, quando o grito quer ser externado, não poder opinar, são formas violentas que afetam as mulheres e causam prejuízos a curto e longo prazo, comprometendo, inclusive, o rendimento escolar de muitas, na própria existências das suas ancestrais. Pagu continua sua narrativa:

famílias bastante tradicionais, que muitas vezes, na maioria das vezes, por exemplo, minhas duas avós, elas foram traídas, sofreram muito com essas traições E, é, uma delas, inclusive, o marido saiu de casa e ela aceitou de volta. E uma dessas avós, inclusive, ela sempre fala que o marido, o certo é o marido, o primeiro que a pessoa casou, que tem que fazer de tudo para segurar esse casamento, porque depois que a pessoa se separa, é como se perdesse o valor, né? Mulher separada perde o valor. E aí até hoje minha tia e minha mãe são separadas. E é uma coisa que ela a gente vê que minha avó não se sente bem, sabe? E esse ambiente machista, tradicional, a gente vê que não faz bem para elas e não faz bem para gente também (Pagu, 2024).

Dandara afirma, ainda:

a gente da roça já é uma mulher que acorda 5 horas da manhã, que vai catar um licuri, que vem, tem que carregar um saco de licuri na cabeça, mas que ainda somos atravessadas pelo machismo, pelo sexismo, por exemplo, principalmente quando a gente fala na questão de gênero, que se for uma mulher que gosta de mulher ou se a mulher for querer cortar lenha, aí já é macho e fêmea. Mas se ela estiver catando licuri o dia todo, se ela tiver carregando um saco de licuri na cabeça ou fazendo arranca de feijão, ela tá exercendo sua feminilidade, mas se ela pegar no machado, no facão, por exemplo, já é macho e fêmea. E ser mulher e ser, por exemplo, LGBT na roça, já é bem mais complicado do que na cidade (Dandara, 2024).

Para maior entendimento do que foi narrado pelas estudantes, apresentamos a análise conduzida pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais (2023, p.2):

porque apesar de estarmos no século 21, vivendo em pleno ano 2023, as mulheres, especialmente, as mulheres do campo, da floresta e das águas, não possuem autonomia sobre seus próprios corpos, nem liberdade para decidir sobre a sua SEXUALIDADE. Parte bastante significativa dessas mulheres não têm opção de se vestir como deseja, nem de expressar o que realmente sentem sem medo de ser repreendida ou discriminada; não têm

opção de escolher usar anticoncepcionais, de procurar atendimento médico; nem a liberdade de escolher se irão ou não ser mãe, ou de abortar; ou ainda de decidir se quer ou não manter relações sexuais com seu parceiro (SMTR, 2023, p.2).

A canção a seguir reflete, de forma coerente, os argumentos apresentados pelas estudantes em sua condição de mulheres da roça:

Mulheres Que Correm
Nunca levantar a voz
Sempre lembre de sorrir
E nem sequer pense em desagradar
Tudo o que lhe for dito tem que concordar

Não sei se tenho uma voz se eu
Não posso gritar, não me ouvem falar
Não sei se existo porque eu não penso
Nada além do que me ensinaram
E eu não quero mais andar, já me cansei de caminhar

Mulheres que correm
Eu vou com as mulheres que correm
Mulheres que correm
Eu vou com as mulheres que correm
Eu vou com as mulheres que correm
Mulheres que correm

Olha bem pra mim
Você acha mesmo que
Eu sou tipo de pessoa que só vai sorrir?
Eu sei o que acontece se eu te contrariar
Concordo com os termos
Desejo continuar
Mas eu não sou criança com medo da minha sombra
Filha de lilit, eu aceito a minha lombra
Eu não sou mulher alfa
Mas corro com meus lobos

Não sei se eu existo porque eu não penso
Nada além do que me ensinaram
Eu vou com as mulheres que correm
Mulheres que correm

(Ah)Eu não sou perfeita
Mas eu sei que algo eu sou
(Ah) Eu não sou perfeita, eu sou
(Bea Duarte, 2023)

Diante do exposto, é evidente que há uma desvalorização das mulheres da roça, invalidando suas potencialidades, sonhos, perspectivas de futuro e fazendo com que haja discriminação em relação às mesmas, perpetuando violências sofridas por gerações de mulheres, passadas para mulheres atuais. Mesmo diante de todas as adversidades e desafios, elas continuam lutando por si e por outras, para conseguirem

liberdade, autonomia e uma sociedade menos misógina, machista e violenta. Idealizam um processo formativo de qualidade e possibilidades para todas, sem que haja acepção de territórios campestinos ou urbanos.

4.4 Muitas vezes a gente não é enxergada como gente, é enxergada como animal, como a pessoa da roça, pacata e tudo mais: mulheres desumanizadas através das violências”

Mulher, a culpa que tu carrega não é tua
 Divide o fardo comigo dessa vez
 Que eu quero fazer poesia pelo corpo
 E afrontar as leis que o homem criou pra dizer
 Quem cê tá pensando que é?
 Pra falar pra eu não usar batom vermelho
 Quem cê tá pensando que é?
 Pra maldizer até os amigos que eu tenho
 Vai procurar tua turma e o que fazer
 Que de gente como você o mundo anda cheio
 Quem cê tá pensando que é?
 Quem cê tá pensando que é?
 Eu tenho pressa e eu quero ir pra rua
 Quero ganhar a luta que eu travei
 Eu quero andar pelo mundo afora
 Vestida de brilho e flor.

(Ana Cañas, 2017)

Uma certeza trago comigo desde a escrita do projeto submetido à seleção do doutorado no PPGED-UFS, a culpa das violências que mulheres sofrem não é delas. Com essa afirmação e, mediante reflexão da canção subscrita como epígrafe desta categoria analítica, posso dizer que, nem nos pensamentos mais utópicos ou suposições epistemológicas na construção do meu objeto de pesquisa, imaginei que trabalhar com violências contra as mulheres da roça seria tão desafiador, ao ponto de “despertar gatilhos” do inconsciente para meu consciente em todo processo de escrita da tese, principalmente, nessa etapa de análise de dados.

Quando Canãs (2017) escreve as estrofes: “Divide o fardo comigo dessa vez”, ela descreve artisticamente a sensação que passei a sentir desde o dia que realizei as entrevistas narrativas com as colaboradoras da pesquisa. Não posso refutar-me neste momento tão complexo, ao fato de que, na condição de pesquisadora, sou profundamente envolvida com o objeto estudado. Até hoje, quando retomo as gravações das entrevistas, sinto o mesmo engasgo na garganta, os olhos ardem com as lágrimas que em ato rebelde insistem por escorrer em meu rosto, ainda que eu

tente controlá-las, o tremor no corpo e a ânsia de vômito também me fazem indesejada companhia, conseguindo me dominar.

E aqui, nestas páginas doloridas, a razão e emoção se abraçam. Já não há mais diferença entre o meu eu pesquisadora e o meu eu mulher, que sofreu também muitas violências, e, no percurso da pesquisa, “dividiu a carga” com as estudantes de Pedagogia, na incessante tentativa de “fazer poesia pelo corpo”, nesse caso, o corpo da escrita doutoral, afrontando as leis que “o homem criou para dizer”, para determinar nossa existência, para nos desumanizar, pois uma das representações constatadas foi a desumanização das mulheres da roça presente nas entrelinhas do discurso de Dandara (2024): “muitas vezes a gente não é enxergada como gente, é enxergada como animal, como a pessoa da roça, pacata e tudo mais”.

Retomar as narrativas das mulheres no processo de transcrição, ouvir diversas vezes suas vozes nos áudios dos 268 minutos gravados tem tornado meus dias mais tensos, reflexivos e sufocantes, onde a insônia, angústias e problematizações concretizam-se em meus pensamentos. Mas assim como as estudantes resistiram e se refazem em seus processos formativos, aqui estou, também, tentando encontrar novos sentidos e formular ações efetivas de transformações em minha prática docente, pois:

O banzo renasce em mim.
Do negror de meus oceanos
a dor submerge revisitada
esfolando-me a pele
que se alevanta em sóis
e luas marcantes de um
tempo que aqui está.

O banzo renasce em mim
e a mulher da aldeia
pede e clama na chama negra
que lhe queima entre as pernas
o desejo de retomar
de recolher para
o seu útero-terra
as sementes
que o vento espalhou
pelas ruas...
(Evaristo, 2008)

Feito o preâmbulo da categoria aqui apresentada, trago algumas narrativas cujos discursos evidenciam violências sofridas pelas estudantes e/ou por familiares,

mulheres de idades, comunidade, profissões, religião, orientação sexual distintas, tendo, como característica comum, as violências de gênero.

agredida, eu já fui também. Uma vez. Um dia ele me deu um tapa. A mãe ainda era viva, a minha menina mais velha tinha o quê? 6 meses mais ou menos. Ele me deu um tapa que eu perdi a audição. É por isso que eu não tenho essa audição, à esquerda. Só escuto da direita. Mas eu disse a ele que um dia ele ainda vai me pagar. Que fica na memória da gente e ninguém sabe. Só quem sabia era mãe e minha tia. Ele me deu esse tapa e eu fui dizer a ela e eu disse: "Eu vou levar ele na delegacia, eu vou dar parte dele". Eu estava decidida dar parte dele. E olha que eu ainda não tinha emprego, era desempregada, não tinha trabalho, nada. Mas, quem me ajudava era minha madrinha em tudo, minha mãe. Aí, ela disse: "Não, não vá não. Não vá dar parte dele não". Eu não fui por conta dela, que ela não deixou. Mas eu ia dar parte dele. Mas esse tapa ficou na minha memória (Marielle Franco, 2024).

Durante a entrevista, ela sentiu-se confortável e segura ao ponto de acessar suas memórias mais sofridas e socializar comigo; foi um momento de escuta sensível, acolhimento e muita revolta. "É... Isso aqui tá retornando tudinho que ele fez comigo, tá vindo tudinho. Aí, fica na memória, na cabeça..." (Marielle Franco, 2024).

A perda da audição direita até o momento não era do meu conhecimento, embora tenha sido sua professora durante vários períodos, em consequência de agressões físicas sofridas por um homem que, no mínimo deveria garantir sua segurança, é algo inconcebível. O mais estarecedor é que, nem mesmo o fato de ter uma filha com menos de 7 meses, o impediu de tamanha covardia.

As mulheres do campo, da floresta e das águas enfrentam diversas formas de violência para garantir o direito de existir e pertencer aos seus territórios. São muitos os trajetos, as histórias e as formas de violência vividas por essas mulheres, que carregam em seus corpos o peso das opressões históricas operadas pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo racismo, que associado às condições de desigualdade de gênero, uma dinâmica de luta permanente para a superação de processos infinitos de violência vividos em diversos espaços - no território onde vivem, na casa, na família, na comunidade, nos espaços políticos e pelo próprio Estado. Trata-se de violências que assumem requintes de maior crueldade nos CORPOS-TERRITÓRIOS das mulheres, onde habita o ser, e onde se materializa o racismo e o machismo (Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, 2023, p. 02).

Apesar de ter consciência do crime que seu esposo cometeu, ao compartilhar com sua mãe o fato ocorrido, ela foi orientada a não denunciar, a silenciar sua voz, sua dor e revolta. Mães pretas da roça naturalizam práticas violentas, porque também já foram violentadas de diversas formas ao longo das suas vidas e ensinadas a perpetuarem o silenciamento dentro de uma sociedade altamente machista e racista.

Não sei se tenho uma voz se eu
 Não posso gritar, não me ouvem falar
 Não sei se existo porque eu não penso
 Nada além do que me ensinaram
 E eu não quero mais andar, já me cansei de caminhar
 (Bea Duarte, 2023)

Em teoria, a perda auditiva seria um motivo mais que suficiente para a estudante se afastar do seu agressor, no entanto, ela foi obrigada, diante das regras sociais familiares, a continuar convivendo em uma relação conflituosa, onde o ciclo da violência não foi rompido. “Frequentemente as mulheres se sujeitam às normas socialmente impostas pelos homens por medo da violência e permanecem muito tempo em relacionamentos que apresentam uma dinâmica abusiva ou agressiva”. (Bigliardi; Antunes, 2018, p. 33).

Aparentemente, essa mulher estava infeliz; era visível sua insatisfação com um casamento onde não existe respeito, comunhão, parceria, cuidado. Todavia, a certeza de permanecer casada, em seu discurso, era a opção mais viável, pois:

e a gente e a gente às vezes não quer deixar, mesmo a mulher tendo estabilidade assim, como eu, que eu tenho meu trabalho, a casa é minha, tenho minha casa, tenho meu trabalho, mas quando eu falo, que eu já falei. Já arrumei as coisas dele para ele se embora. Já mandei ele embora. Já disse a ele que vou chamar a polícia para ele sair dentro de casa. Aí eu não faço por conta das meninas, que as meninas são muito apegadas a ele (Marielle Franco, 2024).

E assim, os casamentos são mantidos na roça, a tradição familiar patriarcal não é abalada nem mesmo com pessoas correndo risco de morte. Os dados do Atlas da Violência 2025 são alarmantes:

quando cruzamos os dados de vítimas do sexo feminino por grupo etário com o sexo do provável autor da violência, verificamos que homens respondem por 79,5% de todas as agressões e violências. Em outras palavras, 8 em cada 10 agressões de meninas e mulheres foram praticadas exclusivamente por homens (IPEA, 2025, p.70).

Não obstante às estatísticas, temos outras narrativas que coadunam com os resultados da violência contra a mulher conforme fala a seguir:

a gente convive com a violência cotidianamente. Eu, enquanto mulher, percebo isso. Nunca sofri violência física, mas psicológica. Eu me sinto quase que o tempo todo com aquela pressão. Mas eu nunca presenciei ninguém na minha comunidade, mas a minha mãe já presenciei várias tentativas do companheiro dela tentar violentar ela e ele não conseguir por força, porque a violência era respondida com violência. Quando ele tentava agredir ela

fisicamente, ela já vinha com tudo para agredir ele também. E aí nisso ela conseguia quebrar um pouco disso. Houve momentos que ela não conseguiu e que eu tinha que intervir. Houve um momento que ela estava bem fragilizada. Estava doente. O esposo dela bebeu, aí quando ele chegou em casa, eu estava lá com a minha menina pequena. Aí ele, minha menina era a bebê ainda. Aí ele chegou e ele fez para agredir ela. E eu vi que ela não tinha força. Para naquele momento revidar como sempre ela fazia. Eu vi que ela não tinha força naquele momento. Então, eu tive que entrar em luta corporal com ele. E esse dia ali foi muito doloroso. Porque eu sempre tive que intervir de alguma forma, mas era sempre verbalmente conversando com ele, falando. Mas assim, luta mesmo, para lutar com ele só foi nesse dia. E aí nesse dia, nos dias posteriores ela ficou tipo que com a fragilidade psicológica, ela começou a ter problema de pressão alta e ela não conseguia mais. Ela não conseguia mais retribuir a violência com violência, porque a pressão dela caía, subia e ela ficava desmaiando (Almerinda, 2024).

É assustador ter a consciência de que os dados apresentados pela pesquisa, mesmo com percentuais elevadíssimos, ainda não representam a realidade, pois mulheres da roça são ensinadas a não denunciar e, quando alguma delas tenta registrar as denúncias, não são atendidas pelos mecanismos públicos que deveriam lhe dar suporte e segurança. A comunidade se cala mesmo com todos os gritos ouvidos cotidianamente.

...eu já presenciei a mulher do meu tio, que já acontecia muito dele bater nela. Até hoje eles vivem juntos, mas na época era uma coisa muito naturalizada. Eu era pequena, eu era bem jovem. Eu tinha muito menos que 15. E aí, é, dizia assim: é, fulano bateu em ciclano, mas também ela foi para cima dele, mas também ela fala demais, justificando as atitudes dele, que ele é meu tio, mas já naquela época eu sentia que era uma coisa errada (Pagu, 2024).

E muitas vezes a comunidade também é omissa quando vê acontecer uma situação de violência, a comunidade não interfere, a comunidade não chega junto, fica, sabe? Silenciando aquilo. E a gente vê os números alarmantes, são geralmente da cidade. Porque eu tiro pela minha comunidade que a violência ela não é divulgada, ela ocorre ali e ali acaba (Almerinda, 2024).

Problemas emocionais, pressão alta, depressão e alcoolismo são aspectos facilmente identificados entre essas mulheres. Seguir na relação mesmo sendo agredida, adoecer, mas continuar; essa muitas vezes é a única opção possível para as mulheres violentadas.

Olha bem pra mim
 Você acha mesmo que
 Eu sou tipo de pessoa que só vai sorrir?
 Eu sei o que acontece se eu te contrariar
 Concordo com os termos
 Desejo continuar
 (Bea Duarte, 2023)

Cenas de violências contra avós, mães, tias, cunhadas, primas, vizinhas, irmãs sendo violentadas ao longo das diversas fases da vida, infância, adolescência, juventude, inconscientemente, levarão as pessoas a normalizarem ações que, em sua estrutura simbólica, desumanizam as pessoas.

E fui identificando várias formas de violência, violência doméstica, violência física, psicológica, patrimonial, violência sexual, de várias formas. Meu avô também, ele fez minha vó sofrer muito. Ele jogava o prato, aqueles prato apiozinho assim de ferro, de alumínio, ele jogava assim, quando não era o que ele queria, ele jogava o prato no meio da casa e a casa que minha avó e ele morava era um galpão antes que eles conseguiram construir a casa, fazer os cômodos (Dandara, 2024).

Os tipos de violências identificados pela estudante estão previstos na Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, mas ainda não conseguem, por si, solucionar a violência de gênero, que é um problema social. “A lei Maria da Penha não alcança as mulheres que estão na zona rural. Da mesma forma que o serviço de saúde também não. Muitas vezes a gente fica um pouco à margem, não consegue usufruir totalmente dos nossos direitos” (Almerinda, 2024).

Dandara narra situações cometidas contra ela:

a violência sexual eu mesmo assim eu já vivenciei no ônibus voltando com um homem que sentou perto de mim e eu pedia para ele para ele sair da comunidade mesmo. Eu pedia para ele sair, empurrava ele, ele não saía, se encostando em mim e tudo mais, me assediando. E ninguém no ônibus me auxiliava, me ajudava e eu tentando afastar ele, empurrando, dando murro nele mesmo e ninguém tinha. Aí quando chegou na rua, aí que o homem falou: “É, sai daí do lado da menina, não sei o quê”. Aí ele saiu e depois falou: “É”. Outro tipo de outra experiência de violência sexual, mesmo que eu vivenciei, foi o próprio estupro mesmo, por uma pessoa que era ali do meu âmbito familiar. Ele era um filho adotivo da minha avó. Foi ainda na infância, mas na adolescência eu fui. Isso foi saindo mais de mim, sabe? (Dandara, 2024).

Na tabela a seguir podemos analisar os dados organizados pela Fundação Abrinq para ilustrar a realidade da Infância e Adolescência no Brasil, no ano de 2025, tendo em vista os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU):

Tabela7: Violência sexual segundo grupo etário - Brasil e grandes regiões, 2023

NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL SEGUNDO GRUPO ETÁRIO – BRASIL E GRANDES REGIÕES, 2023

LOCALIDADE	ATÉ 19 ANOS DE IDADE	20 ANOS DE IDADE OU MAIS	TOTAL
Região Norte	7.603	1.146	8.749
Região Nordeste	8.833	4.581	13.414
Região Sudeste	25.347	10.444	35.791
Região Sul	10.685	2.888	13.573
Região Centro-Oeste	5.230	1.780	7.010
Brasil	57.698	20.839	78.537

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

A violência sexual sofrida por Dandara em sua infância e adolescência, acomete milhares de meninas em todo país. De acordo o Ministério Público do Estado da Bahia MP-BA, o crescente registro de estupros no Brasil revela um cenário alarmante. Somente em 2023, 83.988 casos foram levados à Polícia Civil no país, número 91,5% maior do que o registrado em 2011, que somou 43.869 ocorrências. E o mais grave: os estupros de vulneráveis são a maioria dos registros, representando 76% do total. A cada hora, o país registra sete estupros de crianças e adolescentes.

Se nos centros urbanos os casos de subnotificação das violências sexuais contra crianças e adolescentes são crescentes e alarmantes, nos territórios do campo são muito mais invisibilizados. As estatísticas apresentadas nas pesquisas, embora sejam assustadoras, ainda não representam os reais dados do que acontece em todas as regiões do Brasil, principalmente nas comunidades do semiárido baiano, onde o acesso à informação, órgãos de controle e políticas públicas são praticamente inexistentes.

Os dados mais recentes sobre a violência no campo, em um contexto geral do país, estão registrados na pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada publicada no ano de 2020 e, desde então, não houve mais atualização desses dados com essa realidade em específico. A violência constitui um traço estruturante da historiografia nacional (IPEA, 2020).

No discurso da estudante Pagu, a violência de gênero é mais uma vez constatada. Geralmente menos difundida, a violência psicológica contra mulheres

desde sua infância e postergada até a vida adulta, interfere diretamente em suas relações interpessoais e intrapessoais, como pontua:

não sofri de violência sexual, nem agressão física, mas eu acredito que o que eu passei na minha criação tenha sido um tipo de violência, porque eu fui podada né? Como eu já falei. É que eu sinto que cortaram minhas asas e que hoje para eu fazer uma coisa assim, para eu voar sozinha sem apoio é muito difícil. Então eu sinto que isso é um tipo de violência comigo. Eu sinto essa violência no meu ser (Pagu, 2024).

Para Bigliardi e Antunes (2018), até mesmo nos pequenos hábitos cotidianos a violência simbólica é imposta sobre as mulheres, buscando moldá-las em uma lógica androcêntrica que se faz sutil, porém muito tóxica. E “para que a dominação simbólica funcione é necessário que os dominados tenham incorporado as estruturas segundo as quais os dominantes os aprendem: que a submissão não seja um ato de consciência susceptível de ser compreendido na lógica do conhecimento” (Bourdieu, 2002, p. 231).

Desde o período colonial brasileiro, instituições formais e não formais, não apenas possibilitaram a exploração econômica do uso da terra e das riquezas naturais, bem como adaptaram as relações de poder, de concentração de propriedade e renda e de negação dos direitos de categorias populacionais específicas, cujas sequelas interferem até hoje na sociedade.

Eu já estive presente em alguns tipos de violência, violência doméstica e a gente vê que é muito doloroso. Principalmente em um ambiente como a zona rural, a roça, porque não tem formação. As mulheres muitas vezes não sabem que é violência. A violência física elas sabem que acontece porque é escancarada. Mas outros tipos de violência, por exemplo, é, quando o marido não pega o dinheiro como minha avó mesmo, ela foi, quando se casou, ela tinha muita criação de ovelha, de gado e o marido dela vendeu sem o consentimento dela. é um tipo de violência, mas que ela não tinha noção na época (Pagu, 2024).

A manutenção do *status quo* e das gigantescas desigualdades decorrentes do processo de exploração teve como maior fundamento o uso da repressão e da violência contra grupos étnico-raciais, minorias políticas e classes econômicas subalternizadas, como povos indígenas, população negra, povos do sertão, mulheres, agricultores/as e trabalhadores/as rurais, entre outros grupos subalternizados.

As bases institucionais que dinamizaram a violência no campo no Brasil – assentadas sobre a profunda desigualdade social e econômica existentes entre áreas rurais e urbanas, assim como sobre a alta taxa de concentração

fundiária, sobre a ausência de instâncias de mediação e de resolução de conflitos rurais, ou ainda em decorrência dos altos índices de impunidade ligados aos crimes contra povos tradicionais, trabalhadores rurais e pequenos agricultores – persistiram ao longo de toda trajetória do país e se mantêm firmes na contemporaneidade (Ipea, 2020, p.10)

Compreende-se que, na estrutura social, os elementos patriarcais integram o sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e pela família nuclear, que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. Apesar do gênero atribuído socialmente, pessoas não cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anatômicas instituídas (Akotirene⁸, 2019, p. 118).

4.5 Violências de gênero sofridas na fase final do doutoramento: escrevivências sobre o meu eu mulher em tempos de desencanto e utopia

Samba da utopia

Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra poesia

Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra sabedoria

Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra rebeldia

Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra teimosia

Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania

Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra utopia

(Jonathan Silva e Ceumar)

⁸ AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. 1. Ed. São Paulo: Pólem, 2019.

Conheci a canção “Samba da utopia” em uma das primeiras aulas do doutorado com a querida professora Dra Marizete Lucini, em agosto de 2021. Naquele momento, me identifiquei com a perspectiva política da música e o convite ousado para o engajamento na luta: “Pegue o tambor e o ganzá, vamos pra rua gritar a palavra utopia”. Hoje, após 4 anos, estou ouvindo a canção para inspirar a minha escrevivência de modo a adequá-la ao tópico final do capítulo das análises, onde apresento, de forma particular, as realidades dos cenários de violências sofridas nessa etapa do doutoramento. Violências que não destoam das violências sofridas pelas estudantes de Pedagogia, tendo em vista a dominação social pelo patriarcado.

A poesia, a arte, a música têm sido o meu colibri diante dos pesos do mundo machista e das cicatrizes gravadas em meu ser; têm me motivado a não recuar diante das imposições agressivas dos homens que me violentaram. A teimosia tem possibilitado minha persistência nos propósitos da vida pessoal e profissional. A tirania, embora tenha ganhado força nos atos de violência, não foi, nem será capaz de sucumbir minha utopia, pois peguei o tambor e o ganzá para sambar numa ciranda de mulheres que não desanimam e seguem gritando nas ruas por direitos, por uma vida digna e equânime. É o pensamento de Jota Mombaça (2016), quando afirma “[...] a teoria como uma forma de arte” capaz de “[...] rastrear nos limites da forma (de pensar, de articular e de escrever teoria no marco das ditas ciências sociais) um outro pensamento” (Mombaça, 2016, p. 351).

Na sequência da minha escrevivência tecida em retalhos costurados com linhas de dores, desilusões, resistência, coragem, luta e vontade de viver, trago algumas narrativas para melhor explicar meu propósito com as revelações que assim farei nesta tese.

Conheci um homem, que aqui identificarei com o nome fictício Marco Antônio, através de um app de relacionamento chamado *Happy*. Ele informou que era solteiro, trabalhava como taxista em Salvador-Ba em uma frota particular e, por isso, pagava aluguel do carro locado. Com a chegada da pandemia, muitos serviços pararam de ser ofertados e/ou reduzidos significativamente. Por isso, ele ficou desempregado, embora continuasse com a posse do veículo alugado. Morou provisoriamente na casa de sua irmã de criação, que o deu abrigo por um curto período em Salvador, segundo seus relatos. Após algumas conversas e tendo em vista que ele estava desempregado, Marco Antônio se ofereceu para me visitar em Senhor do Bonfim-BA.

Era temporada do *lockdown* no Brasil. Foi então que dia 22/04/2020, dia do seu aniversário, ele saiu de Salvador chegando em minha casa por volta das 23 horas.

No auge dos meus 34 anos de idade, tinha a certeza que não mais sofreria violências domésticas. A ilusão que alimentava essa minha “certeza”, era decorrente de todo meu processo formativo, títulos acadêmicos, publicações, minhas andanças pelo mundo universitário e movimentos sociais, o conhecimento teórico e prático com as pautas feministas. Naquele período, estava tão deslumbrada com as conquistas profissionais e com o reconhecimento social e familiar, que não conseguia perceber que a estrutura machista da sociedade e o patriarcado é tão avassaladora, que nem mesmo eu, mulher feminista com formação, estava imune à pior “doença”, que mata mulheres no mundo, a violência doméstica, como mostram as pesquisas:

a persistência da violência contra as mulheres no Brasil segue sendo uma das expressões mais alarmantes das desigualdades de gênero no país. Em mais um ano, os dados do sistema de saúde revelam números elevados de homicídios femininos e de agressões a mulheres, evidenciando a continuidade desse fenômeno estrutural. A despeito das políticas públicas implementadas nas últimas décadas e dos avanços normativos – como a atualização da Lei do Femicídio (Lei nº 14.994), em 2024 –, a letalidade feminina, especialmente daquelas em situação de maior vulnerabilidade, segue como um problema público grave, e que, só em 2023, matou quase 4 mil mulheres (IPEA, 2025, p.49).

O contexto pandêmico, o medo da morte, as carências afetivas, cobranças sociais e traumas da relação anterior com o genitor da minha filha foram favoráveis para eu me apegar e apaixonar-me por ele. Apesar de me considerar uma mulher empoderada e livre da dominação masculina e das regras sociais, que exigem que toda mulher tenha um homem ao seu lado, percebo hoje, com maior consciência, que a minha performance do perfil da mulher que idealizo era mais um anseio do que uma realidade.

A doutrinação cristã, social e familiar que vivi até meus 32 anos dentro da lógica que domestica as mulheres, ainda colonizava meus pensamentos e ações. Assim explica Beauvoir (2016): “[...] porque é preciso afinal casar, porque os outros fazem pressão, porque elas sabem que é a única solução razoável, porque querem uma existência normal de esposa e mãe” (Beauvoir, 2016, p. 195).

O meu anseio implícito de querer ser esposa, mãe e seguir as determinações sociais, embora as negasse, colocou-me em situações onde o ciclo de violências tornou-se naturalizado e quase me levou à morte pelo homem por qual me apaixonei,

que naquele primeiro momento demonstrava ser uma pessoa interessante apesar do contexto profissional, educacional e financeiro totalmente desfavoráveis. “A dominação masculina das mulheres, está imbricada nos grupos sociais, e tanto as vítimas quanto os agressores reproduzem os valores do patriarcado de forma inconsciente” (Bigliardi; Antunes, 2008, p. 31).

Eu, professora universitária, pesquisadora, Mestra em educação, com casa própria, moto e com uma vida relativamente estabilizada, fui de encontro às expectativas da minha família, amigas e minha também, pois abri as portas da minha casa, da minha vida e do meu coração para um homem desconhecido com mais de 40 anos, sem formação acadêmica, desempregado, sem casa, carro, moto, dinheiro, separado e com 6 filhos concebidos em relacionamentos com 4 mulheres distintas.

Os discursos de uma suposta masculinidade positiva, a solicitude em cooperar com os serviços domésticos, o hábito de me elogiar, fazer o que eu gosto, cuidar das minhas plantas, falar o que eu queria ouvir, de cuidar da minha filha, cozinhar meus alimentos preferidos, viajar e aventurar-se nas estradas comigo se tornaram maiores, diante de todos os aspectos negativos e reais citados anteriormente. Os bens materiais, a formação dele, seu histórico de relacionamentos, nada disso tirava o encanto e esperança de estar ao lado de um homem com “tantas virtudes”. Simone de Beauvoir (2016) aponta que, apesar das mudanças, “[...] ainda que ganhe sua vida, cumpre que traga uma aliança no dedo para que conquiste a dignidade integral de uma pessoa na plenitude de seus direitos (Beauvoir, 2016, p. 190).

O primeiro contato, que deveria ter sido breve, perdurou por 4 anos e 8 meses, tendo seu fim no dia 29/12/24. Hoje, com mais clareza, consigo entender a frase que diz: “o coração tem razões que a própria razão desconhece”. De forma racional e mais amadurecida, após variados episódios traumáticos nos últimos meses, consigo ter certeza que, independente da minha formação, bens culturais e materiais, nenhuma mulher está imune às violências. Sigo na luta, pesquisando e me fazendo corpo em movimento em uma ciranda, onde lamentavelmente muitas mulheres são impedidas de dançar. Sei que é preciso reinventar minha sobrevivência.

As relações conjugais tóxicas apresentam diversos sinais, os quais na maioria das vezes não percebemos, ou, como no meu caso, são negados. Em muitos momentos durante o convívio com Marco Antônio via posturas abusivas, agressivas, mas, no meu interior, eu não aceitava e negava. Me recusava a acreditar que estava sofrendo violência moral, psicológica, patrimonial, sexual e física. Os atos violentos

aconteciam em dias, lugares, horários e períodos distintos, o que me levava a acreditar nos discursos que ele usava para justificar suas ações, sempre me culpando ou afirmando com veemência que cometia todos os atos, porque me amava.

E assim, durante os anos que convivi com ele, fui naturalizando os abusos, perdendo minha identidade para caber no mundo que ele programou. Controle das amizades, afastamento de amigas e familiares, controle do meu salário, ciúmes excessivos, chantagem emocional, invasão da minha privacidade através do meu celular, ligações excessivas, chamadas de vídeos, mensagens constantes no *whatsapp*, exclusão de contatos da minha lista telefônica, pressão psicológica. Até castigos com silêncio eram comuns. Quando eu não seguia algo que programou, ele me castigava ficando sem falar comigo por 15 ou mais dias. Para voltar a comunicar-me com ele, eu precisava assumir culpas de coisas que não tinha feito e pedir perdão. Se não seguisse esse protocolo, teria que me conformar com ele dormindo em outro quarto, me desprezando dentro da minha casa. Esse ciclo era contínuo. Depois de passar por todas essas situações, a fase romântica “apagava” tudo da minha memória até acontecer novos episódios de abuso e violências.

A violência de parceiro íntimo, é um fenômeno cíclico e progressivo que ocorre frequentemente em três fases e vai se intensificando com o tempo, quando a vítima permanece na relação. Progredir de constrangimentos e humilhações até chegar à agressão física da vítima, podendo culminar com seu assassinato (Bigliardi; Antunes, 2008, p.31).

Com o passar dos meses, a permanência de Marco Antônio⁹ em minha casa e seu notório desejo de permanecer na cidade de Senhor do Bonfim, me articulei com pessoas próximas para conseguir uma Concessão para Alvará de Táxi, apesar de, no primeiro momento, não ter um carro. Isso me motivou a buscar formas de comprar um veículo, aquisição não pensada anteriormente, uma vez que sempre gostei de moto, o que supria satisfatoriamente minhas necessidades de locomoção.

Ao me deparar com a situação de desemprego dele, que não colaborava com as despesas do lar, diante de total envolvimento sentimental por esse homem e no impulso de buscar uma forma de complementar a renda, mesmo com as dificuldades financeiras, pedi para meu irmão fazer um empréstimo para mim, uma vez que minha margem como professora REDA, não disponibilizava o valor necessário para compra

⁹ Nome fictício para fazer referência a um dos homens com quem tive um relacionamento abusivo.

de um veículo. Foi então que meu irmão, para me ajudar, fez um empréstimo no valor de 35 mil reais.

Familiares e amigas ficaram preocupadas e tentaram me alertar sobre os perigos que corria, pois, em 6 meses de convívio com um homem estranho dentro de casa, eu me envolvi a tal ponto de fazer essa despesa tão alta. Lamentavelmente, naquela ocasião, eu acreditava estar fazendo certo, que todo sacrifício em nome do “amor” era válido. Com a compra do veículo, iniciei o processo para aquisição do alvará. Nesse período, tive várias despesas, pois para ter a concessão era necessário atender aos pré-requisitos legais estabelecidos pela legislação municipal e pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Na condição de permissionária do alvará, precisei fazer Curso de Taxista e a mudança da categoria da CNH.

No primeiro ano de convivência, em dezembro de 2020, viajamos para passar as festas de final de ano em Aracaju-Se com minha família. Fomos no carro usado que comprei, um Renault Sandero 2015-2016. Lá ficamos hospedados na casa do meu irmão, professor do curso de filosofia na UFS.

O que era para ser um momento de lazer, descontração e festejos, se tornou um pesadelo, pois ele, mesmo sendo acolhido por minha família e tratado com respeito e educação, procurou confusão. Foi extremamente rude, ignorante, agressivo e violento comigo enquanto estávamos em uma pizzaria na orla de Atalaia. Por conta disso, e diante do susto que minha família teve ao ver seu comportamento, fomos para casa, em um clima de tensão e pavor. Quando entramos no condomínio, Marco Antônio se descontrolou mais uma vez, gritou, usou palavras de baixo escalão e jogou uma penca de chave em minhas costas. Fiquei tão assustada e sem reação, que não tive coragem de enfrentá-lo e registrar Boletim de Ocorrência-BO por violência física. Aquele comportamento me assombrou e me imobilizou.

Busco refúgio nos escritos de Duarte (2023) para maior compreensão desse processo que estou experimentando agora, no dia 15/08/25, quando a autora ajuda a entender que:

e as mulheres ao exibirem com orgulho as antigas cicatrizes, mesmo quando descrevem chorando um episódio dramático do seu passado, o fazem a partir de uma atitude de sobreviventes, de quem exorcizou a dor e se encontrou inteira para além dela. E mais, parecem expor suas chagas até com orgulho, conscientes da força que emana de sua história (Duarte, 2023, p. 217).

Diante de toda a situação que narrei nos parágrafos anteriores, ele mesmo resolveu ir embora, pegou sua mochila, pediu dinheiro para comprar passagem e seguiu para a casa de uma irmã que morava em Aracaju. Depois desse ocorrido ficamos separados. Eu tinha certeza que, a partir daquele momento e diante dos fatos, seguiria minha vida em paz. Foi um período de muito sofrimento e angústia, pois estava muito envolvida sentimentalmente por ele. Ficamos separados por um período de mais de 70 dias e, nesse tempo, conversava com ele diariamente, pois acreditava que precisava ser boa com ele, pensava que precisava dar apoio emocional sem maiores envolvimento. Com o passar dos dias, após muita insistência, pedidos de perdão, promessas de mudança, declarações de amor, me deixei ser levada pela ilusão do homem ideal e dei outra oportunidade; não percebia que estava seguindo mais uma etapa do ciclo de violência doméstica. Em março de 2021, ele retornou para minha casa.

Por ser educadora e acreditar no poder de transformação da educação, imaginava que o estudo poderia ajudá-lo a se tornar uma pessoa menos agressiva, mais sociável, sem contar que o fato de ele não ter uma graduação me incomodava muito. A partir disso, como estava disposta a permanecer naquela relação, passei a incentivá-lo nos estudos. Ele tinha baixa autoestima por ser um homem desempregado e acreditava que estava muito velho para estudar aos 41 anos de idade. Depois de muito estímulo, prolongadas conversas, eu o convenci que precisava estudar. Foi quando ele decidiu iniciar os estudos, mas que faria “esse sacrifício” por mim, pois sabia que me deixaria feliz.

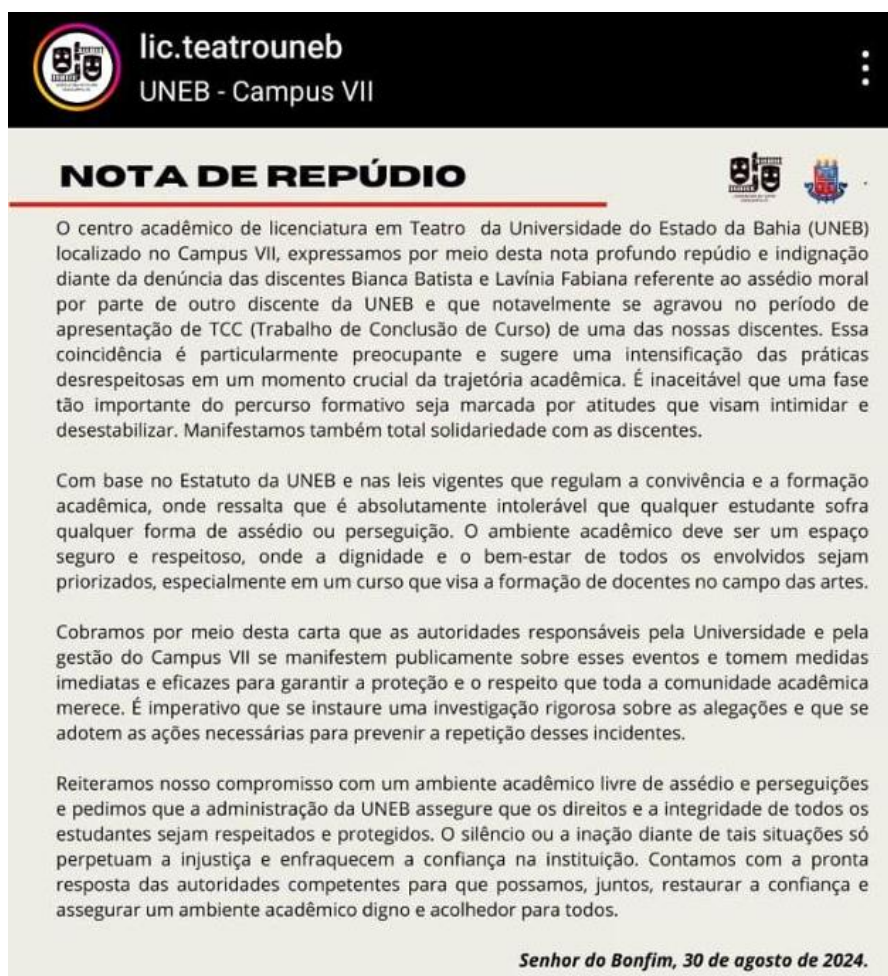
Passei então a dar aulas de redação, português, literatura, outras áreas, e dicas de *sites* para ele estudar nos momentos livres do dia. A estratégia deu certo e, no final de 2021 após fazer a prova do ENEM, conseguiu nota suficiente para ingressar como estudante no Curso de Licenciatura em Teatro na UNEB/Campus VII Senhor do Bonfim, no ano de 2022, mas ele deixava sempre claro, que só ia para universidade para não me desagradar. Ele começou a trabalhar como taxista e ingressou também na Universidade, tudo isso me deixava muito feliz e esperançosa de dias mais pacíficos, felizes e harmoniosos.

Ele passou por um período demonstrando ter mudado e evoluído enquanto homem. Associada à essa “mudança” tinha a cotidiana insistência para trocar de carro. Diariamente, ele apresentava vários argumentos para me convencer a assumir novas dívidas, me desfazer da moto e comprar um novo, pois o anterior era usado. Após

meses de tentativa, fui convencida a comprar um novo veículo. Vendi o carro anterior, a moto e fiz um financiamento, mesmo sem condições. Em maio de 2023, comprei um carro que custava aproximadamente 105 mil reais, assumindo uma dívida altíssima para os próximos 5 anos.

O problema de Marco Antônio não era somente a formação acadêmica e o desemprego. O machismo dele superava todos esses aspectos. Após o início das aulas na Universidade, os conflitos foram intensificados, pois o perfil agressivo, violento e ignorante, o afastava das pessoas. Eram constantes as confusões dele com colegas do curso, muitas inimizades. Uma das situações dele contra duas colegas, em 2024, chegou ao nível de o Colegiado emitir nota de repúdio devido às suas posturas agressivas e violentas, conforme a figura a seguir:

Figura 2: Nota de repúdio



lic.teatrouneb
UNEB - Campus VII

NOTA DE REPÚDIO

O centro acadêmico de licenciatura em Teatro da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) localizado no Campus VII, expressamos por meio desta nota profundo repúdio e indignação diante da denúncia das discentes Bianca Batista e Lavínia Fabiana referente ao assédio moral por parte de outro discente da UNEB e que notavelmente se agravou no período de apresentação de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) de uma das nossas discentes. Essa coincidência é particularmente preocupante e sugere uma intensificação das práticas desrespeitosas em um momento crucial da trajetória acadêmica. É inaceitável que uma fase tão importante do percurso formativo seja marcada por atitudes que visam intimidar e desestabilizar. Manifestamos também total solidariedade com as discentes.

Com base no Estatuto da UNEB e nas leis vigentes que regulam a convivência e a formação acadêmica, onde ressalta que é absolutamente intolerável que qualquer estudante sofra qualquer forma de assédio ou perseguição. O ambiente acadêmico deve ser um espaço seguro e respeitoso, onde a dignidade e o bem-estar de todos os envolvidos sejam priorizados, especialmente em um curso que visa a formação de docentes no campo das artes.

Cobramos por meio desta carta que as autoridades responsáveis pela Universidade e pela gestão do Campus VII se manifestem publicamente sobre esses eventos e tomem medidas imediatas e eficazes para garantir a proteção e o respeito que toda a comunidade acadêmica merece. É imperativo que se instaure uma investigação rigorosa sobre as alegações e que se adotem as ações necessárias para prevenir a repetição desses incidentes.

Reiteramos nosso compromisso com um ambiente acadêmico livre de assédio e perseguições e pedimos que a administração da UNEB assegure que os direitos e a integridade de todos os estudantes sejam respeitados e protegidos. O silêncio ou a inação diante de tais situações só perpetuam a injustiça e enfraquecem a confiança na instituição. Contamos com a pronta resposta das autoridades competentes para que possamos, juntos, restaurar a confiança e assegurar um ambiente acadêmico digno e acolhedor para todos.

Senhor do Bonfim, 30 de agosto de 2024.

Fonte: Página do Instagram do Curso de Licenciatura em Teatro

Quando fui informada sobre essa situação e, diante de falas de familiares e amigas sobre o perfil dele, comecei a perceber que permanecer naquela relação não era viável. A nota de repúdio me abalou. Entretanto, continuava acreditando que ele poderia mudar e seguirmos juntos. Dentre as posturas violentas, a agressividade no trânsito me assustava bastante. Mas sua empáfia, arrogância predominavam e geralmente eu silenciava, mesmo discordando. Silenciar era um caminho que buscava para não ter conflitos. “Enquanto a violência é ‘sofrida por mulheres’, o poder é ‘exercido’ pelos homens” (Tiburi, 2018, p. 107).

Marco Antônio se considera autossuficiente, ao ponto de afirmar várias vezes que só ele sabia dirigir em Senhor do Bonfim, que em nosso município as pessoas dirigem mal e os motoristas da capital dirigem melhor que os do interior. Contrariando às suas afirmações narcisísticas, as evidências mostram que ele é um motorista imprudente e isso gerou em mim muitas tensões, conflitos, medos e preocupações. Não me sentia segura em sua companhia como motorista e, por diversas vezes, optava em sair a pé ou de moto táxi, mesmo sendo a proprietária do veículo. Por conta disso, tivemos alguns conflitos e diversos prejuízos. Embora se considerasse um motorista profissional, não respeitava as leis e regras de trânsitos previstas no CTB como explicitado na figura:

Figura 3: Pontuação CNH

DETRAN - HABILITAÇÃO - CONSULTAR PONTUAÇÃO NA CNH	
Dados do Condutor	
Nome:	VIVIANE BRAS DOS SANTOS
Validade:	26/11/2025
Situação:	Ativa
Nº Registro:	4650262577
Categoria:	AB
Atividade Remunerada:	Sim
Data da 1ª Habilitação:	20/05/2009
Data da Última Renovação:	11/12/2020
Bloqueio Administrativo:	Não
Pontuações dos Últimos 12 meses	
Status:	Nenhuma informação localizada.
Pontuações dos Últimos 5 Anos	
11/11/2021:	3
31/01/2023:	7
09/02/2024:	4
10/02/2024:	4
10/02/2024:	4
11/02/2024:	4
11/02/2024:	4
11/02/2024:	4
11/02/2024:	4
12/02/2024:	4
Bloqueio SDD (suspensão do direito de dirigir)	
Status:	Nenhuma informação localizada.

Fonte: Arquivo pessoal

Todas as multas sinalizadas na figura acima foram registradas em meu prontuário, uma vez que, como proprietária legal dos veículos, as notificações das infrações são destinadas a mim. Destaco que tais infrações foram cometidas por ele. Diante dessa realidade caótica, quase perdi minha CNH, o que me deixou muito afetada financeiramente e psicologicamente, uma vez que, como pessoa habilitada nas categorias AB há mais de 10 anos, sempre prezei pelo respeito e cumprimentos das leis de trânsito, até para não oferecer risco de acidente e morte para as pessoas. Conforme o CTB, condutoras de veículos podem perder a CNH se cometerem infrações com somatório total de 40 pontos (Brasil, 1997). O discurso dele sempre foi de vítima, que estava sendo perseguido pelas autoridades de trânsito, negava tudo, mesmo com as evidências.

Diante da certeza de um relacionamento falido, que me fazia infeliz, trazia prejuízos financeiros e problemas psicológicos, e, após uma das conversas que tivemos, mais uma vez resolvi continuar com ele. Inclusive, na oportunidade, ele me convenceu a acolher 4 dos seus 6 filhos em minha casa, por um período de 20 dias durante as festividades de natal e fim de ano. Estava desconfortável com a proposta, pois não teria recesso, o calendário acadêmico previa atividades até o mês de janeiro, o que exigia de mim tempo dedicado às atividades laborais. Novamente, silencieei e acatei o que ele queria.

No dia 16/12/24, Marco Antônio foi com meu carro buscar seus filhos em Salvador-BA. Em 18/12/24, ele retornou com seus filhos. 1 maior, com 22 anos, e 3 menores (uma jovem de 17 anos, uma menina de 13 anos e um garoto de 11 anos). Os conflitos não foram encerrados com a chegada deles. Todos os dias, no momento de fazer a divisão dos trabalhos domésticos, tínhamos discussão, pois o mesmo nunca assumia nenhuma das tarefas. Eu, minha filha e as crianças fazíamos tudo.

Em 29/12/24, após presenciar uma cena extremamente violenta dele contra sua filha menor de 13 anos, onde o mesmo proferia palavras agressivas através de gritos e intimidação, interfeiri e tentei dialogar, pois a criança chorava descompassadamente, tremia as mãos em total crise de pânico. Os outros filhos ficaram muito assustados e minha filha começou a chorar também. Foi quando ele gritou que ia embora da minha casa e acusou-me de humilhá-lo publicamente. Revidei às acusações e concordei que deveria sair da minha casa. Ele passou na frente da filha, colocou o dedo no rosto dela e afirmou que ela era culpada de tudo. A criança transtornada e apavorada veio

correndo se ajoelhar e me pedir perdão. Foi uma das cenas mais tristes que presenciei, muito sofrimento de forma injusta para uma criança que não tinha culpa.

A violência verbal traz danos ao psicológico da mulher, pois pode causar traumas, fazendo com que ela crie uma autoimagem ruim de si mesma, pode fazer com que ela se odeie, gerando dor. Isso vem também da ideia de que há uma hierarquia na relação, na qual o homem está acima da mulher, o que estabelece um lugar certo para cada um” (Santos; Goiás, 2021, p.62).

Contra a minha vontade, ele pegou a chave do meu carro, colocou as bolsas dentro e começou a gritar novamente para os filhos adiantarem. Era mais de 21 horas. Tentei impedir que ele saísse com o carro, até porque percebia que não tinha condições de dirigir, mesmo assim não consegui. E “no momento em que o patriarcado é poderoso, ele arranca da mulher todos os direitos sobre a detenção e a transmissão de bens” (Beauvoir, 2016, p. 118).

Assustada com tudo que aconteceu e, temendo pela minha vida e pela vida da minha filha, fugi. Comprei às escondidas passagens para Aracaju e, na madrugada do dia 30.12.24, viajamos. Contei somente para minha mãe e uma amiga. O medo me fez seguir esse roteiro, mesmo sem planejamento prévio. A fúria daquele homem me deixou amedrontada. Ao longo da viagem, enquanto conversei com a filha dele pelo *whatsapp*, ela afirmou que o pai tinha cometido agressão física e a estava agredindo psicologicamente, culpabilizando-a. Esse foi mais um motivo que me encorajou a romper definitivamente com ele. Se fora capaz de cometer tantas atrocidades com a própria filha, fiquei a pensar o que faria comigo.

Você sabe o que é Nazi?
 Pesquisou pra opinar?
 Ou só repetiu, feito papagaio, aquilo que ouviu por aí falar
 É que as fêmeas da espécie querem espaço para exercer
 O vasto potencial que nos foi tomado de ser
 Respeite esse corpo que dele sai gente
 Que sangra sem morrer
 Respeite esse corpo, ele não lhe pertence
 Feminino corpo vai prevalecer
 (Pitty, 2017)

Sem minha autorização, no dia 29.12.24, ele levou meu cartão de crédito e fez compras. Isso, de acordo com a Lei Maria da Penha, se configura como violência patrimonial (Brasil, 2006). Somente quando percebi que o cartão não estava em minha bolsa, fiz o bloqueio, mas ele já tinha usado. Afirmou que pagaria todas as dívidas, o que não fez.

Em meu imaginário, acreditava que a separação seria tranquila, apesar de tudo. Os dias passaram, ele começou a me enviar diversas mensagens buscando formas de um encontro físico. Como recusei, ele passou a me caluniar, difamar, a fazer chantagem emocional, violências identificadas a partir da Lei 11.340/06. Mesmo com todas as provas para fazer uma denúncia, no primeiro momento, não fiz. Como forma de me pressionar, ele não devolveu meu carro e afirmava que só devolveria depois de um encontro presencial. Dessa vez, me fiz forte, por conta do medo, não recuei da decisão e cortei qualquer possibilidade de contato físico.

Depois disso, irritado com minha atitude, ele escondeu meu carro e, durante o carnaval, foi para Salvador. Lá passou mais de 15 dias fazendo serviço clandestino como “taxista”. Mesmo diante da situação de bloqueio administrativo do carro e BO por apropriação indébita, ele não se intimidou. Mesmo com o registro do BO, tentei dialogar de forma amigável. Solicitei várias vezes a devolução do carro, cheguei a propor dar para ele uma quantia de 20 mil reais, mas ele recusou e afirmou que ficaria com o bem. Recebi outra multa referente ao período de carnaval. Com essa nova, eu perderia a CNH. Foi quando consegui transferir a pontuação para minha irmã, que é habilitada. Esse processo só foi possível, porque consegui ver todos os prazos da notificação de infração.

Figura 4: Multa em Salvador 2025

A VENCER

\$ **ESTACIONAR EM LOCAL/HORARIO PROIBIDO
ESPECIFICAMENTE PELA SINALIZACAO**
 02/03/2025 às 20:56 R\$ 130,16

Placa	RPU4H28
Número Renainf	10109535243
Auto de Infração	T945403293
Código da Infração	5550
Órgão Atuador	238490 - PREF. DE BA SALVADOR
Órgão Competente	238490 - PREF. DE BA SALVADOR
Local	AVENIDA CENTENARIO, VITORIA CENTER BARRA

Fonte: Arquivo pessoal

Passaram-se mais de 60 dias e o meu carro continuava escondido, com ele exercendo atividade ilegal em Senhor do Bonfim e região. Foram muitas chantagens, ligações, tudo registrado em meu celular. Diante da negativa sobre a devolução do meu carro, cancelei a autorização que ele tinha para trabalhar como meu motorista auxiliar do táxi. Sou a taxista e proprietária legal do Alvará. Passei a exercer, também, a profissão como taxista. Destaco que, no município com mais de 120 taxistas, fui a primeira e única mulher a conduzir um veículo ofertando regularmente o serviço de táxi. No entanto, durante o período que ele ficou com o carro não pude trabalhar, mesmo tendo que custear todas as dívidas de empréstimo, seguro, financiamento e manutenção do veículo. Ele desfrutava das benesses do carro, mas as despesas eu assumia enquanto proprietária.

Durante esse tempo, não houve retorno da ação judicial por apropriação indébita e do BO referente à violência patrimonial. Em janeiro, quando registrei o BO fpor violência patrimonial, não tive coragem de relatar sobre as outras violências que

eu sofria durante a relação. Mesmo sabendo que eu era a vítima, por várias vezes, tive o desejo de recuar daquela ação, pois tinha medo da reação dele após notificação judicial. Me sentia sem forças, acuada e tudo isso me incomodava muito, procurava justificativas para todos os problemas que aquele homem estava me causando, sendo que desde o primeiro momento fiz tudo para ajudá-lo. Temia pela vida da minha filha de 13 anos e da minha mãe, pois ele era capaz das piores atrocidades.

As violências como instrumento de subordinação, tendem a ser naturalizadas e vividas cotidianamente por essas mulheres estruturando as relações que elas estabelecem. Provavelmente, a violência doméstica e o feminicídio seja a face mais visível dessas dinâmicas, que também se relacionam à invisibilidade e subalternização das suas lutas políticas, às violações sofridas pelas mulheres nos espaços políticos, ao acesso das mulheres aos recursos produtivos... (Oliveira, 2023, p. 2).

Fiz uma mobilização com amigas, familiares e pessoas próximas a mim, na esperança de recuperar meu veículo. Acionei a polícia civil, militar, estadual e Federal. Somente no dia 12 de março de 2025 consegui recuperar meu carro, mas os custos foram altos. Por volta das 19:00 horas recebi uma ligação de um taxista que trabalhou com Marco Antônio para comunicar que ele estava com meu carro no estacionamento do Supermercado Assaí. No início, custei a acreditar, pois naquele espaço ele tinha muitas inimizades. Em meio à ansiedade, medo, e euforia, liguei para minha irmã me levar em sua motocicleta. Quando cheguei no estacionamento e o vi sentado dentro do carro, sorrindo com o celular na mão, de forma muito confortável, perdi o equilíbrio e liguei para a polícia militar.

Se és uma mulher forte
te protejas das hordas que desejarão almoçar teu coração.
Elas usam todos os disfarces dos carnavais da terra:
se vestem como culpas, como oportunidades, como preços que se precisa pagar.

Te cutucam a alma; metem o aço de seus olhares ou de seus prantos
até o mais profundo do magma de tua essência não para alumbrar-se com teu fogo senão para
apagar a paixão a erudição de tuas fantasias (Gioconda Belli, 2015).

Eu mulher, com 1,59cm e 85kg, enfrentar um homem de 1,80cm, com 150 kg, era inviável. Joguei o capacete da moto sobre o pára-brisa do carro, comecei a gritar pedindo socorro para as pessoas que lá estavam. Durante todos esses acontecimentos, minha irmã permanecia comigo, me fortalecendo. Ele friamente saiu

do veículo e começou a me filmar falando que eu era louca, que a professora da UNEB estava tumultuando, entre outros discursos para me intimidar. Oliveira (2023) explica:

A violência doméstica é muitas vezes ignorada, sendo a culpa atribuída à vítima, em maioria mulheres rotuladas como sensíveis demais, ou simplesmente loucas. Em tais situações a mulher tem a falsa impressão de que são culpadas da violência ou que precisam ser fortes e aceitar seus maridos, independente de comportamentos abusivos (Oliveira, 2023, p.228).

A polícia militar, que já estava informada sobre a situação, chegou até o local para me dar suporte. Após alguns minutos de conversa com os policiais, Marco Antônio se recusou a devolver meu carro, mesmo eu comprovando com todos os documentos que o veículo era da minha responsabilidade. Foi então que os policiais militares orientaram que deveríamos ir até a delegacia para resolver a situação. Ele foi conduzindo o carro e eu fui na viatura da polícia, por segurança.

Durante o percurso até a delegacia, fui confortada pelos policiais militares que explicaram legalmente que eu ficaria de posse do veículo diante de toda documentação apresentada por mim. Isso me confortou bastante. Para minha tristeza, quando chegamos na delegacia os policiais civis fizeram o atendimento, foram extremamente misóginos e machistas. Os policiais militares voltaram para o batalhão.

Marco Antônio foi convidado gentilmente a sentar e apresentar suas alegações sobre os fatos ocorridos, em nenhum momento foi solicitado RG, ou documento de identificação. Um procedimento totalmente fora dos padrões de atendimento em um órgão público. Após escuta da versão dele, quando tentei dialogar e apresentar toda documentação referente ao veículo e BOs daquele caso, fui silenciada. Não pude sentar para falar e ser ouvida. Trataram-me como se eu fosse a criminosa.

A violência institucional que sofri estava escancarada. Naquele momento percebi que, mesmo sendo uma servidora pública, doutoranda, professora universitária, nada disso importava, pois o fato de ser mulher era determinante para meu julgamento e descrédito. Recebi a ordem dos civis para deixar Marco Antônio sair com meu veículo, pois tudo aquilo, segundo eles, era uma briguinha de casal.

De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público:

a chamada “vitimização secundária” (ou violência institucional) tem especial gravidade, já que ela é causada pelos agentes públicos que deveriam proteger a vítima no curso da investigação ou do processo. Por ser praticada pelos órgãos oficiais do Estado, a vitimização secundária pode trazer uma sensação de desamparo e frustração ainda maior que a vitimização primária (Brasil, 2025).

O cenário estava totalmente desfavorável para mim. Ao perceber que Marco Antônio estava confortável com aquela situação, ao ponto de externar sorriso sarcástico e conversar com os policiais como se fossem parceiros, me desesperei e saí correndo em direção ao carro. Tive que enfrentar sozinha aqueles 3 homens. Para surpresa deles, eu estava com a minha chave reserva. Entrei no carro, sentei no banco do motorista, deixando-o desestabilizado. Eu não imaginava que aquela noite seria tão longa e perversa.

Em meio aos temores, medo, e desespero, chorava descontroladamente, enquanto Marco Antônio sentou ao meu lado cometendo violência verbal e psicológica. Passei mais de 3 horas sofrendo abusos daquele homem dentro do carro, no pátio da Delegacia Civil com a conivência dos policiais, que viam tudo e não faziam nada. Mesmo com a chegada do meu advogado particular, a situação não mudou. Durante o tempo em que estava no carro, tive fome, sede, vontade de ir ao banheiro, mas não podia sair. Estava correndo risco de morte, poderia ser mais uma vítima de feminicídio. Era torturante toda aquela situação. Minha irmã acompanhava tudo e registrava, com imagens e vídeos, tudo o que eu estava passando.

Fiquei imobilizada pelo medo, não conseguia ligar o carro. Um policial civil se aproximou, gritou comigo e ordenou que eu saísse do pátio da Delegacia, pois ali não era “pracinha para namorados” ficarem. Me senti humilhada, foi o pior dia da minha vida. Marco Antônio estava sentado na poltrona do carona, aproveitou a situação e começou a me intimidar na frente do policial, dizia que eu era desequilibrada, injusta, que estava destruindo a vida dele e que eu não sabia dirigir, por isso não conseguia ligar o carro. Quando o policial se afastou, fiz 4 tentativas para ligar.

Na última, mesmo tremendo consegui colocar o carro em movimento, naquela hora, não imaginava o que aconteceria comigo, pois ele permanecia dentro do carro me intimidando. Quando cheguei no portão de saída, Marco Antônio começou a me agredir fisicamente, o que quase provocou um acidente. O carro desligou de forma abrupta enquanto ele machucava meu braço, tentando tomar a chave à força. Minha irmã pediu ajuda aos policiais que estavam no pátio vendo tudo.

Eles disseram que não registrariam BO, pois era uma briga de casal e que se eu quisesse, no outro dia, poderia procurar a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM, que funciona somente no horário das 8:00 às 18:00. “A Lei Maria da Penha no Brasil tornou a possibilidade de denúncia contra a violência doméstica

mais acessível para as mulheres, mas estas ainda são muitas vezes ignoradas ou subestimadas pelas autoridades locais” (Oliveira, 2023, p. 230).

Quando ainda estava dentro do pátio da Delegacia, em meio ao desespero, liguei para uma amiga que me orientou a expor tudo aquilo em tempo real no *Instagram*. Segui essa orientação, tornei público tudo o que estava passando, dando grande repercussão para o caso. Pedi ajuda para minha família, amigas e amigos. Essa foi a minha melhor ação naquele dia. Foi o que garantiu minha sobrevivência.

Com a chegada de aproximadamente 30 pessoas na frente da Delegacia (irmão, irmãs, tias, primas, sobrinhas, amigos e primos), Marco Antônio ficou intimidado, mas insistia em permanecer dentro do carro comigo. A coragem dele foi sendo reduzida à medida que as pessoas se aproximavam, foi então que ele saiu do carro, ficou filmando tudo e foi até a sala da delegacia registrar BO contra mim, minhas amigas e familiares.

Depois de todos esses acontecimentos, para minha surpresa ele foi acolhido e conseguiu fazer várias denúncias: intolerância religiosa, ameaças, calúnia e difamação. Sendo assim, deixei de ser a vítima e passei a ser acusada judicialmente, pois quando tentei registrar um BO pela violência doméstica, fui impedida. As leis que garantem nossos direitos são descumpridas, principalmente em cidades de pequeno porte do interior baiano. A ilegalidade dentro das instituições públicas, que deveriam acolher e dar segurança para nós, se tornou comum. Isso vai de encontro ao que preconiza a lei, pois:

mulheres vítimas de violência doméstica e familiar têm direito a atendimento 24 horas por dia, sete dias por semana, incluindo feriados, nas delegacias especializadas de atendimento à mulher (Deams). A obrigatoriedade do funcionamento ininterrupto desse tipo de delegacia passa a valer imediatamente, a partir da Lei no 14.541, sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2023. De acordo com essa lei, nos municípios onde não houver Deam, a delegacia existente deverá priorizar o atendimento da mulher vítima de violência por agente feminina especializada. Esse projeto faz com que as delegacias das mulheres, especializadas em combate e prevenção à violência contra a mulher, funcionem nos finais de semana e 24 horas por dia. Nos finais de semana é quando as mulheres mais precisam desse atendimento. Antes da vigência dessa lei, uma mulher que era vítima de uma violência numa sexta-feira à noite teria que esperar até segunda-feira para receber um atendimento especializado (IPEA, 2025, p.10).

Consegui finalmente sair com meu carro. Fui escoltada pelas pessoas que me socorreram na delegacia. Por segurança, deixei o carro guardado na casa de uma tia.

Busquei refúgio com minha filha na casa de mainha. Tudo o que vivenciei foi muito intenso, a Viviane, que parecia ser forte, empoderada, corajosa, deu espaço para uma mulher fragilizada, vulnerável assustada, que não conseguia conter as lágrimas, não dormia e, quando o sono conseguia me acalmar, eu era acordada com os pesadelos, com as vozes de Marco Antônio e dos policiais. Relembrar tudo isso, me faz reviver as cenas, os medos, a sensação de imobilidade, diante de uma estrutura patriarcal tão violenta para nós mulheres. Tentava ser forte, para assim fortalecer minha filha, minha mãe e tantas outras mulheres, que tem em mim uma fonte de apoio e segurança.

Se és uma mulher forte
se proteja com palavras e árvores
e invoca a memória de mulheres antigas.
Saberás que és um campo magnético até onde viajarão uivando os pregos enferrujados
e o óxido mortal de todos os naufrágios.

Ampara, mas te ampara primeiro.
Guarda as distâncias.
Te constrói. Te cuida.
Entesoura teu poder.
O defenda.
O faça por você.
Te peço em nome de todas nós.
(Gioconda Belli, 2015)

Durante os dias que passei hospedada na casa de mainha, precisei mudar toda minha rotina e a da minha filha. Instalamos câmeras de segurança em nossas casas, minha filha parou de ir para escola, por alguns dias, e de participar de atividades culturais e artísticas que fazem parte da sua rotina. Fomos privadas da nossa liberdade, sendo vítimas; nos moldamos para uma organização que nos colocava na situação de criminosas. Vivíamos escondidas, presas em casa, apavoradas, com medo de tudo.

Represento Aqualtune, represento Carolina
Represento Dandara e Chica da Silva
Sou mulher, sou negra, meu cabelo é duro
Forte, autoritária e às vezes frágil, eu assumo
Minha fragilidade não diminui minha força
Eu que mando nessa porra, eu não vou lavar a louça
Sou mulher independente não aceito opressão
Abaixa sua voz, abaixa sua mão
Mais respeito
Sou mulher destemida, minha marra vem do gueto
Se tavam querendo peso, então toma esse dueto

Desde pequenas aprendemos que silêncio não soluciona
 Que a revolta vem à tona, pois a justiça não funciona
 Me ensinaram que éramos insuficientes
 Discordei, pra ser ouvida, o grito tem que ser potente
 (MC Carol, 2016).

Como o caso teve repercussão pública e as denúncias que fiz na TV contra a polícia civil causou incômodos entre militares e, em cidade do interior as leis não funcionam como deveriam, fiquei amedrontada e, por orientação de algumas pessoas da área de segurança inclusive, não oficializei a denúncia institucional que sofri. Lamentavelmente recuei da batalha, pois assim pensava: “é melhor estarmos vivas e com medo, a morrer lutando contra pessoas que são capazes de tudo”. Mainha, minha filha e irmãs corriam perigo.

Ao escrever essas narrativas na condição de pesquisadora, consigo relacionar o que vivi com as representações sociais enquanto perspectiva teórica do meu estudo, pois, de acordo com Jovchelovitch (2008):

a teoria das representações sociais deve ser entendida não apenas como uma psicologia social dos saberes, mas também como uma teoria sobre como novos saberes são produzidos e acomodados no tecido social. Isto envolve teorizar o papel de inovadores e de minorias, de indivíduos capazes de dar as costas e desafiar as tradições de uma cultura e o que ela impõe sobre maneira de ver o mundo e a nós mesmos (Jovchelovitch, 2008, p. 86).

Os meus saberes foram e são construídos na tecelagem das vivências, das leituras, dores, superações e do movimento do meu corpo transgressor na sociedade.

Se és uma mulher forte
 prepara-te para a batalha:
 aprende a estar sozinha
 a dormir na mais absoluta escuridão sem medo
 que ninguém te lance cordas quando rugir a tormenta
 a nadar contra a corrente.
 Treine-se nos ofícios da reflexão e do intelecto.
 Lê, faz o amor a ti mesma, constrói teu castelo o rodeia de fossos profundos mas lhe faça amplas
 portas e janelas.
 É fundamental que cultives enormes amizades que os que te rodeiam e queiram saibam o que és
 que te faças um círculo de fogueiras e acendas no centro de tua habitação uma estufa sempre
 ardente de onde se mantenha o fervor de teus sonhos
 (Gioconda Belli, 2015).

Precisei ser mulher forte, mesmo ferida, assustada. O que me manteve firme foi a rede de apoio encontrada entre amigas, familiares, colegas de trabalho e estudantes. No dia 13.03.25, no primeiro horário da manhã, registrei um BO por

violência doméstica na DEAM, o que me deu direito à medida protetiva (nº 8000751-06.2025.8.05.0244), que só foi liberada no dia 20/03/25. De acordo com a Lei 11340/06, as medidas protetivas são importantes para garantir a segurança da mulher em situação de violência e prevenir novos atos de violência. É importante ressaltar que essas medidas podem ser aplicadas, mesmo que não haja um processo criminal em curso, desde que haja risco à integridade da mulher (Brasil, 2006).

Estou respondendo processos judiciais. Em um deles, o meu algoz, além de requerer minha casa, meus móveis e meu carro, pede pensão no valor de 30% do meu salário bruto. Uma causa que custa 170 mil reais e que segue nos trâmites da justiça. Ser intimada e ver meu nome nos documentos judiciais como “criminosa” é revoltante. Enquanto isso, o processo que registrei pelas violências domésticas, nunca teve nem mesmo uma audiência. E já se passaram mais de 5 meses. Em virtude de tudo isso, minha situação financeira está desorganizada, pois os custos com serviços jurídicos no Brasil, atendimento psiquiátrico, medicação controlada são muito caros.

Com toda a situação traumática que tenho vivenciado estou adoecida emocionalmente. Medicamentos para dormir, ansiedade, síndromes do pânico etc, que em outrora não usei, hoje fazem parte da minha rotina. Estou sendo acompanhada por psiquiatra, especialista que nunca precisei, fazendo terapias com psicólogas, mas neste momento, que têm sido fundamentais para garantir o mínimo de saúde mental. “Mexo, remexo na inquisição, só quem já morreu na fogueira, sabe o que é ser carvão” (Rita Lee - Zélia Duncan, 2000).

Meus estudos, atuação profissional estão sendo afetados, pois as insônias, choros, medos, e dificuldades de concentração, comprometem a qualidade da minha vida. A pesquisa em tela foi atrasada. Concluir o doutorado tem sido muito desafiador, uma vez que, retomar a escrita da tese nesse tempo de desencanto, despertou muitos gatilhos; acessar minhas recentes memórias, dilacerou mais uma vez a minha carne, convicções e as representações sociais que tenho sobre violência.

O silêncio é um grito de socorro escondido
Pela alma, pelo corpo, pelo o que nunca foi dito
Ninguém viu, ninguém vê, ninguém quer saber
A dor é sua, a culpa não é sua
Mas ninguém vai te dizer
E o cinismo obtuso daquele cara confuso
Mas eu vou esclarecer
Abuso
(Canãs, 2017).

Se eu, mulher feminista, professora universitária, personalidade pública em minha região, pesquisadora no campo da educação, tive meu corpo, minha voz reprimidos e violentados, imaginem o que mulheres em situações vulneráveis pela classe social, identidade étnica, territorialidade, formação educacional não passam em suas vidas.

Violência por todo mundo
A todo minuto
Por todas nós
Por essa voz que só quer paz
Por todo luto nunca é demais
Desrespeitada, ignorada, assediada, explorada
Mutilada, destrutada, reprimida, explorada
Mas a luz não se apaga
Digo o que sinto
Ninguém me cala
(Canãs, 2017)

Apresentar minha escrevivência é a alternativa encontrada para expressar meu grito sucumbido e silenciado, um grito que representa tantos outros gritos de mulheres que não podem ou não conseguem gritar. Sempre inventamos a nossa sobrevivência. “[...]. E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora o outro espia o tempo procurando a solução (Evaristo, 2014, p.114).

Ao tempo que as lágrimas desconcertantes escorrem em meus olhos e desestabilizam minha criatividade na escrita, encontro na educação, na pesquisa feminista decolonial e nos estudos das representações sociais, soluções possíveis para eu não sucumbir e manter firme na luta, no engajamento, na esperança de dias melhores para todas as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diversos contextos e ambientes, é notável a subalternização de mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos étnicos minoritários e classes socioeconômicas mais baixas. Isto pode ser evidenciado em variadas esferas da vida, incluindo no âmbito profissional, político, familiar e epistemológico. No mercado de trabalho, por exemplo, essas mulheres são frequentemente relegadas a empregos mal remunerados e precários, com poucas oportunidades de ascensão profissional. Além disso, enfrentam estereótipos e preconceitos que limitam suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento de carreira.

Nesse contexto, é evidente a conexão entre os desafios sociais, o debate interseccional e sua presença na academia. Por isso, é de extrema importância promover e encorajar uma maior discussão sobre o assunto, oportunizando e cobrando conscientização e a participação ativa de todos os setores da sociedade.

Este trabalho não teve a intenção de abranger todas as formas de discussão sobre o tema, mas sim de despertar o interesse em pesquisá-lo e de incentivar mais questionamentos para futuras investigações através da problematização: Quais as representações sociais que estudantes de Pedagogia residentes no campo têm sobre a violência contra a mulher?

A compreensão do masculino como sujeito maior da sexualidade e o feminino como seu objeto é um pressuposto fundante na cultura ocidental. Na percepção ancorada no patriarcalismo, o masculino é concebido como o lugar de poder, de tomada de decisão, do gerenciamento e condução da rede de relações familiares e da paternidade, como sinônimo de provimento material que delimita os valores tradicionais de gênero. Nesse sentido e em consequência desse paradigma androcêntrico, o masculino é investido com a posição social naturalizada como agente do poder da violência e dominação.

Diante das narrativas, busquei, na teoria das representações sociais, possibilidades teóricas para entender com maior fluidez as percepções de estudantes da roça e compreender como representam a violência, como são construídas suas representações, uma vez que essa construção se dá por meio social, ou seja, através de uma relação de interação entre as mulheres e sua comunidade. Vale salientar que o objetivo geral e específicos da pesquisa foram alcançados: Desvendar e analisar as representações sociais que as estudantes de Pedagogia residentes no campo têm

sobre a violência contra a mulher; identificar quais são as representações de violência contra as mulheres do campo a partir das narrativas das estudantes de pedagogia e refletir como as estudantes de Pedagogia percebem e vivenciam episódios de violência contra a mulher no cotidiano de sua vida acadêmica e pessoal.

Sendo assim, as representações sociais são compreendidas como um mecanismo de análise sobre comportamentos e vivências de como as mulheres constroem essas percepções, sentidos e significados, bem como, as suas subjetividades e individualidade. Além disso, a teoria das representações sociais possibilita mais visibilidade dessa problemática para lutarmos por políticas públicas e fazer os devidos enfrentamentos.

O contexto posto pelas práticas colonizadoras patriarcais nos territórios do campo precisa ser desconstruído para alcançarmos espaços mais justos. Nesse sentido, propomos um estudo fundamentado na epistemologia feminista decolonial, cujas análises foram norteadas pela interseccionalidade. A pertinência e necessidade do estudo como enfoque nas violências de gênero sofridas por estudantes que moram na roça, sua validade e transcendência diante das transformações na contemporaneidade e crises políticas, sociais, econômicas e culturais da sociedade atual, afetam e exigem de nós, educadoras, práticas transgressoras, sensíveis e equânimes na luta contra-hegemônica.

A constatação de que todas as colaboradoras da pesquisa já sofreram várias formas de violências domésticas, as quais foram naturalizadas pela família, sociedade e escola, ao ponto de nunca terem sido denunciadas, escancara os desafios diários das mulheres que, mesmo em processos formativos no Ensino Superior, não estão imunes ao machismo e patriarcado. Assim como eu, que mesmo diante da condição de pesquisadora e professora universitária, sofri violência doméstica nos últimos anos do doutorado.

As representações sociais desvendadas na pesquisa mostram que, através do ingresso no Curso de Pedagogia, as estudantes se fortaleceram e passaram a identificar com maior profundidade as violências sofridas em suas trajetórias de vida, bem como pelas mulheres do seu convívio, tornando-as pessoas com maior conhecimento e empoderamento. Para tanto, a inexistência de políticas públicas nas comunidades da roça, onde as práticas machistas são naturalizadas, dificulta o rompimento dos ciclos de violência.

Constata-se que somente a educação não é capaz de promover a justiça, e equidade na sociedade tão agressiva para nós, mulheres. O perfil das colaboradoras diante da identificação étnica mostra que a intersecção de gênero, raça, classe social, território é determinante nos elevados índices de violência contra as mulheres pretas e pardas evidenciado nas pesquisas brasileiras

Ademais, o movimento de luta feminista vivenciado no Brasil, através das pesquisadoras e estudiosas da área, principalmente nos territórios sertanejos do Nordeste, indicam possibilidades reais de busca por políticas públicas para as mulheres. Tais ações dão-nos fundamento e orientação, de forma que consigamos repensar sobre as bases educacionais no sentido de mobilizar a sociedade e as universidades públicas para enfrentar as violências contra as mulheres.

Diante desse contexto, percebemos a necessidade de maior engajamento da academia para possibilitar uma educação transgressora e contestadora das verdades insofismáveis impostas pelo pensamento patriarcal existentes em nosso cotidiano. Contudo, para uma real concretização das rupturas é imprescindível fazer uso pertinente da ciência ao ponto de dedicar-se profundamente na descoberta do saber, bem como na produção do saber decolonial, buscando sua difusão e quebra dos paradigmas hegemônicos, que modulam e determinam nossas representações sociais.

Experimentei sabores e dissabores epistemológicos e existenciais ao longo da pesquisa realizada. Jamais imaginei que seria tão afetada nesse processo e que precisaria usar essa escrita como espaço para garantir que minha voz fosse ouvida, assim como as vozes das estudantes, que até então, estavam silenciadas. A proposta deste estudo, influenciado pela tecelagem e escrevivências, buscou romper com o pensamento abissal delineado pela ciência dura, no sentido de perceber a pesquisa no semiárido como uma luta contra-hegemônica, mas poética.

Na condição de pesquisadora feminista, mãe solo, educadora, me coloquei constantemente em um intenso processo de reflexão individual e coletiva, por considerar que a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas está presente e permeia todo o processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria de ser mulher sertaneja.

Tenho total consciência do meu inacabamento em relação ao saber, bem como das limitações perceptivas nas proposições analíticas. Essa percepção motiva-me a

seguir lutando na certeza de que a produção do saber não acontece apenas no espaço acadêmico, é contínua, infinita e precisa chegar nos lugares mais subalternos.

Os saberes construídos nesta pesquisa não estão finalizados. Deverão ser retomados e aprofundados em outros contextos distintos de aprendizagem, pois onde há gente, sempre há o que ensinar e aprender. Onde há mulheres, há sempre motivo para saber ouvir, acolher, dar as mãos e seguir lutando, pois eu sou, porque nós somos. Permanecer viva até aqui é uma ato de resistência pelas mulheres que morreram, por nós e pelas que nascerão.

Portanto, a partir das constatações identificadas nas representações sociais das estudantes de Pedagogia, tem-se a pretensão de desenvolver ações de intervenção direta com grupos de mulheres da roça residentes no Território Piemonte Norte do Itapicuru. Com o apoio institucional da Universidade do Estado da Bahia, CRM, NEAM, ONGs, Câmaras Territoriais, desenvolveremos projetos de pesquisa e extensão, bem como grupos de pesquisa para fortalecimento, instrução e mobilização social com a participação ativa de estudantes, docentes e lideranças sociais. Ter uma rede de enfrentamento às diversas formas de violência contra a mulher é uma urgência. Como educadora e pesquisadora, não posso ficar paralisada. “ Eu sou, porque nós somos”. Ubuntu!

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. **Feminismo, gênero e representações sociais**. IN: Hollanda Heloísa Buarque de. [et al]; organização Heloísa Buarque de Hollanda (orgs). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BELLI, Gioconda. **El infinito en la palma de la mano**. Buenos Aires: Seix Barral, 2015.

Bento Berenice. **A (re) invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, Clam; 2017.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. **Violência Institucional**. Disponível em: [Violência Institucional](#) . Acesso em Agosto de 2025.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB). Lei 9395/1986. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. Brasília: Senado federal. Edição atualizada até março de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **DECRETO Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm . Acesso em Agosto de 2023.

BRASIL. **Lei dos crimes de importunação sexual**: Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm. Acesso em 10 de outubro de 2018.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**: Lei nº 11.340: de 07 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Lei n. 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

BRASIL: **Lei do feminicídio**: Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em 10 de outubro de 2018.

CAÑAS, A. **Respeita**. Som Livre, 2017. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/kell-smith/respeita-as-mina.html> . Acesso em agosto de 2025.

CANÃS, Ana. **Respeita**. 2 Ver: Capa do álbum Todxs. In: <http://www.anacanas.com.br/index.php/fotos/> .

CARNEIRO, Sueli A. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**: retrato dos municípios brasileiros. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2017.

CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**. IN: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (orgs). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Organização e apresentação de Heloísa Buarque de Hollanda. Autoras Adriana Varejão ...[et al.]. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

COLLINS, Patrícia Hill. Sirma Bilge. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. DOSSIÊ: FEMINISMO EM QUESTÃO, QUESTÕES DO FEMINISMO. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. **Cadernos Pagu**, *Desdobramentos do feminismo*, v.16, p. 13-30, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644535> . Acesso em Novembro de 2021.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando Diferenças de Gênero no Ensino Superior da Universidade Federal de Sergipe**. – São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

CRUZ, Maria Helena Santana. O voluntariado e gênero no ensino superior: reflexões a partir da experiência docente. IN: DIAS, Afrânio Ferreira; SANTOS, Elza Ferreira; CRUZ, Maria Helena Santana (Orgs.). **A transversalidade de gênero na produção do conhecimento e nas políticas públicas**. [recurso eletrônico]. Aracaju: IFS, 2017. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/EDIFS/ebooks/2018/E-book_-_A_transversalidade_de_g%C3%AAnero_na_produ%C3%A7%C3%A3o_do_conhecimento_e_nas_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas.pdf. Acessado em 18/05/21.

CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. ANTIFEMINISMO. **Revista De Estudos De Cultura**, Nº 01. Jan. Abr./2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/3651/3116>. Acesso em 18/05/21.

DENZIN, Norman K. et al. Paradigmas e perspectivas em transição. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOTTA, Leanete Teresinha Thomas. **Representações sociais do ser professor**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

DUARTE, Constância Lima. **Marcas da violência no corpo literário feminino**. IN: DUARTE, Constância Lima, CORTÊS Cristiane, PEREIRA Maria do Rosário Alves. – 1. ed- Rio de Janeiro: Malê, 2023.

EGGERT , Edla; SILVA Márcia Alves da, LIBERA Aline Lemos da Cunha Della. Dos fios que se interpenetram na tecelagem: um conceito para os estudos feministas. Artigos • **Rev. Estud. Fem.** 30. (2) • 2022 • <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n277384> . Acesso em agosto de 2025.

EVARISTO, Conceição da. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

EVARISTO, Conceição da. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: SCHNEIDER, MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideia, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulher**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública** [livro eletrônico] / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – São Paulo: FBSP, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, o corpo e a acumulação primitiva**. Elefante Editora, 2017.

FOUCAULT, Michel. 1926-1984. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida. Sampaio – 24.ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014 – (leituras filosóficas).

FOUCAULT, Michel. **Qué és la ilustración?** in **Saber y Verdad**. Buenos Aires: ediciones La Piqueta, 1991.

FRANCO, Maria Amélia Rosário Santoro e GHEDIN, Evandro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos/coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 30 julho. 2023.

HARDING, Sandra. **The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies**. New York: Routledge, 2004.

HIRATA, Helena. Classe, Gênero, Raça E Movimentos Sociais: a luta pela emancipação. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 143–158, 2018.

HIRATA, Helena., & KERGOAT, Daniele. 2008). Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In A. Costa, B. Sorj, C. Bruschini, H. Hirata, **Mercado de Trabalho e gênero: Comparações internacionais**. FGV, 2008.

HOMBRE, Francisco El. **Triste, Louca ou Má**. 2016. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE>> Acesso em 31 de outubro de março de 2021.

hooks, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luíza Libânio. 1ª edição. Editora: Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 2018

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga retrato inédito sobre quilombolas e ressalta modelo de consulta às lideranças dessa população**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/37489-ibge-divulga-retrato-inedito-sobre-quilombolas-e-ressalta-modelo-de-consulta-as-liderancas-dessa-populacao> . Acessado em agosto de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Brasília: Ipea, 2024. 19 p. (Cadernos ODS, 5). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS5>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da Violência no Campo no Brasil**: condicionantes socioeconômicos e territoriais. Brasília, 2020. Disponível em: [8456-atlascampo2020comp2.pdf](#) . Acesso em agosto de 2025.

JOFFE, Héléne. “Eu não”, “o meu grupo não”: representações sociais transculturais da AIDS. IN: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em Representações Sociais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios do racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. – 8.ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

LARNER, Gerda, 1920-2013. **A criação do patriarcado**: história de opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LORDE, Audre. Poetry is no luxury. In: LORDE, Audre. Sister Outsider: essays and speeches. **New York: The Crossing Press Feminist Series**, 1984. (Tradução de Tatiana Nascimento do ensaio Poesia não é um luxo). Disponível em: Acesso em: 21 jun. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. Violência contra as mulheres: diálogos entre feminismo e ciência social. IN: DIAS, Alfrâncio Ferreira; SANTOS, Elza Ferreira; CRUZ, Maria Helena Santana (Orgs.). **Gênero e sexualidades**: entre invenções e desarticulações [recurso eletrônico]. Aracajú: IFS, 2017. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/EDIFS/ebooks/2018/E-book_-_G%C3%AAnero_e_sexualidades_entre_inven%C3%A7%C3%B5es_e_desarticula%C3%A7%C3%B5es.pdf . Acessado em 18/05/21.

MARCHA DAS MARGARIDAS. Disponível em: [O que é ? - Marcha das Margaridas](#). Acesso em agosto de 2025.

MARIA, Juba. **Mulher Feminista** - 16 Poemas Improvisados - Autoras Diversas. Abril 20, 2020. Disponível em: <http://www.sermulherarte.com/2020/04/mulher-feminista-16-poemas-improvisados.html> . Acessado em outubro de 2021.

MC CAROL Bandida. **VEVO**. Niterói: Niterói Records, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZfZLPLGwUs>. Último acesso em agosto de 2025.

MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI Ricardo. **Pesquisa:** Orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1):18-34, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100005> . Acesso em agosto de 2025.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da Colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. IN: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (orgs). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Organização e apresentação de Heloísa Buarque de Hollanda. Autoras Adriana Varejão ...[et al.]. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Escrevivência, fabulação e os passados inauditos.** IN: DUARTE, Constância Lima, CORTÊS Cristiane, PEREIRA Maria do Rosário Alves. – 1. ed- Rio de Janeiro: Malê, 2023.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua Imagem e seu Público** – ed. Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise.** Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p. *A representação social da psicanálise 1978.*

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, 37(1), 2006. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/1405>

OLIVEIRA, A. M. de, Gerevini, A. M.; Strohschoen, A. A. G. (2017). Diário De Bordo: Uma Ferramenta Metodológica Para O Desenvolvimento Da Alfabetização Científica. **Revista Tempos E Espaços Em Educação**, 10(22), 119–132, 2017. <https://doi.org/10.20952/revtee.v10i22.6429> .

OLIVEIRA, Luh. **Mulher Feminista** - 16 Poemas Improvisados - Autoras Diversas. Abril 20, 2020. Disponível em: <http://www.sermulherarte.com/2020/04/mulher-feminista-16-poemas-improvisados.html>. Acessado em outubro de 2021.

OLIVEIRA, Natália Fontes de. **Os condenados da terra:** violência doméstica e maternidade em insubmissas lágrimas de mulheres. IN: DUARTE, Constância Lima, CORTÊS Cristiane, PEREIRA Maria do Rosário Alves. – 1. ed- Rio de Janeiro: Malê, 2023.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORNELLAS, Maria de Lourdes S. **[Entre] vista:** a escuta revela. Prefácio Augusto César Rios Leiro. – Salvador: EDUFBA 2011. (série métodos e técnicas de pesquisa; v1).

ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares. O sujeito verbo se fez carne na constituição das representações sociais. IN: ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares (organizadora). **Representações sociais e educação**: letras imagéticas IV. – Prefácio de Clarilza Prado de Sousa. Salvador: EDUFBA, 2017.

PADILHA, M.G., Antunes, M.C. Aspectos psicológicos e o acolhimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar. In Barwinski, S.L.B., D.M.R. Jopper, & Z.A.L. Rodrigues (org). **Violência contra a mulher**: desafios e Avanços. Curitiba: OAB.

PAIVA, Leticia Mendes. **representações Sociais Sobre A Violência De Gênero No Contexto Universitário E Suas Implicações Formativas**' 30/08/2019 135 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal De Goiás, Jataí Biblioteca Depositária: <https://repositorio.bc.ufg.br/> . Acessado em 10/08/23.

PARÁISO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza, 2018.

PIMENTEL, Sílvia. **Convenção sobre a Eliminação de T Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - Cedaw 1979**. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/10/convencao_cedaw.pdf . Acesso em Agosto de 2023.

PINEAU, Gaston. História de vida e alternância. IN: SOUZA, Elizeu Clementino de (Org.). **Memória, (Auto) biografia e trabalho docente**. EDUFBA, Salvador, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. 1ª Edição - São Paulo: Cortez, 2010.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. **Ser e não ser da roça, eis a questão! Identidades e discursos na escola**. Salvador: EDUFBA, 2011.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda T. As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em educação. In: **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=237&dd99=pdf>. Acesso em: 30 março 2023.

RUIZ, Nathalia Fafarao. **Representações Sociais Das Estudantes De Pedagogia Sobre Violência Contra As Mulheres**' 27/05/2022 209 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual De Maringá, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central da UEM. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7787022. Acessado em 10/08/23.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e realidade, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALVADOR, Vital Matheus de Oliveira. **A Lei Maria Da Penha E Sua Eficácia No Enfrentamento A Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher No Município De Senhor Do Bonfim – Bahia**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Faculdade de Direito da UNIJORGE, Salvador-BA, 2020.

SANTOS, Viviane Brás dos. **Representações sociais sobre educação no semiárido**: reflexões a partir dos olhares de pedagogas/os. – São Paulo: Editora Dialética, 2023.

SANTOS, Viviane Brás dos; ARAÚJO, Antônia Mendes de; REIS, Ana Cecília dos. Reflexões Sobre Gênero No Semiárido Cearense: da didática da formação docente à construção de uma educação contextualizada. ANAIS DO XIX ENDIPE - ISSN 2595-8852. Edição atual - **Anais do ENDIPE**. Bianual, Volume 1, Número 40. Salvador: UFBA, 2018.. <http://www.xixendipe.ufba.br/> . Acesso em 16/05/21.

SCHEFFLER, Maria de Lourdes Novaes. Território e gênero: territorialidades ausentes. IN: RODRIGUES, Cristiano... [et al.] (org.). **Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres**. Salvador: EDUFBA, 2018. 310 p. (Baianas, 21).

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (Les Cahiers du Grif, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira Lopes Louro. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> , Acessado em setembro de 2021.

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS . Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo. Adriana Vieira – MMM Joana Santos - AMB Verônica Ferreira – AMB Sônia Coelho - **Cadernos de Estudos da Marcha das Margaridas 2023** (ocorrida entre os dias 24 a 26 de janeiro de 2023, em Brasília). Disponível em: [Marcha das Margaridas 2023](#) . Acessado agosto de 2025.

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade. Vilênia Venâncio Porto Aguiar - CONTAG Marie-Anne Stival Pereira e Lealozzano - Instituto de Estudos de Gênero/UFSC .**Cadernos de Estudos da Marcha das Margaridas 2023**. Disponível em: [Marcha das Margaridas 2023](#). Acesso em agosto de 2025.

SENHOR DO BONFIM. **Cidade**. Disponível em: <https://senhordobonfim.ba.gov.br/senhor-do-bonfim/> . Acessado em junho de 2023.

SENICATO, Caroline; AZEVEDO Renata Cruz Soares de; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. **Transtorno mental comum em mulheres adultas**: identificando os segmentos mais vulneráveis. DOI: 10.1590/1413-81232018238.13652016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.13652016> . Acesso em agosto de 2025.

SILVA, J. M. **O Feminismo na Atualidade**: a formação da quarta onda. 1, Ed. Recife: Jacilene Maria Silva, 2019.

SOUZA, E. C. Histórias de vida, escritas de si e abordagem experiencial. In: SOUZA, E. C.; MIGNOT, A. C. V. (Org.). **Histórias de vida e formação de professores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2008. p. 89-98.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. IN: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. 10. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. SP: Atlas, 1987.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia. **Curso de Pedagogia**. Disponível em: <http://www.uneb.br/senhor-do-bonfim/dedc/pedagogia/sobre/> . Acessado em julho de dezembro de 2023.

VASCONCELOS, C. P. **Ser-Tão vivo**: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana. Salvador: EDUFBA, 2012.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método em pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em Representações Sociais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ZANIRATO, Angela. **Mulher Feminista** - 16 Poemas Improvisados - Autoras Diversas. Abril 20, 2020. Disponível em: <http://www.sermulherarte.com/2020/04/mulher-feminista-16-poemas-improvisados.html> . Acessado em outubro de 2021.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS NARRATIVAS

- 1- Qual a sua posição na família? (*Casada, solteira com filhas/os?*)
- 2- Recebe alguma renda? Como ocorre a divisão do trabalho na família: administração da casa, educação de filhos/as e orçamento?
- 3- Como você percebe sua experiência de vida enquanto mulher da roça? Quais os aspectos de positividade e negatividade?
- 4- Quais os desafios que você, mulher da roça e estudante de Pedagogia, enfrenta em sua vida cotidiana.? Estar na universidade gerou incômodo para sua família e comunidade?
- 5- Como você percebe a violência contra a mulher?
- 6- Percebe diferença em relação a episódios de violência contra as mulheres da roça e as violências em relação às mulheres da cidade? Porquê?
- 7- Você já foi vítima de violência ou presenciou alguma mulher sendo violentada? Qual foi o tipo de violência praticada e por quem? Conte-me sobre essa vivência.
- 8- A violência sofrida interfere nos projetos de vida e de formação de mulheres da roça estudantes de Pedagogia?
- 9- Quais os principais impactos da violência na vida de mulheres da roça?
- 10- Quais são as ações de enfrentamentos e encaminhamentos após violência? (Centro de Referência, Delegacia da Mulher, Instituto Médico Legal, espaço hospitalar ou maternidade)?
- 11- Seu ingresso no curso de Pedagogia contribuiu com maior percepção das violências contra mulheres?
- 12- Como percebe o atendimento dos profissionais no que tange aos encaminhamentos à mulher em situação de violência?
- 13- Qual a importância do acesso de mulheres da roça ao Ensino Superior?
- 14- Como as pessoas da sua comunidade reagem quando descobrem que alguma mulher foi vítima de violência?
- 15- O machismo na roça é mais forte que na cidade?
- 16- O que é ser mulher da roça?